

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Juliana da Conceição Pereira

CLUBES DANÇANTES E MORALIDADES NO RIO DE JANEIRO DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA

Juliana da Conceição Pereira

CLUBES DANÇANTES E MORALIDADES NO RIO DE JANEIRO DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA

Orientadora: Professora Doutora Martha Campos Abreu

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P436 Pereira, Juliana da Conceição.  
Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República / Juliana da Conceição Pereira. – 2017.  
145 f. : il.

Orientadora: Martha Campos Abreu.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 125-135.

1. Associativismo. 2. Mulher. 3. Moralidade. 4. Rio de Janeiro, RJ. I. Abreu, Martha Campos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

À Eliane (in memoriam) e a Leandro

## *Agradecimentos:*

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, vida e saúde e a oportunidade de concluir esse mestrado. Diariamente pude perceber o cuidado dEle em minha vida, sem o qual não teria conseguido ir adiante.

Agradeço a todos os funcionários da Programa de Pós-Graduação em História da UFF, e em especial aos professores Alexandre Gebara, Rachel Soihet, Martha Abreu e Camilla Agostinho os quais tive o prazer de participar das disciplinas como aluna da pós.

Também à Capes pelo financiamento da pesquisa com bolsa de mestrado.

Agradeço em especial a dois professores: Martha Abreu e Leonardo Pereira. Martha, que desde a graduação me tornei leitora de seus trabalhos e passei a ser sua fã, me deu a oportunidade de ser sua orientanda - foi uma experiência linda! Além de ser uma pesquisadora incrível, transborda generosidade e carinho; só tenho a agradecer por ter trazido calma às minhas agitações acadêmicas. Leonardo, meu primeiro (e eterno) orientador. Às vezes, só precisamos de alguém que acredite em nós mais do que nós mesmos para que as coisas fluam e Leonardo foi esse alguém. Só posso dizer muito obrigada por toda confiança, carinho, cuidado que sempre demonstrou comigo desde a época da graduação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa por terem aceitado participar e contribuir grandemente com meu trabalho: Carolina Vianna, Leonardo Pereira e, em especial, ao Eric Brasil, que me recebeu na UFF tão bem e sempre se colocou à disposição para tirar minhas dúvidas e indicar textos e fontes, cada vez que solicitava sua ajuda.

Aos queridos membros do *Cultna*, pelos encontros mensais com debates de importantes textos historiográficos que foram fundamentais para meu crescimento acadêmico. Em especial à Carmem Gregório (Carminha), Lídia Rafaela, Lívia Nascimento, Gladys Guimarães, Larissa Vianna e Jonis Freire pelas conversas e sorrisos.

Mesmo mudando de universidade, os laços de amizade que fiz na PUC não foram desfeitos. Por isso agradeço a todos que fazem parte do Laboratório de Conexões Atlânticas, onde mais uma vez, a partir das leituras e discussões, pude acrescentar novos conhecimentos a esse trabalho.

À Elaina Reoli e Mariana Barbosa pela cumplicidade e amizade. Nossa relação começou na Iniciação Científica e, graças a Deus, tem se estendido para além da Academia. Mesmo com a vida corrida, sempre encontraram tempo para dividir alegrias, sonhos e esperanças comigo. Seja nos eventos ou nas redes sociais, sempre me divirto e aprendo com vocês.

Ao Claudio Santiago, pelos conselhos, cafés, sorrisos, abraços e torcida e, principalmente, ter me dado uma amizade sincera e feliz.

À Cleusa Ventura pelos abraços maternos.

Aos funcionários do Arquivo Nacional que sempre me receberam com um carinho enorme e a Euler Gouvêa e Fernando Lyra Krieger, do Instituto Moreira Salles, por toda a atenção e auxílio.

A Marcelo Balaban e Rômulo Mattos pelas sugestões.

Esse mestrado não foi fácil, confesso! Mas a companhia de Caio Sérgio Moraes e Carolina Cabral me ajudou bastante. Compartilhamos tantas coisas, além das leituras, fichamentos e críticas, e, como se não bastasse, as conversas de madrugada e os pitacos nos trabalhos alheios! Como diz a canção de Seu Jorge: “Carolina é uma menina bem difícil de esquecer!”. E, de fato, é mesmo! Carol é festa e Cainho é doçura (com um pouco de drama). Foi impossível não me contagiar com toda essa alegria!

Aos amigos Petropolitanos: Diego Vahias, Esthefanie Mello, Gabriele dos Reis, Fabi Rodrigues, Anderson Rodrigues, Jonathan Oliveira, Laís Paschoaletto, Luan Nogueira, Thiago Dias e Vinicius Rodrigues por trazerem um colorido especial para minha vida.

A minha família em Duque de Caxias: Gelceia Barbosa, Helen Calazans, Fabrícia Tavares, Ingrid Pereira, Thompson Barbosa e Valéria da Conceição, pelo amor compartilhado. Ao meu primo Ricardo Barbosa, por me ajudar em todas as fases desse mestrado, fosse pelas infinitas leituras, correções, críticas e sugestões. Muito, muito, muito obrigada!

Ao meu pai Claudionor e aos meus irmãos Hiago e William, por aguentarem minhas variações de humor, minhas choradeiras noturnas, meus momentos de fraqueza; por torcerem por mim e me apoiarem nessa caminhada com um amor enorme.

Finalizo agradecendo ao meu amor Leandro de Souza, por tanto companheirismo. Ouviu minhas histórias, transcreveu documentos, me acompanhou em tantos seminários e, o mais importante de tudo, me deu seu amor. Foi ele que trouxe meus sorrisos mais sinceros. Os maiores elogios jamais conseguirão expressar o quanto me faz bem ter você ao meu lado.

## *Resumo:*

Essa dissertação tem como objetivo analisar os códigos de moralidade adotados nos bailes realizados pelos clubes dançantes carnavalescos no período de 1904 a 1912. Frequentados por homens e mulheres de maioria negra essas associações são resultado de um fenômeno dançante que tomou o Rio de Janeiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os diretores dessas associações adotaram regras de conduta e comportamento como uma importante estratégia de afirmação social, garantia de respeitabilidade e proteção feminina. De fato, nesse período, com a intenção de reformar a Nação e torná-la moderna e civilizada, se estabeleceu um forte apelo moral dos discursos de médicos, juristas e autoridades políticas. Foi sobre as mulheres que recaíram as maiores imposições e pressões acerca do comportamento desejado. Partindo dessa constatação, o trabalho pretende, ainda, refletir sobre a presença feminina nas associações e o modo que, mesmo estando sujeitas ao poder masculino, encontraram caminhos de luta e subversão no lazer.

*Palavras-chave:* Associativismo, Mulheres, Moralidade, Rio de Janeiro

## *Abstract*

This dissertation aims to analyze the codes of morality adopted by carnival dance clubs during the period from 1904 to 1912. Carnival dance clubs were famous associations in Rio de Janeiro during the final of 19th century and the first decades of 20th century, frequented by poor and black men and women. The leaders of these associations adopted rules as an important strategy of social affirmation, respectability and women's protection. Indeed, at that time, there were several appeals related to moral from politicians, physicians and jurists in order to make the Brazilian nation modern and civilized. Nonetheless, the majority of rules and conducts adopted focused on women's behavior causing certain impositions to them. Herein, the women insertion in the carnival dance clubs, how they fought against the male chauvinism and subversion of leisure in these associations have been analyzed.

*Keywords:* Associations, Morality, Rio de Janeiro, Women

## *Sumário*

Agradecimentos: .....	V
Resumo:.....	VII
Abstract .....	VII
Lista de Ilustrações .....	IX
Lista de Gráficos .....	IX
Introdução .....	10
Capítulo 1: Clubes na cidade .....	28
O fenômeno associativo na Capital Federal .....	30
Entre Estatutos e Pedidos de Licença.....	36
Clubes de Família.....	41
Capítulo 2: Como Vestir?.....	44
Com que roupa eu vou? .....	47
A reforma da cidade .....	49
Saneando Aparências .....	51
As meninas Vaidosas .....	63
Capítulo 3: As senhoras com moralidade.....	68
“ <i>As morenas do Catete</i> ” .....	70
Moralidade e Discurso Jurídico .....	73
A moralidade nos clubes .....	77
Inserção feminina .....	80
Um espaço para chamar de seu: .....	87
Um Grêmio para as moças .....	89
Capítulo 4: Como Dançar?.....	91
Cuidando da Técnica .....	94
Os protetores do baile: fiscais e mestres de sala .....	99
As regras de conduta.....	101
Sempre elas! Disputas amorosas e violência nos finais de festa .....	104
Mestiçagem e Historiografia .....	112
Danças Morais? .....	115
Considerações Finais .....	122
Referências:.....	125
Fontes .....	134
Anexos .....	136

## *Lista de Ilustrações*

Figura 1: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1904 .....	29
Figura 2: “Antes da Lei – Os Efeitos” O Malho, 22 de setembro de 1906 . .....	56
Figura 3: “Execução de um projecto municipal; ninguém pode andar descalço e sem casaco! “. ..	57
Figura 4: “Os novos figurinos”.O Malho, 22 de setembro de 1906 .....	58
Figura 5:”Tertuliano Coelho”.Fon-Fon, 18 de setembro de 1909.....	59
Figura 6:”Prevenções”. Fon-Fon, 23 de maio de 1908 .....	60
Figura 7: O Malho, 22 de outubro de 1910 .....	61
Figura 8: “As Meninas Vaidosas”. Revista da Semana, 25 de fevereiro de 1911.....	64
Figura 9: "União das Rosas". Revista da Semana, 18 de fevereiro de 1911. ....	65
Figura 10: "Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 23 de fevereiro de 1911 .....	83
Figura 11: Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 23 de fevereiro de 1911 . .....	84
Figura 12: Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 18 de fevereiro de 1911. ....	84
Figura 13: "Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 18 de fevereiro de 1911.....	85
Figura 14: Livro Arte da Dança de Sociedade. Fonte: Instituto Moreira Salles.....	95
Figura 15: Livro As Danças de Salão. Fonte: Instituto Moreira Salles .....	97
Figura 16: João Dantas, Correio da Manhã, 30 de setembro de 1912. ....	108
Figura 17: EFEGÊ, Jota. Maxixe: a dança excomungada .....	119
Figura 18: BRAZ, Xico. Danças de Salão.....	120
Figura 19: O Malho, 19 de fevereiro de 1910 .....	121

## *Lista de Gráficos*

Gráfico 1: Associações recreativas descritas no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1882.....	31
Gráfico 2: Associações recreativas descritas no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1882 - 1884.....	32
Gráfico 3:Associações recreativas descritas no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1900 - 1910.....	33
Gráfico 4::Associações recreativas descritas no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1900 - 1910.....	33

## Introdução

No dia dois de abril do ano de 1907 o cronista e literato Viriato Corrêa<sup>1</sup> publicava no jornal *Gazeta de Notícias* uma crônica intitulada: *Os Sábados no Rio (Impressões de um Passeio)*<sup>2</sup>. Ao longo do texto, o cronista se ocuparia em descrever suas impressões sobre as noites do fim de semana na cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras o “Rio, nos sábados, é uma cidade nova, sem a fisionomia normal ondulada das outras cidades” e essa característica seria “um traço seu, uma originalidade profunda e forte” da então Capital Federal.

Essa originalidade da qual se referia o autor, se expressava logo a diante nas linhas posteriores de sua crônica; e era sobre a alegria que reinava entre os diversos trabalhadores, ao anoitecer dos sábados, pelos bailes espalhados na cidade, que ele se referia:

“O sábado, à noite, é da pobre gente que a semana inteira andou curvada sobre o trabalho; do operário que sete dias suou sobre andaimes, com as narinas entulhadas do pó; da moça da fábrica, que não se afastou um momento do tear; da costureira que não parou de rodar a máquina; da criadita que só fez mimar crianças; do copeiro que está de folga; da cozinheira em férias aquela noite; da lavadeira que se libertou, de tarde, da morrinha da roupa suja dos fregueses. A Cidade inteira dança, toda ela atira-se á pagodeira”.

O sábado se tornava especial não só por ser um dia livre do trabalho pesado semanal, mas porque tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras poderiam se entregar ao lazer dançante. Aos olhos do cronista, isso era algo que acontecia por toda a cidade; “pelo largo do Rocio, pelas ruas de São Jorge, Lavradio, Tobias Barreto, Misericórdia, Senado, Itaúna (...)”. Não era algo restrito a uma determinada rua ou a uma parcela da população. A entrega da alma e do corpo à música e à dança seria um sentimento compartilhado por todos; nos botequins, pelas ruas e até nas casas mais humildes.

Embora percebesse que o prazer pela dança era algo compartilhado na cidade, o autor da crônica notava as diferentes formas pelas quais o dançar se manifestava nos bairros e regiões. Para compreendê-las, ele estabelece na crônica uma comparação entre alguns bairros.

Sua descrição começou pela Cidade Nova. Em suas palavras aquele bairro era muito festivo, haveria “música em todas as casas”. Eram “violões que dedilham aqui, harmônicas

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História (São Paulo)*, v. 35, e99, p. 1-21, 2016. (p,10)

<sup>2</sup> “Os Sábados no Rio”. *Gazetas de Notícias*, 02 de abril de 1907. (p,3)

cantando na estalagem, guitarras e violões, cavaquinhos e cantos”. Aos sábados aconteciam as cerimônias de casamentos e batizados que sempre terminavam em bailes.

De fato, desde o início do século XX, nesse bairro se concentravam diversos ambientes que eram dedicados ao lazer dançante<sup>3</sup>, como, por exemplo, as sociedades recreativas. Segundo o cronista, as sociedades dançantes da Cidade Nova possuíam “bandeiras no topo dos mastros, gambiarras cintilando e folhagens nas varandas”. Os trombones e clarinetes roncavam e a “rapaziada” viravolteava pela sala “após empurrões e aos requebros”.

Em seu relato, o cronista faz uma minuciosa narração de uma suposta visita que fez à sede de uma dessas sociedades em um dia de baile. Dentre às descrições que faz de seus diferentes aspectos, como a forma com que foi recepcionado pela diretoria da sociedade e o modo com que os casais "requebravam" pelo salão, dedica atenção especial aos perfis sociais que compõem aquele ambiente:

"A sala transborda a borborinha: a costureirinha casadora que se está a derreter para aquele mulatinho cocheiro, a mulata catita que se retorçe muito e que lampeja os dentes alvos, " o cabra escovado" que usa calças brancas e cinto largo, o mulato pachola que pinga gordura pelo cabelo aberto em pastinha, o pardavasco que rescende a impostoria, cigarreiros, criados de botequins, a mulatinha faceira que se está avintlo mal no colete devant droit que a patroa lhe dera, a lavadeira grossa que tem muito quadril e muito seio; as velhas mais das moças, que mastigam biscoitos; uma ou outra rapariga branca que sente a superioridade da cor e que está assim num canto sem se misturar."

A ironia utilizada pelo cronista na descrição dos frequentadores do baile chama a nossa atenção para certa caracterização que o mesmo parece se propor a fazer da Cidade Nova. Além de ser um bairro farrista, a maioria de seus moradores seria de mulatos e "pardavascos" que se esforçariam, sem sucesso, na demonstração de uma elegância. Os poucos indivíduos brancos dali, por se acharem superiores aos mulatos, ficavam juntos entre si, sem querer "se misturar". Desta maneira, o autor deixa sugerido em seu texto que as redes de sociabilidade acionadas no momento do lazer se estabeleciam pela “cor” dos indivíduos. Embora o último recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, realizado no ano de 1906, não trouxesse informações sobre a *raça* dos moradores da Capital Federal, não era incomum,

---

<sup>3</sup> No início do século XX, as freguesias de Santana, Espírito Santo e Santa Rita, onde estão localizadas a zona portuária e a Cidade Nova, concentravam, entre os anos de 1901 e 1910, 37% das agremiações carnavalescas, entre ranchos, cordões e outras sociedades, e em maior número estavam os “terríveis cordões”, vistos com negatividade pelos foliões mais “requintados”, assim como pelos jornalistas e a polícia. (CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia: uma história social do carnaval carioca entre os anos de 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.(p,166.))

nos periódicos do início do século XX, textos que se propunham a reflexão sobre quais seriam os elementos identitários nacionais.<sup>4</sup>

Além da Cidade Nova, o autor descreveu, ainda que de forma sucinta, outras localidades, como a rua das Laranjeiras, por exemplo. Por ser endereço de uma grande fábrica de tecidos<sup>5</sup> tal rua tinha como moradores muitos operários. Esses operários de fábrica aproveitavam seus dias de folga para "espairecer" nos bailes das agremiações dançantes. Diferente da pompa observada nos foliões da Cidade Nova, as mocinhas que iam aos bailes da rua das Laranjeiras, e que eram "brancas, franzinas, de rostinho pálido" demonstravam menos vaidades. Não tinham muitos "arrebiques" e os homens tinham "fisionomia modesta e normal"; suas roupas eram simples e pareciam "viver do trabalho".<sup>6</sup> O autor não cita a presença de nenhum mulato ou mulata. Talvez, por isso, sua análise sobre esse bairro seja tão breve.

Seguindo sua descrição, aparece o bairro do Catete, que já é caracterizado como um bairro "cheio de sociedades dançantes" como, por exemplo, o Progresso das Famílias, a Flor da Lapa, o Receio do Catete, entre outros. Essas sociedades seriam muito organizadas. Seus estatutos, que firmavam o que o cronista chama de "estranhas regras de cortesias", não eram infringidos pelos sócios. Em seus bailes, todo rapaz passava a ser chamado de "cavalheiro" e todas as moças de "excelência".

Assim como na Cidade Nova, o Catete também era um bairro muito festivo. A dança tinha privilégio ali. Nas palavras do cronista, os moradores do Catete dançavam todos os sábados, quer "roncasse trovoadas pelo céu ou fizesse luar". O prazer que tinham em ir para os bailes das agremiações ficava perceptível na forma com que esses dançarinos se vestiam tentando demonstrar requinte e fidalguia:

"As mulatinhas do Catete são tremendamente pernósticas. Nos bailes pretendem vestir ao último figurino, tem abundância de laçarotes, uns penteados catita, usam coletes da moda e fazem gestos e atitudes de moça branca.

(...)

---

De acordo com Carolina Vianna Dantas, nesse tipo de reflexão "implicava necessariamente pensar sobre a ampla presença de negros e mestiços, seu lugar social e cidadania e nas teorias raciais." (DANTAS, Carolina Vianna. "A nação entre sambas, cordões e capoeiras nas primeiras décadas do século XX", *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 13, n. 22, jan/jun 2011, pp. 85-102.) (p,87)

<sup>5</sup> Fábrica de Tecidos Aliança. Ver em: Coleção O Operariado do Rio de Janeiro no início do Século XX Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/taxonomy/term/212>. Acesso 27 abril 2016 e o trabalho de Leonardo Pereira "Literatura em Movimento: Coelho Netto e o público das ruas" In: PEREIRA, L. A. M. ; NEVES, M. (Org.) ; CHALHOUB, S. (Org.) . *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. v. 1. 590p

<sup>6</sup> Na análise do cronista, ao citar as criadas que frequentam os bailes afirma: " Vestem-se: são blusas que as patroas já não usam e que elas aproveitam e concertam." E também "a mulatinha faceira que se está avintlo mal no colete *devant droit* que a patroa lhe dera". Diferente das criadas (que eram as mulheres que frequentavam os bailes da Cidade Nova) as operárias de Laranjeiras têm roupas mais simples, por não ganharem dos seus patrões, mas teriam que viver apenas com o fruto de seu trabalho.

As salas estão cheias de mulatos tremendamente soberbos, cheios de si, do seu cabelo ondulado, da gordura dos cabelos, das calças que vestem, do charuto que fumam. Se a imprensa lhes sobe as escadas, recebem-na numa cerimônia de paço, com curvaturas e agrados em que se percebe o desejo de passar por gente fina."

Para o cronista, os mulatos do Catete buscavam afirmar para si e para seus bailes um caráter refinado, um perfil elegante, de "gente fina", tanto na forma de se vestir quanto em seus comportamentos na sede social da agremiação. Essas condutas seriam uma tentativa dos frequentadores dos bailes do Catete de se aproximarem de um comportamento que era associado aos indivíduos de cor branca dos bairros elegantes. Como sugere o autor, na visão dos dançarinos do Catete não era "*chic*" assemelharem-se aos indivíduos da Cidade Nova.

Seguindo sua análise, quando descreve o bairro do Andaraí, o autor da crônica afirma que eram poucas as sociedades dançantes sediadas naquela vizinhança; as que tinham eram apenas duas ou três, que eram frequentadas pelo "pessoal das fábricas". Porém, isso não limitava, de alguma forma, os festejos dançantes; estes ocorriam nas casas das famílias. Animados pelas polcas que eram tocadas nos gramofones, os festejos caseiros eram compartilhados entre as pessoas da vizinhança.

"A porta está aberta, a janela ás escancaradas. (...) O povo do "sereno" condensa-se. Devassa-se tudo na rua; mas ninguém se importa, ninguém estranha: conhece-se todos. O "sereno" conversa para a sala, a sala para o sereno, e a dona da casa, vaidosa por ver tanta gente a sua porta, passeia do corredor para os quartos, arrastando a cauda do vestido. "

Os espaços residenciais também eram sede para os festejos de outro local que o autor se propõe a analisar em seu texto, o bairro da Saúde. Nesse bairro, segundo consta na crônica, havia os "choros". Realizados para as comemorações de aniversários e batizados, eles aconteciam em casinhas baixas de "luz escassa de um candeeiro de querosene". E eram tocados com instrumentos simples: "um cavaquinho, uma flauta e um clarinete". Os mulatos do bairro da Saúde não frequentavam os "choros" com tanta pompa; suas indumentárias não eram tão complexas. Porém para o cronista essa simplicidade não diminuía sua forma de diversão: "na sala, um cabrochão de bombacha, sem gravata, mas com um lenço de cor no pescoço, está a dançar com uma mulata grossa, ele com pacholamento com os olhos para cima, ela com a cabeça languidamente deitada no seu peito". O cronista finaliza sua análise reafirmando a centralidade que a música e a dança tinham na cidade. Em suas palavras, "em cada rua que se passa dança-se. A cidade inteira brinca. Há pagodeiras por toda parte" na noite de sábado.

A crônica de Viriato Corrêa demonstra que havia entre os cronistas um consenso de que a prática recreativa dançante seria um prazer comum aos moradores da cidade do Rio

de Janeiro. Mas apesar daquela prática ser uma "vocação singular" de uma suposta cultura urbana carioca<sup>7</sup> existiam diferenças expressivas entre os bailes e dançarinos da cidade.

Olavo Bilac em maio de 1906 deixava evidente esses pensamentos em uma crônica chamada "A dança no Rio de Janeiro"<sup>8</sup>, publicada na revista *Kosmos*. Nela o autor também percebia a importância da dança para os cariocas. Mais do que um costume ou um divertimento, a dança seria na cidade "uma paixão, uma mania, uma febre" que se disseminava por toda a Capital Federal. Como resultado, ele afirmava que "nós somos um povo que vive dançando".

Sem ser algo restrito a uma determinada parcela da população, essa paixão seria um sentimento compartilhado em todas as casas, ruas e bairros, fazendo com que simples encontros como almoços, jantares ou piqueniques para os cariocas acabassem sempre tendo algum momento voltado para a dança. Olavo Bilac, em sua crônica, também chamava atenção para as diferentes formas pelas quais o fenômeno dançante se manifestava nos diferentes bairros e regiões. Para compreendê-las, ele trata de tentar estabelecer na crônica citada uma "geografia moral" da cidade, capaz de mostrar as peculiaridades de cada bairro através da dança.

Ele começa pela descrição do bairro de Botafogo. Para ele, ali a dança "seria serena e majestosa como um ritual religioso" onde damas e cavalheiros tem os gestos solenes e medidos, as mãos apenas se tocam e os p s arrastam-se sem barulho. Ali os que dançavam pareciam "estar cumprindo uma obrigação cultural".

Saindo de Botafogo e estendendo sua análise a Tijuca, Andaraí e Engenho Velho, Bilac observa que as damas tinham a barra da saia mais curta para que permitisse melhor volteio e para que os p s ganhassem movimento: "espertos e ligeiros se agitam como aves, bicando o assoalho". Mesmo que ali os corpos ainda não se aproximassem, as mãos apresentavam uma vibração palpitante, fazendo com que a dança naquelas localidades aparecesse como um "prazer". Mas, é um prazer de forma contida<sup>9</sup>.

Um pouco mais distante, no Catumbi e na Cidade Nova a dança perderia seu caráter formal, ali damas e cavalheiros se entregavam ao maxixe. Os corpos se tocavam, os braços se enlaavam e as faces se aproximavam. Esse jeito de dançar também aparece no bairro da Saúde: l  além da informalidade, existia uma fusão de danças que se expressavam no ritmo

---

<sup>7</sup> ARAUJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. (p, 25)

<sup>8</sup> BILAC, Olavo. "A dança no Rio de Janeiro", *Kosmos*, maio de 1906, p, 49.

<sup>9</sup> VELLOSO, M nica Pimenta. "A dança como alma da brasilidade. Paris, Rio de Janeiro e o maxixe". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 7, 15 mar 2007. (p, 04)

que era o mais tocado; o samba. Na visão do cronista o samba aparece como “um bule que junta às três raças misturando ritmos como o do jongo, o dos batuques africanos, os ritmos portugueses e os ritmos indígenas” e faria desaparecer “o conflito das raças”<sup>10</sup>

Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas, em *Música Popular e História, 1890-1920*, argumentam que entre o final do século XIX e início do século XX havia uma preocupação com o “caráter nacional brasileiro” e coube aos intelectuais do período a construção de uma originalidade cultural que integrasse o Brasil no “concerto internacional dos países ditos modernos e civilizados”<sup>11</sup>. Analisando a produção de folcloristas sobre a música brasileira e a canção popular, diferente de outras análises historiográficas<sup>12</sup>, as autoras trabalham no texto como a produção dos intelectuais criou um espaço que reconhecia e “valorizava a presença ativa dos descendentes de africanos na nação projetada” e que isso teria acontecido ao lado das políticas de embranquecimento da população e das teorias de inferioridade das pessoas miscigenadas que estariam presentes nos “textos de literatos, médicos, juristas e políticos imigrantistas”. Ainda que reproduzissem preconceitos, esses autores não desprezaram a contribuição dos descendentes africanos para o que definiam como “traços originais da cultura negra”. Sem dar o protagonismo a esses intelectuais, Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas chamam a atenção para o fato de que “as músicas e as poesias populares estavam nas ruas, nas festas e nos teatros mais finos. Faziam parte da vida, do lazer e das demandas políticas de setores populares”. O trabalho dos autores folcloristas eram fruto dos diálogos e conflitos culturais travados cotidianamente nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, para autores como Olavo Bilac a música seria o “espaço de formação da nossa originalidade nacional via miscigenação”<sup>13</sup>. Mas, longe de uma imagem homogênea que será construída a posteriori, o prazer proporcionado na hora da dança pelos cariocas, não deixou de revelar diferenças expressivas nas formas de entrega do lazer.

---

<sup>10</sup> ABREU, M. C. ; DANTAS, C. V. . *Música Popular e História, 1890-1920*. In: Abreu, M., Lopes, H., Ulhoa, M, Velloso, M.. (Org.). *Música e História no Longo século XIX*. 1ed.Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, v. , p. 37-68.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> De acordo com as autoras a proposta do trabalho, envolve diálogo com duas teses que se propõe a pensar o período pós abolição. A primeira delas “defendida por diversos historiadores nos anos de 1880-1890, é a de que o pensamento intelectual da chamada Belle Époque, especialmente na capital da Republica, voltava-se preponderadamente para valores externos e para europeização dos costumes. Segundo esses estudos, desejava-se enterrar o “Brasil antigo e africano”, o qual impediria a realização de seu projeto civilizatório. A outra, desdobramento da anterior, é a de que as manifestações populares em geral, e musicais em particular, teriam sido amplamente desvalorizadas e condenadas neste período pelo meio intelectual” (p, 41). As autoras também destacam que junto a essas se somava a tese de que o gosto pelo “exotismo” e pelo “regionalismo” explicaria o interesse dos intelectuais, mas isso não seria suficiente para entender as implicações em questão.

<sup>13</sup> ABREU, M. C.; DANTAS, C. V.. *Música Popular e História, 1890-1920*. *Op.Cit.* Ver também: ABREU, Martha . “O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição”. *Revista Brasileira de História* (Online) , v. 35, p. 177-204, 2015.

Embora as crônicas fossem publicadas em periódicos que tinham como alvo públicos diferentes<sup>14</sup>, ambos os cronistas trazem para discussão algo que, segundo suas descrições, era compartilhado pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro: o prazer pela dança. Como bem observa Mônica Pimenta Velloso, posteriormente esse “prazer” se tornará um “ícone representativo da brasilidade e do moderno”<sup>15</sup>. A dança passaria assim a configurar uma identidade para a cidade e para a nação por ela representada, como um todo<sup>16</sup>. Sendo inclusive, a imagem que caracterizaria o país no cenário internacional.

A dança tinha privilégio nos salões das associações dançantes carnavalescas que surgiram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Espalhadas pelas diferentes regiões da cidade, essas pequenas sociedades eram fruto da “febre dançante” que tomou todo o mundo atlântico<sup>17</sup>. Em seus bailes, aqueles que frequentavam esses clubes deixavam evidente que por mais comum que fosse o dançar, a paixão pela dança tinha características bem particulares. Se todos estavam dançando, não era do mesmo jeito; havia disputas em todos os momentos.

Dentre as muitas particularidades que envolviam o lazer dançante, a adoção de códigos de comportamentos específicos para a frequência nos bailes foi um diferencial nas pequenas associações recreativas carnavalescas. Suas diretorias faziam questão de afirmar para as suas atividades sociais uma imagem moral que dialogasse com os padrões morais de ordem e recato imposto por médicos, juristas e autoridades políticas. É o que sugere a documentação produzida pela Repartição Central de Polícia do Distrito Federal referente aos clubes recreativos, guardada no Arquivo Nacional. Todos os anos essas sociedades precisavam obter do Chefe de Polícia do Distrito Federal uma licença de funcionamento, que era conseguida mediante a apresentação dos Estatutos que regiam a vida social do clube. Analisando as documentações produzidas por aquela repartição, recolhi 115 estatutos diferentes dentre os anos de 1900 a 1912, do quais foram selecionadas vinte para a dissertação. Os critérios utilizados foram aqueles que traziam informações mais específicas

---

<sup>14</sup> Sobre o jornal *Gazeta de Notícias* ver, Leonardo Pereira, “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. In: *Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997. Sobre a Revista *O Kosmos* ver os trabalhos de Marcia Cezar Diogo, “O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro”. In: PEREIRA, L. A. M. ; NEVES, M. (Org.) ; CHALHOUB, S. (Org.) . *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. v. 1. 590p; e Ana Luiza Martins “A que se deve”. In: *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República*, São Paulo, 1890-1922. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>15</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. “A dança como alma da brasilidade. Paris, Rio de Janeiro e o maxixe”. *Op. Cit.*

<sup>16</sup> PEREIRA, J.C. Aqui dentro é respeito! O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. Monografias. Rio de Janeiro: Puc-rio (Departamento de História), 2014.

<sup>17</sup> PEREIRA, Leonardo. “Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 19, n° 35, 2013, pp. 97-116.

de regras de conduta sobre vestimenta e dança. E, ainda, aqueles que tinham algum artigo direcionado às mulheres.

Tais estatutos nos permitem captar aspectos inusitados e importantes do cotidiano dessas sociedades, dando muitas vezes a ver a lógica que regeu sua organização. Um desses aspectos são os códigos de moralidade. Nesses documentos, a decência e os bons costumes apareciam como um padrão de referência que os sócios pareciam querer demonstrar, sendo critério, por exemplo, para a admissão nessas agremiações. Era o que mostrava no ano de 1912 o estatuto entregue à Polícia pelo Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno<sup>18</sup>, localizado no Morro da Providência, que informava que para ser admitido era preciso ser “trabalhador morigerado e respeitador as leis e a moral. Ter bons costumes e não ser processado ou pronunciado, salvo por motivo de defesa devida ou propriedade de honra ofendida”. Formada por estivadores, carvoeiros e empregados da estrada de ferro Central do Brasil, os sócios do grupo pareciam querer afirmar para si uma identidade ligada aos bons costumes e a educação moral. Porém, para de fato se entender tal afirmativa, é preciso buscar por dentro da lógica que regia tal grupo e de outras associações congêneres em que consistia essa educação moral.

A partir da transcrição e leitura dessa documentação, buscou-se os nomes das associações e de seus membros nos periódicos disponíveis on-line na plataforma da *Biblioteca Nacional* e no site do *Diário Oficial da União*. Dessa forma, foi possível mapear conexões e estratégias utilizadas pelos sócios e diretores dessas associações. Outra estratégia utilizada para se obter mais informações a respeito das sócias dos clubes ( que só foi possível identificar na leitura dos jornais, visto que havia certa invisibilidade das mulheres na documentação de polícia) foi a busca das certidões de casamento na plataforma *Family Search*.

Por conseguintes, essa dissertação pretende analisar como a moralidade se constituiu como uma importante estratégia de reconhecimento e afirmação para os sócios dos clubes dançantes<sup>19</sup>. Em um momento de debates acerca do “caráter nacional brasileiro” e da modernização do país (refiro-me as décadas seguintes à assinatura da lei de 13 de maio de 1888), essas pequenas associações recreativas, mais do que um espaço de lazer, eram um lugar de articulação de laços de identidade comunitária e individual. De igual modo, os

---

<sup>18</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 365 (“Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno”).

<sup>19</sup> De fato, haviam muitas diferenças entre essas associações recreativas carnavalescas que aqui estou chamando de “sociedades dançantes”- Maria Clementina em seu trabalho sobre o carnaval carioca se dedica a refletir a diferença entre ranchos, cordões e observa que essas fronteiras eram bem fluídas- Porém, refletir sobre essas diferenças não foi meu objetivo. Mesmo correndo o risco de parecer tratar (em determinados momentos da minha análise) essas associações de formas homogêneas, para conseguir compreender esses códigos de moralidade optei por analisa-las em oposição a outros códigos morais, e a melhor maneira de fazer isso foi agrupando essas associações.

bailes proporcionados pelos pequenos clubes eram espaços privilegiados de contato entre homens e mulheres, logo, em diálogo com as regras e normas estabelecidas para as relações de gênero do período, os diretores mantiveram regulamentos que cuidavam da reputação feminina e ainda lhes acrescentava respeitabilidade diante de uma sociedade que sempre os via como a “classe viciosa”.<sup>20</sup>

Como moralidade estou considerando uma série de códigos de comportamento culturalmente construídos que circulavam entre a sociedade carioca no início do século XX e que sustentavam as diferenças entre as relações de gênero, de raça e de classe. Entendendo a moralidade como uma construção relacional, o trabalho analisará o diálogo entre os códigos morais afirmados pelos sócios dos clubes e por homens de letras, juristas e higienistas. O recorte temporal, que ficou entre os anos de 1904 a 1912, se deve em decorrência do grande número de pedidos de licença e estatutos que se produziu nesse período<sup>21</sup>. Foram priorizadas as associações que traziam referências sobre códigos de moralidade na dança ou na vestimenta.

Na historiografia, a discussão sobre a moralidade vem sendo apresentada a partir de diferentes perspectivas. Para tentar entender os códigos morais presentes no associativismo recreativo dos trabalhadores cariocas da Primeira República, cabe assim refletir sobre as produções de algumas autoras que trabalham com a moralidade pensando as questões relacionadas a gênero: Maria Clementina Pereira Cunha, Martha Abreu Esteves, Sueann Caulfield e Rachel Soihet.

---

<sup>20</sup> O termo “classes viciosas” é trabalhado por Sidney Chalhoub no texto *Cidade Febril, cortiços e epidemias na Corte imperial*. De acordo com o autor a expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. O termo se referia principalmente aos indivíduos que viviam na pobreza. A principal virtude do bom cidadão seria o gosto pelo trabalho, e este levaria necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Desta forma, o maior vício possível em um ser humano seria o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”. De acordo com o autor a adoção de tal conceito no Brasil, de classes viciosas (ou perigosas) tinha como suspeitos preferenciais os negros. Tais vícios eram resultado de seu “antigo estado”, isto é, as condições de vida no cativeiro seriam as responsáveis pelo suposto despreparo dos ex-escravos para a vida em liberdade. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>21</sup> De acordo com Eric Brasil “o número crescente de associações devidamente licenciadas entre 1900 e 1920 pode demonstrar como os grupos populares compreenderam o uso da cultura escrita, especificamente o uso da lei em seu favor, como um caminho para garantir e expandir o direito de associação, expressão e representação diante da República que vinha se constituindo – e não o fato de a polícia ter facilitado o acesso a esse documento numa possível suavização das formas de controle.” (BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. 2016.)

Maria Clementina Pereira Cunha, em “De Historiadoras, Brasileiras e Escandinavas. Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e século XX)”,<sup>22</sup> se volta contra as ideias de homogeneidade do universo feminino presentes até então na produção sobre a Primeira República. Segundo a autora, em meados da década de 1970, o feminismo se encontrava no Brasil, no auge. Esse feminismo aparecia na imprensa e em uma série de grupos de militância e discussão, influenciando fortemente a historiografia do período. “Surgia uma bibliografia fortemente marcada pela descrição de diferentes segmentos da “mulher operária”, das trabalhadoras do campo e da cidade, da exploração econômica sobre as mulheres e da sua condição de desvalida entre os espoliados.” Esse tipo de história trouxe contribuições para uma história do trabalho, mas na questão de gênero trouxe poucos avanços para o debate. Havia uma homogeneização da questão feminina.

Para Maria Clementina Cunha, "a perspectiva que só enxergava homogeneidade na 'condição feminina' pode soar hoje tão antiga quanto à prática de queimar sutiãs." Não há como pensar num universo feminino único para as mulheres da Primeira República. Existe uma contradição em se querer homogeneizar mulheres tão diferentes. Ela observa “que as condições específicas de um país como o Brasil, profundamente marcado pelas políticas de domínio senhorial e pela longa experiência da escravidão, interferem na forma pela qual relações de dominação (entre elas, as de gênero) foram tecidas em diferentes conjunturas históricas”. É na exploração dessas experiências que reside o principal propósito do artigo.

Usando como fonte prontuários de internas do hospício de Juquery em São Paulo, a autora observa que médicos e elites sociais compartilhavam de uma compreensão subordinada dos seus “inferiores” e também do papel feminino. Essa compreensão subordinada aparece desde o século XIX, quando as mulheres senhorias viviam escondidas no espaço privado, servindo de exibição do poder dos senhores e de troca de laços matrimoniais: “constituíam um verdadeiro capital a ser preservado: deviam ser dependentes, ter sua sexualidade confundida com a própria noção da “honra” familiar e defendida a qualquer custo contra intrusos”. A inferioridade transcrita no corpo da mulher lhe definira um papel subordinado; “a perspectiva da higienização da mulher e da família se impôs inicialmente, sobretudo como fator de diferenciação e hierarquização social”.

O fim da monarquia e a República teriam redefinido a forma de pensar e de enfrentar as diferenças sociais para a historiografia brasileira sobre gênero: “tratava-se de guindar o país à modernidade e à civilização, enfrentando as questões suscitadas pelo crescimento urbano e pela necessidade de incorporação de grandes massas despossuídas à cidadania e ao mercado de mão de obra, moldando-as aos imperativos da disciplina do trabalho”. Esta

---

<sup>22</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998, pp. 181-215.

historiografia definia por isso que, “ao legislar sobre os “crimes contra a família”, os parlamentares e juristas não deixavam de impor às classes populares um padrão, definido de cima, sobre a moralidade e as condutas femininas - sólida e duramente incorporado por ela. A legislação assumia aí um duplo caráter: reprimir e punir infratores que ameaçassem a “família”, mas também passar “imagens positivas da ordem” para as mulheres das classes populares cuja rotina de vida e trabalho, evidentemente, impossibilitava que seguissem os preceitos da lei e dos bons costumes”.

Assim como o alienismo homogeneizava os diferentes sujeitos históricos, a autora mostra que boa parte da produção acadêmica sobre as mulheres acabou “por fazer um percurso que, no fundo, não deixa de apoiar-se sobre o olhar masculino, branco e senhorial”. De forma diferente dessa historiografia criticada por Maria Clementina Pereira Cunha, Martha Abreu Esteves, no livro *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*,<sup>23</sup> traz um olhar para sujeitos diferentes, a partir da análise de processos de defloração, estupro e atentado ao pudor, referentes aos primeiros anos do século XX. A autora observa que, na visão dos juristas para civilização do país, o respeito à honra da mulher deveria ser garantido. A moral, a honestidade e o bom trabalho seriam um referencial na sociedade que se desejava formar. Diferentes dos homens que eram julgados pela questão do trabalho, as mulheres eram vistas pelo seu comportamento sexual.

Havia de fato a tentativa de aplicar uma conduta moral igualitária a toda sociedade que acabava passando por disputas: "apesar de essa política ter se iniciado na elite, e ter se expandido, como meio de controle e sujeição política, para todo o corpo social, não foi assimilada da mesma forma por todos os segmentos". A partir dessa afirmação Martha Abreu Esteves demonstra uma diferença na historiografia tradicional. A autora volta seu olhar para a diferenciação social entre as mulheres ricas e as "populares", que não assimilam esses códigos morais da mesma forma. Estes são socialmente construídos, o que quebra com a divisão naturalizada de gênero que serviu para explicar a “condição feminina” em trabalhos anteriores. A autora centra, assim, sua análise na diferença entre uma moral burguesa e uma “popular”.

Já Sueann Caulfield, no livro *Em defesa da Honra*,<sup>24</sup> trabalha com o conceito de honra sexual do final do século XIX até a década de 1930, utilizando processos similares aos de Martha Abreu Esteves, sobre defloração, estupros e pedidos de casamento. Ela observa que a honra sexual está ligada às bases da nação. Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização causaria a dissolução da família, um

---

<sup>23</sup> ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>24</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

aumento brutal da criminalidade e o caos social. Ainda assim, mostra como a questão da moralidade se torna um campo de disputas. Sujeitos envolvidos em conflitos diversos podiam interpretar o conceito de honra de diferentes maneiras. A autora reafirma que havia nesse período uma tentativa de zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-os à honra nacional. Diferente de Martha Abreu Esteves, Sueann Caulfield traz uma visão mais ampla de moralidade, não ficando presa somente às questões de gênero ou classe, mas observando que quando os juristas impunham normas civilizadas nas relações de gênero e contenção de sexualidade nas famílias higienizadas, fazia parte de um projeto externo de controle social. Esse controle estava em todas as partes, não se localizando somente entre mulheres pobres ou ricas.

Rachel Soihet, em *A sensualidade em festa: algumas representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX*,<sup>25</sup> aponta que, mesmo que houvesse um controle direcionado para todas as mulheres, recaía sobre as mulheres pobres, de maioria negras, um controle muito maior de seus corpos.

A autora inicia seu texto afirmando que a abertura dos portos no século XIX trouxe para o país vários viajantes que...

“impregnados das ideias iluministas, convictos da superioridade de sua cultura e de sua raça, além de terem passado por um processo civilizador que mesclado ao cristianismo acentuou a contenção das manifestações corporais, aqui chegados, manifestam grande estranheza diante da liberdade com o corpo revelada, especialmente, pelas negras e mulatas”

O resultado desse encontro foi a construção, por parte desses viajantes, de imagens e representações que retratavam “etnocentrismo” e discriminação de classe, de gênero e de raça. Mesmo permeada por preconceitos, a documentação deixada por estes viajantes constituiu-se numa documentação importante para os historiadores, que tem como tema o “cotidiano das pessoas comuns e com suas manifestações culturais”. Centralizando sua abordagem nas representações de mulheres negras, Soihet analisa diferentes imagens que sempre buscavam demonstrar as mesmas com “lascívia, imoralidade e grosseria”.

Os batuques e festas que eram retratados pelos viajantes traziam negras dançando com euforia e animalidade, comportamentos bem diferente do que se era esperado das “mulheres bem comportadas”.

No período republicano, essa fala “moralizante e excludente” continuava evidente e ganhou legitimidade científica ao ser emitida por médicos e juristas. Em nome da civilização

---

<sup>25</sup> SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, p. 177-198, 2003.

e progresso esses discursos tinham como objetivo “o expurgo das crenças e práticas populares” que estavam distantes dos valores da modernidade.

A festa da Penha e o Carnaval foram os exemplos escolhidos pelas autora para a problematização dos conflitos morais entre mulheres pobres e aparelhos repressores. O ideal de progresso e civilização afirmado por médicos e juristas passaria, obrigatoriamente, pelo comportamento moral. Rachel Soihet ainda aponta que as mulheres populares garantiam seu espaço no lazer mesmo com os preconceitos que enfrentavam. No caso do carnaval a imprensa contribuiu para acentuar a imagem negativa atribuída a festa, visando dela “afastar as mulheres “honradas””.

O controle dos corpos das mulheres durante as manifestações festivas se estendia durante a década de 1920 e 30. A autora observa que um passo maior de liberdade corporal se construiu a partir da colaboração de mulheres que, mesmo anônimas, atuaram contra o sistema, “atrelando-se a exibir seus corpos e expressar de forma crescente sua sensualidade”. O carnaval para a autora foi uma importante “brecha” para a “plena assunção pelas mulheres do seu corpo e da sua sexualidade também, na vida cotidiana”. Foram essas contribuições que corroboraram com o “clamor feminista” na década de 1970, pleno de “demandas no campo da sexualidade; cujas conquistas não decorreriam apenas da movimentação de um restrito grupo de intelectuais dos segmentos médios”.

Além dessas autoras, para enfrentar o desafio de tentar compreender a perspectiva moral própria ao universo dos trabalhadores, ligada ao processo mais amplo de articulação de identidades entre eles, recorri às consagradas análises de Edward Palmer Thompson, principalmente em seu trabalho “*Rough Music*”,<sup>26</sup> onde se dedica ao estudo das práticas e rituais costumeiros dos trabalhadores ingleses. *Rough Music* trata-se de ritual de ridicularização empregado contra indivíduos que desrespeitam certas normas da sociedade. Segundo o autor, essas cerimônias, ao regularem ocorrências relativas á autoridade e a conduta moral, permitem nos “desvendar os segredos do código moral de uma comunidade”, isto é, aquilo que é tolerado e o que é intolerado. Os costumes para ele aparecem como um campo de disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Desse modo, Thompson demonstra que os trabalhadores articulavam de forma própria seus laços de solidariedade e diferença, estando longe de constituir páginas em branco a espera de uma força exterior que os ordenasse.

No caso brasileiro, no entanto, o caminho analítico sugerido por Thompson esbarra na dificuldade da experiência de grupos que não tinham no registro escrito sua forma privilegiada de expressão. É assim, por meio de uma leitura a contrapelo dos testemunhos

---

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

lançados sobre esses trabalhadores, como a documentação policial, a imprensa ou a literatura, que se pretende compreender estas experiências.

No caso da documentação policial, essa tarefa nos obriga a pensar na própria constituição da força policial no período. Marcos Luiz Bretas,<sup>27</sup> tomando como objeto a polícia no século XIX e início do século XX, enfatiza que a polícia situa-se no centro da questão da transformação do projeto burguês para a nova realidade social. O cientificismo do período republicano, por exemplo, influenciou a perspectiva adotada pela polícia do período, marcando a naturalização de identidades e suspeitas que se expressava no exercício cotidiano da vigilância e do controle. Entre os projetos científicos e a realidade das ruas se organiza o aparato policial, buscando ampliar o seu espaço contra a Justiça, num processo em que o discurso da eficácia repressiva é o caminho para se realizar a identidade da corporação no seu objetivo de tornar-se senhora das ruas do Rio de Janeiro. Para usar a documentação policial como fonte, é preciso compreender as perspectivas a partir da qual se estrutura essa ação policial, baseada na lógica da suspeição generalizada sobre o mundo do trabalho. Cabe, ainda, entender as formas e conteúdos a partir das quais se expressa essa lógica, como propõe Silvia Lara,<sup>28</sup> pois, para além do caráter supostamente objetivo de documentos oficiais como estes, eles carregam também aspectos da subjetividade de quem os produziu, da lógica formal de sua construção e dos códigos que permeiam seu sentido comunicativo.

No caso da imprensa, de modo semelhante, é preciso entender aspectos ligados a seu funcionamento. O artigo “Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”,<sup>29</sup> de Leonardo Pereira, nos dá para isso algumas indicações relevantes. Leonardo Pereira inicia seu texto com a descrição de um pequeno ensaio, do ano de 1859, de Machado de Assis. No texto o cronista analisava o “surgimento do jornal” e o definia como um meio de universalização do “acesso à reflexão crítica”. A descrição de Machado se somava a uma certeza que era compartilhada pelos homens de letras do período: “a importância pedagógica da Imprensa”.

De acordo com Leonardo Pereira, essa ideia se fez notar em muitas análises historiográficas. Os historiadores, ao criticarem “a suposta objetividade do jornalismo”, acabaram por certificar os testemunhos ali expressos como apenas a visão dos “projetos sociais e políticos” do seus proprietários e redatores. Em outras palavras, “as ideias afirmadas em cada folha seriam expressão da perspectiva parcial” defendida pelos seus

---

<sup>27</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

<sup>28</sup> LARA, Silvia. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

<sup>29</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas...”. *Op.Cit.*

escritores. O resultado foi que, a partir da década de 1980, muitos pesquisadores (principalmente os mais ligados à perspectiva thompsoniana) passaram a buscar outros tipos de testemunhos como os “processos criminais, documentação cartorial ou registros policiais”, que supostamente seriam capazes de expressar “as lógicas e perspectivas” dos trabalhadores. Pereira é categórico ao afirmar que, mesmo que a incursão por fontes policiais e judiciais tenha sido “instigante” e trouxesse resultados positivos para a análise historiográfica, os trabalhos mostram que o tipo de “problema associado a tais testemunhos não é tão diferente daquele relativo à imprensa”.

Voltando sua análise para o jornal como fonte, o autor faz um breve contexto das mudanças no jornalismo do país entre as décadas de 1870 e 1890. O Rio de Janeiro já conhecia alguns jornais, que eram vendidos por assinatura (ligados em geral a grupos políticos, sem pretensão de atingir um grande público), mas estes vão cedendo espaço a um novo modelo de jornalismo um jornalismo; mais comercial, que viria a constituir a grande imprensa no Brasil - processo cujo marco inaugural é o surgimento da *Gazeta de Notícias*, em 1875. Ao inaugurar o sistema de vendas avulsas pela cidade, com textos mais fáceis e preços mais baratos, a fundação desse jornal era vivida por contemporâneos, como Machado de Assis, como uma “revolução”. Mais do que o preço ou o modo de circulação, no entanto, esta revolução estava marcada pelo modo de se relacionar com seu público. Essas novidades foram adotadas por jornais que surgiram no final do XIX como “*O Paiz*, criado em 1883; o *Diário de Notícias*, fundado em 1885; e o *Jornal do Brasil*, criado em 1891 por um grupo monarquista, mas reformulado em 1894”.

Para a conquista do grande público, foi preciso que folhas como a *Gazeta* trouxessem novos temas ligados ao interesse do maior número de compradores, como as festas e o carnaval, os jogos e os grandes crimes, por exemplo. Leonardo Pereira dá atenção especial a cobertura recreativa feita pelos jornais. O autor observa o início desse processo, onde a informação sobre os clubes carnavalescos tinha um pequeno espaço até ao estabelecimento de colunas diárias que cotidianamente se dedicavam a noticiar as atividades de pequenas associações. Mesmo compartilhando dessa aproximação com o “mundo das ruas”, os periódicos guardavam sua autonomia nas “estratégias e lógicas” diversas de incorporação desses temas.

O jornal firmava-se, assim, como um espaço essencialmente polissêmico e polifônico, sendo preciso lê-lo a partir dessa compreensão. Polissêmico, pois “permitia que seus registros fossem passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor”, e polifônico, pois, além dos temas próximos aos interesses dos leitores, os jornais também “incorporavam colaboradores que nem sempre faziam parte das redações ou comungavam dos mesmos ideais de seus diretores, como os responsáveis pelas crônicas literárias e seções

teatrais”. Havia também colunas abertas a colaborações pagas que eram anúncios enviados por leitores.

Leonardo Pereira ainda observa que havia uma intensa negociação entre jornal e público. No caso das associações recreativas frequentadas por trabalhadores, aproximar-se das “grandes folhas comerciais” era uma modo de “garantir seu prestígio e legitimidade” e de afirmação da “força, singularidade e moralidade de suas práticas, crenças e experiências”. Para os jornais, eram múltiplos os ganhos que tinham com a abertura em relação ao mundo das ruas, como por exemplo, o bom desempenho comercial. Em conclusão, Pereira aponta que na Primeira República a imprensa comercial do Rio de Janeiro se configurava em uma “arena de disputas múltiplas” na qual “diferentes setores e grupos sociais lutavam para se afirmar”.

No caso da literatura, vale ainda atentar para as observações feitas por Antonio Cândido no artigo “A Literatura e vida social”.<sup>30</sup> A proposta do autor é a de pensar a Literatura como um fator social. Estando interligada à sociedade, a literatura se estrutura a partir de um movimento dialético entre a arte e a sociedade, num vasto sistema solidário de influência recíproca. A literatura constituiu assim, para Antonio Cândido, um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e ela pressupõe o jogo permanente de relações entre autor, obra e público que formam uma tríade indissolúvel. Observando o papel de cada um desses sujeitos para análise, é essencial ver a literatura como um produto social, ligada às questões do seu tempo – e não como simples espelho ou representação desse tempo.

Há de se ressaltar ainda que o trabalho busca se inserir nas recentes discussões em torno do pós abolição. Seguindo a ideia proposta por Flavio Gomes e Petrônio Domingues entendemos o pós abolição como um longo período de mudanças políticas e sociais desde a propaganda abolicionistas até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização.<sup>31</sup> Além disso, tomou-se como leitura fundamental as sugestões de Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos em *O Pós-Abolição como problema histórico: Balanços e Perspectivas*.<sup>32</sup> No artigo, as autoras analisam as visões da última geração de escravos brasileiros, mostrando um panorama econômico mas, sobretudo, um panorama social. De fato, a historiografia tem colocado essa última geração de escravos quase que no esquecimento, principalmente na questão social. As abordagens sobre o fim da escravidão geralmente ignoravam os ex-escravos e seus descendentes e se voltavam para os novos

<sup>30</sup>SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. “A literatura e a vida social”, *Literatura e sociedade*, São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000 [1965], pp. 17-35

<sup>31</sup> GOMES, Flávio dos Santos. DOMINGUES, Petrônio. Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). Rio de Janeiro: Selo Negro Edições, 2011.

<sup>32</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

trabalhadores, imigrantes europeus, que desembarcaram em nossas terras. Para as autoras, é como se os negros tivessem “saído das senzalas e da história...”.

Buscando refletir sobre a experiência dos trabalhadores negros após a abolição Hebe Mattos e Ana Rios tentam mostrar as expectativas e visões dos últimos escravos frente a liberdade. Para isso as autoras se debruçam na região do vale do Paraíba onde o processo de abolição foi tardio e a imigração europeia limitada. As fontes usadas foram os relatos de descendentes da última geração de escravos assim como registros civis e jornais. O texto enfatiza ainda a busca dos trabalhadores libertos de regularizarem sua situação familiar assim como de construir uma boa imagem enquanto trabalhadores deixando para trás as imagens que lhes eram associadas - a de antigos escravos. A pesquisa feita no cartório de Paraíba do Sul com os registros civil de nascimento, casamento e óbito comprovam o argumento das autoras de maior regularização do trabalhador liberto.

Como conclusão, as autoras apontam a necessidade de se refletir sobre esse período pós abolição, pelas visões dos trabalhadores libertos. É preciso abandonar as abordagens historiográficas que olham todo esse processo pela visão das elites esquecendo de se atentar aos conceitos de cidadania e respeito.

A partir das reflexões desenvolvidas pelas historiadoras que se voltaram para as questões da moralidade no período, assim como da leitura de tais fontes, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Clubes na Cidade*, tem como foco principal apresentar a “febre dançante” que tomou a cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Usando como fonte os estatutos e pedidos de licença dos clubes, buscar-se-á refletir sobre o modo como a moralidade foi apropriada na experiência associativa dos trabalhadores cariocas.

O capítulo dois, *Como Vestir?*, parte da análise de um conflito ocorrido no Club de Madureira no ano de 1904, de modo a compreender a importância da questão da vestimenta nas disputas em torno da moral. Trata-se de tentar entender como o vestir-se de forma decente aparecia com um elemento importante da experiência recreativa dos sócios desses pequenos clubes e, em contrapartida como isso era visto por outros grupos sociais, partindo da análise de um projeto de Lei do intendente Tertuliano Coelho que visava regular a vestimenta no Município Neutro. Em seguida, a partir das experiências dos sócios busquei discutir o conceito de “respeitabilidade”.

O capítulo três, *Senhoras com Moralidade* aborda a presença feminina nas associações recreativas. Para tanto, utiliza-se como fonte a coluna jornalística “Palcos e Salões”, do *Jornal do Brasil*, a fim de demonstrar os possíveis protagonismos vivenciados

pelas sócias dos pequenos clubes dançantes e a forma que elas lidavam com as regras para o comportamento feminino presente nos estatutos.

O último capítulo, *Como Dançar?*, analisa os códigos de conduta adotados pelos sócios dos clubes em seus bailes, a partir dos artigos sobre dança presente nos estatutos. Refletindo sobre a modernidade do dançar, os códigos de conduta serão trabalhados em diálogo com os manuais de dança que foram publicados por diferentes editoras da cidade. Assente no cruzamento dessas fontes, pretende-se demonstrar como a “febre dançante” que tomou a cidade do Rio de Janeiro era permeada por disputas e negociações cotidianas.

## Capítulo 1: Clubes na cidade

O Carnaval do ano de 1904 se aproximava e o *Jornal do Brasil* na edição de domingo em sua capa, informava a seus leitores a listagem das “sociedades e grupos licenciados”<sup>33</sup> pela polícia para aquele ano. Em ordem alfabética, dezenas de grupos, de várias partes da cidade, vinham citados. Além da listagem, o jornal trazia uma imagem que ilustrava a grande quantidade de associações que adquiriram na polícia uma licença para sair em passeata.

O balão do “Jornal do Brasil aos foliões de 1904”, caricatura feita por Bambino,<sup>34</sup> era uma crítica a toda a movimentação política que tomava a Capital Federal. A imagem trazia em seu plano superior a representação de importantes figuras políticas da época, como Lopes Trovão e Rodrigues Alves. De fato, a Capital Federal no período republicano foi marcada por uma série contínua de revoltas, crises políticas e confrontos entre as “camadas populares”<sup>35</sup> e as autoridades políticas. O ano de 1904, por exemplo, já começava intenso: eram greves dos carroceiros; greves dos marinheiros; atraso nas obras do Porto; e toda essa agitação política se refletiria nos desfiles de carnaval daquele ano.

Hierarquicamente, as fitas amarradas nas cordas do balão (na imagem que segue este parágrafo) traziam os nomes das sociedades mais antigas e prestigiadas da cidade, como os Fenianos, Democráticos, Políticos, Colony e Congresso dos Lords.<sup>36</sup> Traziam também fitas menores que representavam o clube dos Pródigos, São Cristóvão, Paladinos do Catete e Paladinos da Cidade Nova. Enquanto que no cesto vinham vários pequenos clubes que alegravam os dias de Momo, como, por exemplo, o Flor do Caju, Yayá Me Deixa, Destemidos do Catete, Heróis Brasileiros, entre outros.

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1904. (p,1)

<sup>34</sup> “Artur Lucas (Rio de Janeiro s.d. - Idem 1929). Pintor, ilustrador, caricaturista e professor. Coursou a Escola Nacional de Belas Artes, Enba, no Rio de Janeiro, sendo discípulo de José Maria de Medeiros. Lecionou desenho na Imprensa Nacional e foi professor de modelagem da Casa da Moeda. Destacou-se, entre 1890 e 1917, como caricaturista, sob o pseudônimo de Bambino, colaborando com diversos jornais e revistas. Tornou-se ilustrador em 1910, sob o pseudônimo de W. Taylor”. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22554/artur-lucas>. Acesso 01 mar 2017

<sup>35</sup> BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. 2016.

<sup>36</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001



Essas várias associações alegravam os dias carnavalescos e seus calendários de atividades duravam o ano inteiro. Havia ensaios semanais para as passeatas de Carnaval e feriados religiosos. E os diretores promoviam bailes mensais que movimentavam os fins de semana da cidade. A grande quantidade de licenças, que foram expedidas pela secretaria de polícia no ano de 1904 reforçava o quanto a prática associativa estava disseminada pela Capital Federal.

Este primeiro capítulo gira em torno do estabelecimento dessas pequenas associações na cidade; sua composição e estrutura de organização e a importância delas na cidade. A relação dos clubes com o aparato policial republicano também é o objeto de análise. Numa época em que o lazer estava sobre julgamento dos pretensos reformadores da Nação, as estratégias escolhidas por homens e mulheres negros para ter a autonomia na diversão são essenciais para se compreender o fenômeno associativo.

### *O fenômeno associativo na Capital Federal*

Entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, o associativismo se constituiu como uma das formas privilegiadas de organização dos trabalhadores. Claudio Batalha<sup>37</sup> observa que nesse período haveria uma “proliferação de sociedades dançantes, carnavalescas, esportivas e, em menor número, culturais, educacionais, sindicais, políticas”, que saltavam “das páginas dos jornais, da documentação policial e de diversas outras fontes”. Batalha ainda observa que esse não era um fenômeno restrito à classe trabalhadora, mas, de fato, entre esses que ele ganharia uma força singular. Trabalhando com o conceito de "cultura associativa" o autor evidencia a importância que as associações tiveram no processo de formação de redes de solidariedade e no compartilhamento de valores e visões de mundo.<sup>38</sup>

Esse era o caso, em especial, dos vários clubes destinados à dança, que se multiplicaram por todos os bairros da cidade, mas principalmente em bairros operários.<sup>39</sup> Resultantes dessa lógica associativa, esses clubes se tornaram um elemento fundamental da experiência cotidiana dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup>BATALHA, Cláudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República, in: *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*, Ed. Unicamp, 2004. (p,96)

<sup>39</sup> PEREIRA. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, n 69 p.13-33. (p,20)

<sup>40</sup> Conf. PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República.” In: *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. (p, 278)

A cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1872 e 1906 concentrava um grande contingente de negros e mulatos. De acordo com Sidney Chalhoub dos 522.651 habitantes da capital registrados no censo de 1890 aproximadamente 180 mil ou 34% foram identificados como negros ou mestiços. Havia também na cidade uma crescente presença de imigrantes de origens diversas. Eram esses indivíduos negros e mestiços que somados a vários imigrantes formavam a *classe* trabalhadora e aproveitavam seus momentos de lazer nessas associações recreativas.<sup>41</sup>

A manifestação do fenômeno dançante torna-se perceptível, por exemplo, quando se observa as páginas dos vários periódicos que circularam entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Não era incomum ver a divulgação, nos jornais e nas revistas da época, da lista de sociedades que eram licenciadas todos os anos pela polícia<sup>42</sup> para sair em passeata no carnaval. Passando os festejos carnavalescos, durante todo o ano era expressivo nas colunas de anúncios a divulgação das atividades sociais, como os bailes e passeios.

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, por exemplo, a partir do ano de 1882, passaria a ter em seu índice o item "Recreação, Sociedades e divertimentos, como sejam: Clubes, Salas de leituras, Teatros, Sociedades Carnavalescas e de Músicas, Jardins, etc.". Ali viriam citados os endereços de várias dessas associações e outras possibilidades de divertimento na cidade. No seu primeiro ano de divulgação, tal índice trazia informações sobre alguns poucos clubes, como podemos observar no gráfico 1:

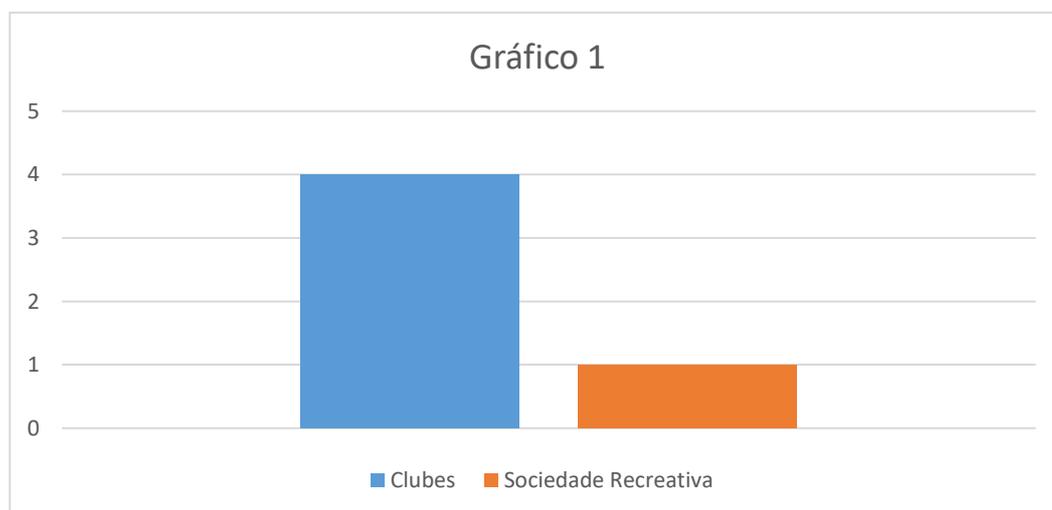
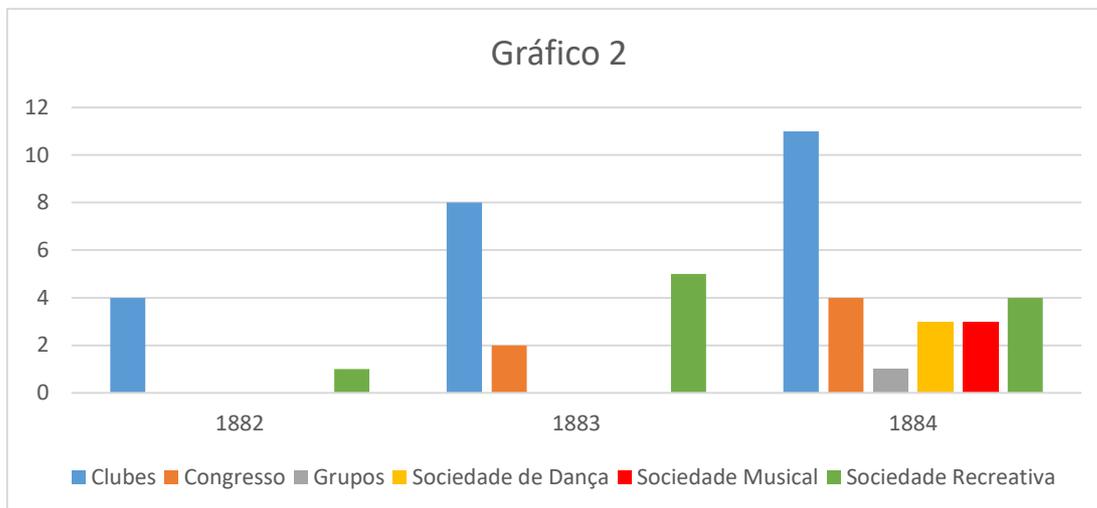


Gráfico 1: Associações Recreativas. Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1882.

<sup>41</sup> Sobre trabalhadores negros ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 0-p607, 2016.

<sup>42</sup> Existem muitos outros exemplos que poderiam ser citados aqui. Porém selecionei apenas três: *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1904; *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1900 e *O País*, 14 de fevereiro de 1903

Nos anos seguintes (1883 - 1884), podemos perceber que houve um aumento do número de agremiações descritas e que há uma variedade das mesmas. É o que demonstra o gráfico 2:

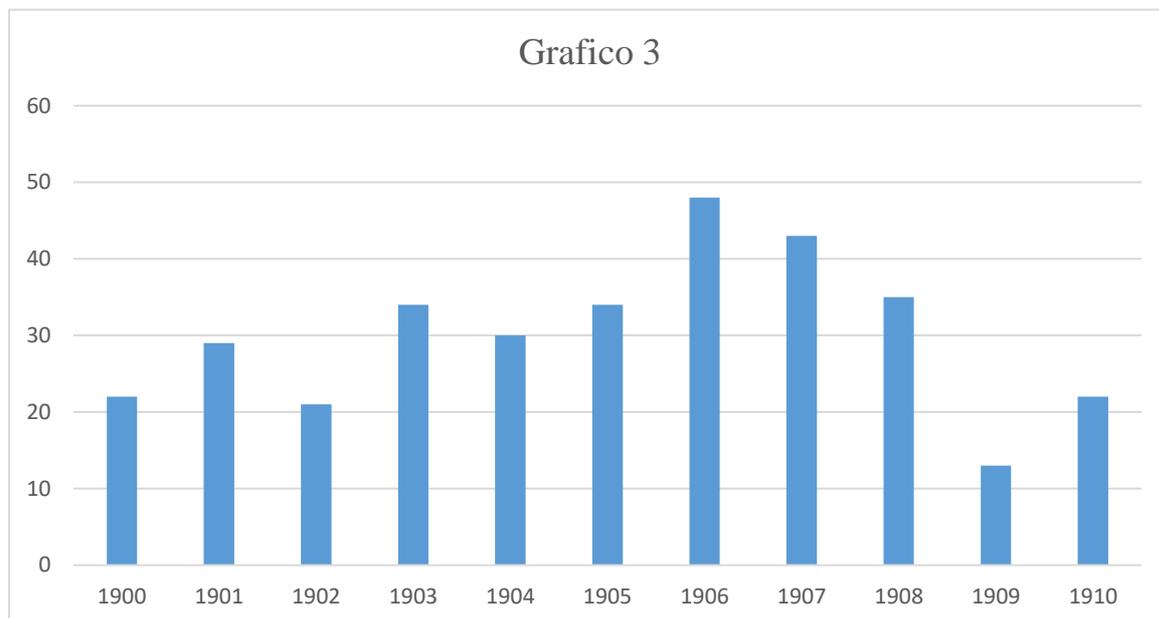


*Gráfico 2: Associações Recreativas.*

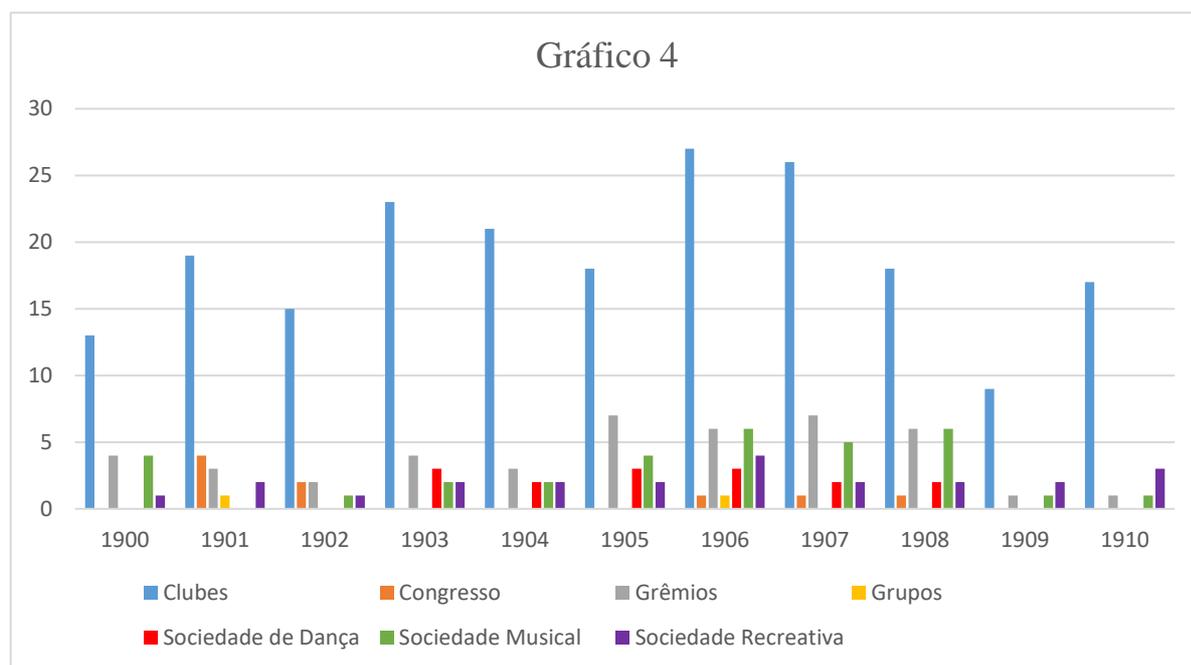
*Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1882.*

Enquanto no ano de 1882, vinham citados quatro clubes e uma sociedade recreativa, no ano de 1883 incluiu-se agremiações que se denominavam como congresso. Em 1884 são descritos, além dos clubes e dos congressos e das sociedades recreativas, outras associações como os grupos, as sociedades musicais e as sociedades de dança.

Esses números se diversificavam ano a ano. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de associações que foram descritas no almanaque na primeira década do século XX:



*Gráfico 32: Associações Recreativas. Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1882.*



*Gráfico 4: Associações Recreativas. Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1882.*

Ao pesquisar os jornais do período, pode-se afirmar que existe um número muito maior e diversificado de associações para além das que foram citadas pelos editores do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Porém, o *Almanak Mercantil* foi o escolhido por melhor permitir a construção dos gráficos que permite a visualização do “fenômeno dançante” como algo crescente no Rio de Janeiro.

As várias associações que surgiram ano a ano na cidade se organizavam por critérios diversos.<sup>43</sup> Algumas realmente se organizavam por afinidades do local de trabalho, como era o caso, entre muitos outros, do Centro Recreativo dos Operários da Aliança, que em 1906 em seus estatutos enviados a polícia afirmava que:

o Centro Recreativo dos Operários da Aliança instalada na Vila Aliança, freguesia de nossa Senhora da Glória, onde terá sua sede, será composta de um ilimitado número de sócios de qualquer nacionalidade desde que sejam operários da fábrica de Tecidos Aliança<sup>44</sup>.

Ao fazerem isso, os sócios marcavam para si uma identidade que se ligava diretamente à fábrica de tecidos onde trabalhavam. O clube se torna reconhecido na imprensa e na polícia, como uma associação de trabalhadores operários.

Havia associações que se baseavam em critérios de nacionalidade<sup>45</sup> e, ainda, aquelas organizadas por relações de vizinhança, como mostravam no ano de 1912, os sócios do Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno.<sup>46</sup> Em seus estatutos afirmavam que a finalidade do grupo seria a de “promover a união dos sócios residentes no Morro da Providência e proporcionar-lhes diversões”. O morro da Providência está situado entre os bairros do Santo Cristo e da Gamboa, na região portuária do Rio de Janeiro. Como demonstra Rômulo Costa Mattos<sup>47</sup> esse morro era associado por autores como Euclides da Cunha ao espaço do sertão, isto é, o lugar da não civilização.<sup>48</sup> Essa imagem traria uma característica negativa para os que residiam no Morro da Providência.

---

<sup>43</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009. (p. 299)

<sup>44</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6C 168 (“Centro Recreativo dos Operários da Aliança”, 1906).

<sup>45</sup> Como exemplo, em meios a licença que recolhi encontrei a Sociedade Dançante Carnavalesca Árabes no Brasil, no centro da cidade, presidida por Antônio Pereira da Motta e a Comparsa Espanhola Submarino Vencedor sediado na Tijuca e presidida pelo espanhol Bernabé Villamuela que se organizou apenas para sair no carnaval. (GIFI 6C 170).

<sup>46</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6C 213 (“Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno”, 1912).

<sup>47</sup> MATTOS, R. C.. “Aldeias do Mal”. *Revista de História (Rio de Janeiro)*, v. 25, p. 28-33, 2007.

<sup>48</sup> De acordo com Rômulo Mattos “A referência a Canudos na história do Morro da Providência (conhecido popularmente como Morro da Favela) legava a esse morro o estigma do Sertão, tido na época como o espaço da não civilização”.

A proposta de união dos sócios do “Bateria do Inferno” demonstrava um convite ao fortalecimento dos laços de solidariedade entre os vizinhos, assim como a valorização do próprio morro.

Mais do que uma alternativa de lazer na cidade, os clubes se converteram em espaços privilegiados de estreitamento de relações sociais entre vizinhos e companheiros de trabalho e, de igual modo, de distinções “étnicas e sociais”.<sup>49</sup>

Em estudo sobre o Carnaval carioca, Maria Clementina Pereira Cunha<sup>50</sup> argumenta que a origem social dos componentes dessas novas agremiações foi a justificativa do olhar suspeito, dos pretensos reformadores da Nação, aos pequenos clubes. Ainda sobre a composição, Leonardo Pereira afirma que esses grêmios tinham uma formação social bem variada: “ex escravos e seus descendentes se misturavam a trabalhadores nacionais e imigrantes de várias nacionalidades”.<sup>51</sup> A presença desses homens e mulheres negros e pobres parece ter sido o que motivou um tratamento diferenciado por parte das autoridades policiais e do meio letrado.

Os vários adjetivos que eram lançados sobre os frequentadores dos pequenos clubes nas crônicas carnavalescas são uma pista sobre o modo como essas agremiações eram vistas. O autor Luiz Edmundo em uma de suas crônicas relatava uma suposta visita a uma dessas associações. E descreveu esses ambientes como o local “onde se junta a ralé do morro, a gentalha que sobe da Saúde ou vem das bandas do saco do Alferes e Morro do Pinto”.<sup>52</sup>

Para Cunha, foi como uma estratégia contra o preconceito a eles lançados que os diretores das associações adotaram, à sua maneira, regras e hierarquias que as aproximassem do perfil elitizado forjado nas Grandes Sociedades Carnavalescas.<sup>53</sup> A elaboração de seus estatutos seriam um exemplo para a autora. Neles se estabeleciam padrões muito semelhantes ao dos clubes elitizados, como as hierarquias dos cargos que seriam exercidos: havia uma diretoria formada por presidente e vice, secretários, tesoureiros, procuradores e fiscais; as diferentes categorias de sócios denominados de fundadores, beneméritos e contribuintes<sup>54</sup> e as regras de admissão e funcionamento, como o pagamento de mensalidades, eleições, assembleias-gerais, entre outros.

---

<sup>49</sup> PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas...” *Op. Cit.* (p, 286)

<sup>50</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.* (p, 152)

<sup>51</sup> PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas...” *Op. Cit.* (p, 285)

<sup>52</sup> EDMUNDO, Luiz. “Carnaval de Morro”. In: *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Conquista, 1957, pp.818-820.

<sup>53</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.* (p, 158)

<sup>54</sup> Nos estatutos que trabalhei, encontrei outras categorias. Como exemplo: Club Chuveiro de Ouro tinha Fundadores, Instaladores, Incorporadores, Beneméritos e Benfeitores (GIFI 6C 250) e o Grêmio União Familiar tinha como categorias Contribuintes, Prestantes e Beneméritos (GIFI6C 63).

A diretoria também se empenhava em manter durante o ano um calendário festivo que envolvesse os seus sócios. Isso acontecia através da promoção de festas, eventos culturais e de bailes. As festas se realizavam por motivos diversos. Eram bailes mensais ou em homenagem a data de fundação dos clubes, para a posse da nova diretoria, comemorações de passagem de ano, dia de Reis e no sábado de Aleluia.<sup>55</sup> As famílias eram atraídas a participar desses bailes a partir da divulgação nos jornais. Nos anúncios frisava-se que eram bailes familiares, demonstrando que o “espírito da festa coincidia com os padrões morais de ordem e recato”.<sup>56</sup>

Maria Clementina Cunha aponta que os diretores dos pequenos clubes buscavam em seus padrões de comportamento se incorporar as práticas e procedimentos que marcavam as sociedades recreativas consideradas "civilizadas" pelas elites. Isso lhes garantiria não só o funcionamento legal, mas reconhecimento e legitimidade. Acontece que ainda que tentassem se incorporar a um modelo ideal de divertimento, esses sócios guardavam sua autonomia e particularidade nas horas de diversão.

### *Entre Estatutos e Pedidos de Licença*

Desde o período Imperial existia uma preocupação com a decência e os bons costumes da população, isto é, com a moralidade pública. Com o objetivo de afirmar o Brasil como “uma civilização moderna nos trópicos”, a partir de padrões científicos e higiênicos, a elite política e intelectual imperial colocou em prática diferentes medidas que garantissem tal propósito. Uma dessas medidas foi a promulgação, no ano de 1832, do *Código de Postura do Distrito Federal*, para a “manutenção da ordem pública”<sup>57</sup>. No título IV, que se referia a “vozerias nas ruas, injurias e obscenidades contra a moral pública”<sup>58</sup>, a moral pública aparece em destaque. Encontravam-se diferentes sugestões sobre modos de vestir, de falar, de dançar; proibições de gritarias, usos de palavras obscenas, entre outras atitudes que comprometessem a moral pública. Com o fim do período imperial a busca pelo progresso e pela civilização prosseguiu durante o período republicano.

<sup>55</sup> BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. *Op.Cit.* (p, 29)

<sup>56</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rocco, 1993. (p, 236)

<sup>57</sup> Tal abordagem foi trabalhada por Martha Abreu. Para uma leitura mais completa conferir: ABREU, M. C. *O Império do Divino, Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 406p.

<sup>58</sup> Códigos de Posturas. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (35(815-41) “1838/1870” (094.4: 352.075.31 R585)

Com efeito, o carnaval, uma das maiores manifestações de lazer, passou a ser objeto de atenção dos grupos dominantes.<sup>59</sup> Considerado retrógrado e bárbaro, o entrudo - antiga forma de diversão popular - não seria mais tolerado, pois ameaçava a ordem e civilidade. No lugar, houve a adoção de um modelo europeu de carnaval<sup>60</sup> que se efetivou com os grandes clubes carnavalescos. Posteriormente esse modelo foi adotado pelas classes mais baixas no formato de pequenas associações recreativas, que em quase nada mais pareciam com as primeiras sociedades.

Como já foi afirmado, frequentadas pelas “classes mais baixas”,<sup>61</sup> as atividades dessas novas associações eram acompanhadas de perto pelos aparatos repressores. Erika Bastos Arantes, em seu artigo *A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*,<sup>62</sup> destaca que existia uma desconfiança da imprensa, somada as elites e ao aparato policial, diante dos pequenos clubes. Muitas vezes, os noticiários deixavam pública sua visão preconceituosa. Segundo a autora, “era comum as pessoas se depararem, na imprensa, com críticas de jornalistas fiéis ao ideal da civilização, praguendo contra a selvageria dos negros e seus batuques”.<sup>63</sup>

No Brasil, o associar-se era permitido a todos os indivíduos pela Constituição Federal do ano de 1891, desde que fosse sem o uso de armas.<sup>64</sup> A Lei de nº 173 de 10 de setembro de 1893 reafirmava a legitimidade da "organização das associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio".<sup>65</sup> A polícia só poderia intervir em tais organizações quando fosse para manter a ordem pública. Com esse objetivo, para funcionar durante o ano e para fazer passeatas em datas festivas e religiosas, essas agremiações precisavam obter uma licença especial da polícia. O serviço policial no Distrito Federal era comandado por um Chefe da polícia, e este era assessorado por três delegacias auxiliares. Destas três, a segunda delegacia era aquela responsável por supervisionar as diversões públicas e garantir a ordem, a moralidade

---

<sup>59</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Editora Companhia das Letras, 2003. (p,26) SOIHET, Rachel. A interdição e transbordamento do desejo: mulher e carnaval no Rio de Janeiro (1890-1945). *Caderno Espaço Feminino*, v. 2. (p,56) e CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.*

<sup>60</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004.

<sup>61</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.* (p, 154)

<sup>62</sup> ARANTES, Erika Bastos. *A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*. *Revista Tempo*, v. 22, p. 0041, 2015.

<sup>63</sup> Idem. (p, 28)

<sup>64</sup> BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)

<sup>65</sup> Coleção de Leis do Brasil - 1893, Página 45 Vol. 1 pt I. disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>. Acesso em 26 de abril de 2016

e a segurança. Era dali que saía, a partir das informações dos delegados distritais e inspetores das circunscrições, o parecer final das licenças de funcionamento das sociedades recreativas.<sup>66</sup>

A associação recreativa enviava o pedido de licença de funcionamento para a secretaria de polícia. Em anexo vinham os estatutos para serem aprovados pelo delegado. Após receber os pedidos, o 2º delegado auxiliar enviava para o delegado distrital. Nas delegacias distritais os inspetores colhiam informações na vizinhança a respeito da diretoria e dos membros. Era após essas informações que o delegado distrital optava ou não pela concessão da licença. Foi o caso, entre muitos outros, do Club Recreativo Chuveiro de Ouro,<sup>67</sup> localizado na rua Lopes Quintas. Após as informações do inspetor, adquiriram a licença de funcionamento por serem os diretores e os demais sócios “operários da Fábrica Corcovado e empregados do comércio”. Mesma sorte não teve os sócios do Grupo Carnavalesco Espada de Ouro, presidido por Belmiro de Assis. Ainda no ano de 1912 o inspetor do Corpo de Segurança Arthur Rodrigues da Silva denunciou o grupo. Em suas palavras:

O Grupo Carnavalesco Espada de Ouro não funciona no Morro da Providência nº 28; nem existe esse número. Tem sua sede num casebre arruinado, no Morro da Favella e compõe-se de pessoal perigoso, desordeiros que promovem sempre conflitos pondo em sobressalto as famílias residentes na vizinhança. O próprio sindicante quando procurava colher informações foi provocado por um do grupo, e ameaçado com uma carabina de que o mesmo se achava armado. Todas as informações foram péssimas.

Das informações encontradas sobre o Espada de Ouro, não foi possível saber o ano da sua fundação, mas o grupo já aparecia no jornal na lista de sociedades licenciada para os carnavais de 1910 e 1911. O endereço no morro da Providência n. 28 aparece nas duas listas e no pedido de licença enviado no ano de 1912. O inspetor insiste na não liberação da licença.

O problema, de fato, não era a localização do grupo carnavalesco, pois o endereço informado se referia ao mesmo maciço - o morro da Providência era apelidado de morro da Favela.<sup>68</sup> O transtorno residia na opinião do inspetor, que, por entender que aquele grupo

---

<sup>66</sup> De acordo com o Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1903 no Art.29 "Além dos deveres comuns ás delegacias auxiliares, por designação do chefe de polícia, cada uma delas terá especialmente sob sua direção os seguintes serviços na circunscrição urbana;

I. Inspeccionar as associações públicas de divertimento e recreio, os teatros e espetáculos públicos de qualquer espécie, não só quanto a ordem e moralidade como também com relação à segurança dos espectadores."

<sup>67</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 365 (“Club Recreativo Chuveiro de Ouro”, 1912).

<sup>68</sup> De Acordo com Rômulo Costa Mattos, “embora o nome Morro da Providência tenha sido eclipsado pelo apelido Morro da Favela, na Primeira República, certos textos de época (poucos, é verdade) davam a entender que existiriam duas localidades com as respectivas denominações em um mesmo maciço”. Cf.: MATTOS, R.

era composto por “pessoal perigoso”, pediu que a licença para sair no carnaval não fosse concedida. O Comissário após as informações optou no dia 04 de abril de 1912 pela não concessão.

O grupo não perdeu a oportunidade de desfilar no Carnaval daquele ano. Alguns dias depois um dos oficiais, chamado Figueiredo afirmava que:

Está presente Benjamim Alexandre dos Santos, guarda livros e presidente da guarda noturna do 8º distrito que declara assumir inteira responsabilidade para que seja concedida licença ao grupo afim de percorrer as ruas desta Capital nos dias de carnaval. Pois que conhece o presidente do mesmo e ter ciência de que os maus elementos que faziam parte do grupo já foram eliminados.

Soa suspeita a justificativa para que o pedido fosse aprovado. Mas, funcionou. O clube conseguiu um parecer favorável dos comissários e, provavelmente, o 2º delegado auxiliar, baseado nas novas informações, também optou pela concessão. A concessão de licença assinada pelo chefe de polícia era imprescindível para as associações. Era ela que indicava legalidade.

Eric Brasil em sua tese de doutorado, *Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*,<sup>69</sup> afirma que no período republicano essa obrigatoriedade de ter a concessão da licença demonstrava a necessidade que tinham as autoridades republicanas de manter a ordem e o controle sobre essas agremiações. Com o objetivo de analisar como algumas performances de matriz africana eram reprimidas na Primeira República, o autor analisa a proibição do desfile de grupos fantasiados de índio no carnaval de 1909, criada pelo chefe de polícia Alfredo Pinto.

Natural do Recife, Alfredo Pinto Vieira de Melo foi nomeado como chefe de polícia, entre os anos de 1906 a 1909, no governo do presidente Afonso Pena. O jornal *Gazeta de Notícias* na manhã seguinte à posse de Alfredo Pinto afirmava que o novo chefe de polícia assumia o cargo com “o firme propósito de tudo fazer ao seu alcance pelo saneamento moral desta grande metrópole, que por assim dizer só agora começa a despertar para o progresso e a civilização.”<sup>70</sup> Segundo Eric Brasil, “em seus anos como chefe de polícia da capital, Alfredo Pinto se empenhou em estabelecer medidas moralizadoras (sic), argumentando sempre em nome da ordem, da lei e da segurança características recorrentes entre os ocupantes do cargo”. Sua campanha principal se voltava para a repressão ao jogo do bicho,

---

C. “Pelos Pobres! As campanhas pela construção de casas populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República”. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História (Tese) 2008. (p, 103)

<sup>69</sup> BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Op. Cit.

<sup>70</sup> “Dr. Alfredo Pinto”. *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1906. (p, 01)

responsável “pela ruína moral de famílias”.<sup>71</sup> Outra forma de manter “a ordem” foi através do decreto de medidas repressivas que acabavam por dificultar o cotidiano das agremiações. No carnaval do ano de 1909, por exemplo, Alfredo Pinto decidiu que era proibido “a exibição desses cordões de indivíduos fantasiados de índios, os quais são, quase sempre, os promotores de desordens e de acidentes na via pública”. A justificativa para tal proibição era que debaixo das penas e cocares das fantasias escondiam-se navalhas e punhais.<sup>72</sup>

A tentativa de controle se mostrava ainda nas opiniões de vários articulistas que deixavam expressos seus preconceitos em relação a essas agremiações frequentadas pelo “povo”. Em uma das descrições do Carnaval de 1909 feita pelo conservador jornal *O Paiz*<sup>73</sup> a alegria dos foliões era descrita do seguinte modo: “com os seus cantares langorosos, com os sons estranhos dos seus variados instrumentos, os grupos e cordões bem encarnam o carnaval popular traduzindo de mil maneiras as paixões, os sentimentos predominantes nas camadas menos cultas”. Os componentes dos grupos e cordões são vistos como a “camada menos culta” e sua diversão é tratada pejorativamente pelo redator. Toda descrição do desfile, que envolvia os cantos, os instrumentos, a vestimenta, o estandarte, é marcada por adjetivos caricatos que expressam o quão preconceituoso era o olhar sobre o divertimento “popular”. Nada passa despercebido da análise crítica do autor. É oportuno destacar um trecho em que o autor agrupa as associações pelos títulos das mesmas.

Alguns tinham nomes extravagantes: Macaco é outro, Não lhe bulas, Yayá Formosa.

Outros tentavam o humorismo: Grupo dos Carecas, Os Aborrecidos, Ninguém se metia, Cavadores Incommodados, Meninas Vaidosas.

A maioria tinha no nome indicações locais: Grupo Infantil Infantes da Cidade Nova, Prazer de Santa Luzia, Inocentes da Saúde, Caprichosos dos Cajueiros, Paz de Botafogo, Travessos do Meyer, Destemidos da Floresta, Lyra da Candelária, Triumpho de S. Christovão, Moreninhas de Santa Thereza, Flor do Caju, Estrella de Botafogo, Destemidos da Conceição, Caprichosos de Benfica, Caprichosos de Santo Antônio, etc.

Ainda outros tinham tendências sociais: Grupo Amantes da União Universal, Heroes Brasileiros e Luz do Povo.

Havia-os, também, com denominações bucólicas: Flor do Abacate, Filhos da Jardineira, Borboleta de ouro, Borboletas Formosas, Papoulas do Japão, Grêmio das Magnólias, Flor da Primavera, Flor da China, Ameno Resedá, Jasmim de Ouro, Amor Perfeito.

Alguns são imperativos: Grêmio Triumpho, Triumpho das Camélias, Bahianas Teimosas, Teimosos Carnavalescos, Triumpho dos Caçadores da Montanha.

<sup>71</sup> “A nova polícia”. *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1906.

<sup>72</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.* (p, 204)

<sup>73</sup> “Carnaval”. *O Paiz*, 25 de fevereiro de 1909. (p,3)

Outros são simbolistas: Rainha do Mar, Filhos do Castello de Ouro, Deusa do Mar, Chuveiro de Prata, G. Infantil Lyra de Prata, Filhos da Estrella dos Dois Diamantes, Filhos do Chuveiro de Prata, Peixinho de Ouro, Serpente de Prata e Espada de Ouro.

Sem considerar as particularidades e singularidades, o noticiarista agrupou os grupos baseado por um critério da nomenclatura. Ele mistura associações que muitas vezes não se enxergavam como iguais. Ao classificá-las como parte do lazer “popular” acaba por homogeneizá-las. Embora veja as associações como algo bizarro, o redator percebe a importância que as associações tinham, como uma forma “organizada” de lazer em relação a selvageria do entrudo. Os clubes até poderiam não ser modelos de diversão, mas, para o redator, com o tempo talvez se enquadrassem no modelo de civilização.

### *Clubes de Família*

Com o fim da escravidão, todo o mundo afro-atlântico acompanhou uma tentativa de imposição do projeto de modernidade e civilização mais ou menos semelhantes.<sup>74</sup> Embora esses projetos tenham se tornado pilares na organização das sociedades que desejavam tornar-se modernas, havia uma preocupação que se voltava para a instituição da família.

Sueann Caulfield<sup>75</sup> afirma que o uso do termo ‘família’ tinha referência a um “setor privilegiado” que se identificava como a “sociedade respeitável”, que era mais civilizada culturalmente e racialmente.<sup>76</sup> A “família” se constituía como um sistema simbólico de comportamentos que seriam adequados para se viver em uma sociedade moderna e civilizada. Quando médicos, juristas e elites consideravam alguém (ou algo) como uma “pessoa de família” (ou familiar) era em contraposição a ideia de desordem e imoralidade.

---

<sup>74</sup> BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil: movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, Flávio dos Santos. DOMINGOS, Petrônio. Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). Rio de Janeiro: Selo Negro Edições, 2011. (p. 137-156) e GELER, Lea. “'Nuestro sexo está de pie'. Voces afro-femeninas en la Buenos Aires de 1876-78” *Claroscuro*, n° 6. Rosario, Argentina, pp. 109-137.

<sup>75</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. (p. 117)

<sup>76</sup> Desde o Antigo Regime, a noção de sociedade respeitável ou “Boa Sociedade” referia-se a uma pequena parcela da população composta por aqueles que possuíam liberdade e propriedade. O conceito é discutido e trabalhado no capítulo “Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias” da obra de Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo de Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. (MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.) Ver também o capítulo “Diferentes e Desiguais” de Silvia H. Lara (LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. 430p)

Como esses códigos eram compartilhados entre os cariocas, as regras adotadas nos pequenos clubes deixavam evidente o diálogo que havia com a moral vigente.

Erika Bastos<sup>77</sup> observa que a afirmação moral foi uma das formas encontradas pelos sócios de se desvincularem da fama de desordeiros e conseguirem das autoridades a permissão para se divertirem livremente em suas agremiações. Uma das estratégias utilizadas refere-se a nomenclatura escolhida. Para a autora, as mesmas remetiam aos padrões de comportamento desejados pelas elites. O que parecia até ser uma contradição, acabava sendo habitual, como ver nomes que misturavam ao lado da palavra *carnavalesco* ou recreativo o termo familiar.

Entre as muitas associações que adotavam tal estratégia, destaco a Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de Dona Clara.<sup>78</sup> Fundada em janeiro do ano de 1912, nos arredores da estação ferroviária de Dona Clara<sup>79</sup> na Freguesia de Irajá, a sociedade tinha como finalidade, de acordo com seus estatutos aprovados pelo presidente Augusto José dos Reis, “divertir os sócios com reunião familiar, carnavalesca e nos dias de forguedo (sic) carnavalesco saírem corporados (sic) em passeios”. O termo “carnavalesco e familiar” para os foliões dessa sociedade do “subúrbio” ultrapassa a sua nomenclatura, aparecendo, inclusive, na finalidade da sociedade. Afirmar em seus estatutos que seus divertimentos seriam carnavalescos e familiares, isto é, seriam decentes, parecia ser uma característica muito importante não só para os sócios dessa sociedade, mas para outros vários frequentadores dos pequenos clubes dançantes espalhados pela cidade.

Na Estação do Méier, os sócios da Sociedade Carnavalesca Brilho das Moças<sup>80</sup> eram categóricos quando determinavam que sua finalidade era “proporcionar aos associados e suas famílias divertimentos lícitos” que fossem de acordo com a “moral e os bons costumes”. Frequentado por famílias que tinham moradia nos arredores da estação, os diretores se esforçavam em afirmar a moralidade e a decência em suas atividades como um fator importante de sua identidade. E essa afirmação se dava a partir do investimento na imagem de que o lazer que proporcionavam era familiar.

Diferente das sociedades carnavalescas elitizadas onde homens se entregavam a licenciosidade com “mulheres públicas”, os sócios dos pequenos clubes buscavam controlar qualquer ato que os remetesse a uma imagem licenciosa. A presença feminina, por exemplo,

---

<sup>77</sup> ARANTES, Erika B. “A estiva se diverte...”. *Op. Cit* (p, 38)

<sup>78</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 365 (“Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de Dona Clara”, 1912).

<sup>79</sup> A estação de *Dona Clara* foi inaugurada em 1897. Ficava num curto ramal que tinha a forma de um círculo, retornando à linha principal (*Linha do Centro*) percorrendo cerca de um quilômetro apenas. (disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_rj\\_linha\\_centro/donaclara.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/donaclara.htm) acesso em 05 set 2016)

<sup>80</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 250 (“Sociedade Carnavalesca Brilho das Moças”, 1908).

se constituía de forma muito diferente em relação as sociedades de elite. Os estatutos traziam, por exemplo, artigos sobre o tipo de vestimenta adequada para a entrada no salão social, artigos sobre a conduta dos sócios nas atividades realizadas fora e dentro da sede social e outros sobre a maneira de se dançar na hora dos bailes. Essas regras teriam que ser seguidas pelos sócios e pelos convidados.

Era no esforço contra a discriminação permanente de suas condutas que esses sócios pareciam agir. Os sócios do Club Carnavalesco Caprichosos de Jacarepaguá,<sup>81</sup> por exemplo, em seus estatutos reformados no ano de 1906, em meio a tantas proibições como o fumar, o embriagar-se, o promover algazarras e o proferir palavras obscenas, informavam que não seriam admitidas no recinto “pessoas que não sejam de legítimo matrimônio”. O casamento era uma forma de permanência e consolidação de uma ordem social.<sup>82</sup> Era a partir dele que se materializava a imagem da “família”.<sup>83</sup> De fato, no Rio de Janeiro era baixo o valor das taxas de casamento, ainda assim a maioria dos casais viviam em união informal, e as autoridades judiciais lutavam contra esses costumes.

Segundo as autoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott<sup>84</sup>, “os promotores da moral e da ordem classificaram como ilícita toda e qualquer relação entre homens e mulheres que se firmasse fora do contrato matrimonial”. Através da leitura do fragmento do estatuto fica evidente que o Club Carnavalesco Caprichosos de Jacarepaguá, ao não admitir pessoas que vivessem amasiadas, demonstra estar atentos aos debates em torno da “honra nacional”. Outrossim, o matrimônio legítimo era a consolidação da imagem respeitável<sup>85</sup> e familiar que esses sócios faziam questão de estar associados.

Eram muito complexas e singulares as maneiras encontradas pelos sócios dos clubes dançantes de lutar por reconhecimento e respeitabilidade. Essa luta não era fácil; cotidianamente tinha que dialogar com vários outros embates na cidade. Para compreender como o associativismo dançante se tornou um importante espaço de reconhecimento para homens e mulheres de maioria negros, cabe acompanhar algumas das estratégias que foram acionadas em seus bailes.

---

<sup>81</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 170 (“Club Carnavalesco Caprichosos de Jacarepaguá”, 1906).

<sup>82</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do Prazer*. *Op Cit.* (p, 99)

<sup>83</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. *Op. Cit.* (p, 117)

<sup>84</sup> MALUF, Marina e MOTT, Márcia Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: Nicolau Sevcenko e Fernando A. Novais (Orgs.) *História da Vida Privada no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998. (p, 387)

<sup>85</sup> *Idem.* (p, 391)

## Capítulo 2: Como Vestir?

No dia 28 de maio de 1904 realizar-se-ia mais um baile na sede do Club de Madureira. Inaugurado a oito meses<sup>86</sup> em um edifício localizado na rua Marechal Rangel, Freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro, o clube era considerado, pelo *Jornal do Brasil*,<sup>87</sup> como uma das primeiras agremiações de seu gênero, na zona suburbana<sup>88</sup>. Assim como acontecia em outras associações congêneres, o sucesso de seus bailes e atividades sociais estavam constantemente noticiados nas colunas jornalísticas referentes ao subúrbio. Eram bailes, espetáculos e várias partidas mensais<sup>89</sup> que eram realizados em prol da Irmandade de São José da Pedra<sup>90</sup>.

Como parecia ser de costume, tudo indicava que o baile do dia vinte e oito seria o mais elegante e ordeiro possível. Isso se não fosse um pequeno incidente ocorrido naquela noite. Assim que começou a festa, o tesoureiro do clube, Manoel Gonsalves Branco, 30 anos, empregado público,<sup>91</sup> obedecendo às determinações dos Estatutos, colocou-se a porta do edifício social para fiscalizar a entrada de sócios e convidados, conforme declarou em carta posteriormente escrita ao presidente da agremiação, Pedro Paes. Eis que, por volta das onze horas da noite, nas palavras do tesoureiro:

dirigiu-se ao edifício social o Dr. Accacio de Araujo, 1º suplente de Delegados desta Circunscrição acompanhado de um indivíduo que não se achava decentemente vestido. Exigindo desse indivíduo o seu cartão de convite foi isto bastante para que o Dr. Accacio me dissesse que como autoridade podia fazer entrar no salão social quem muito bem lhe parecesse.<sup>92</sup>

De acordo com o tesoureiro, o suplente de delegado se esqueceu da “compostura” do cargo que exercia, agindo de maneira imprópria e ainda o ameaçando com a prisão. Tal ato teria sido, em suas palavras, uma desconsideração com o tesoureiro que estava apenas fazendo seu trabalho e também com “as famílias que se achavam no recinto social”.

<sup>86</sup> “Club de Madureira”. *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1903. E; “Palcos e Salas”. *A Notícia*, 11 - 12 de setembro de 1903. (p, 3)

<sup>87</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1903. (p, 2)

<sup>88</sup> Muitos clubes foram considerados os pioneiros de determinadas regiões. Provavelmente esse era recurso utilizado pelos articulistas para dar prestígio a agremiação.

<sup>89</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1903. (p, 2)

<sup>90</sup> De acordo com a Gazeta de Notícias, a Irmandade de São José da Pedra foi formada em 14 de julho de 1904 por “vários capitalistas” de Madureira. O objetivo da irmandade era a edificação de uma Capela em homenagem a São José da Pedra. Mesmo depois de inaugurada a Capela, a irmandade continuou a funcionar até ser dissolvida em 1917 por irregularidades na diretoria. (“Nem os santos escapam”, *Gazeta de Notícias*, 04 de abril de 1917, p,1)

<sup>91</sup> Sobre Manoel Gonsalves Branco: "Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KFSD-QDN> : accessed 01 January 2016) Manoel também aparece na diretoria do Club Carnavalesco dos Democráticos de Madureira no ano de 1908 (*Arquivo Nacional*, GIF 6C 250)

<sup>92</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6C 127 (“Club de Madureira”, 1904).

O tesoureiro relatou o ocorrido em carta ao presidente do clube, solicitando “a providência que o caso requer”, a fim de que fatos dessa ordem não se reproduzissem. Somando-se a essa carta, diferentes testemunhas firmaram um abaixo assinado confirmando o ocorrido. Dentre elas estavam os senhores Irineu Thomaz de Aquino, Manoel Ricardo de Souza (artista amador e cenógrafo)<sup>93</sup>, Arthur Carlos de Abreu (guarda Marinha)<sup>94</sup>, Edgard Romero<sup>95</sup>, Fulgêncio Barreto da Silva (negociante)<sup>96</sup>, José Alves de Brito. Principalmente porque, de acordo com esses sócios, a autoridade policial faltou com o “devido respeito e cortesias a senhoras e senhoritas que assistiam à recita que o clube efetuava na mesma noite”.

Embora os problemas cotidianos relacionados a esses clubes fossem resolvidos nas próprias delegacias distritais, a gravidade do caso ocorrido no Club de Madureira levou seu presidente a escrever diretamente ao chefe de polícia, o Dr. Antônio Augusto Cardoso de Castro (já que se tratava justamente de um abuso cometido pelo delegado da 6ª circunscrição policial suburbana), ao qual reclamava da falta de respeito por parte do suplente de delegado e seu acompanhante e pedia que a “Sociedade Particular Club de Madureira” pudesse continuar a funcionar sem “ser incomodado por quem não deva”.

Serião (sic) onze horas da noite, quando apareceu á porta do Club o referido Suplente acompanhado do Inspetor Belmiro Viana e de um indivíduo que não se achava decentemente vestido, pois estava com roupas de trabalho sem colarinho e gravata. Tendo o tesoureiro encarregado da fiscalização a porta do Club conforme as atribuições que lhe compete, declarado ao tal individuo que não podia entrar por não se achar decentemente vestido não sendo sócio nem convidado, foi isso bastante para que o senhor Suplente invadisse o salão da sociedade e em altas vozes desacatassem não só ao Tesoureiro, membros da diretoria (...) (grifo meu)

Ao receber o ofício, o Chefe de Polícia abriu um inquérito no qual buscou ouvir “não só as pessoas que se dizem ofendidas” como outras estranhas ao clube, sobre as quais tinha bom conceito. Era o caso do inspetor Julio Belmiro Vianna,<sup>97</sup> que, na versão do presidente do clube, acompanhava o delegado na hora do ocorrido e que “tão envergonhado ficou com o procedimento do mesmo indivíduo que retirou-se para a Delegacia”, segundo seu próprio testemunho. Diante das provas e depoimentos, o Dr. Accacio, que não negou o ocorrido, foi

<sup>93</sup> “Sociedade Hispano Brasileira La Protectora”. *Progresso Suburbano*, 20 de setembro de 1902 (p, 2)

<sup>94</sup> “Comprimentos”. *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1904 (p, 3)

<sup>95</sup> No Carnaval do ano de 1909, Edgar Romero, Irineu Thomaz Aquino e Manoel Ricardo de Souza fariam parte da diretoria da agremiação Democráticos de Madureira. De acordo com o jornal *O País* era a primeira vez que o clube desfilava pelas ruas. Era composto “de funcionários públicos e operários que são na sua maioria pobres”, mas que apesar de não terem boa condição financeira e de lutarem “com a má vontade do comércio local, que não os auxiliou” os sócios do Democráticos conseguiram ter um desfile “brilhante”. (“Carnaval”. *O País*, 22 de fevereiro de 1909, p.2)

<sup>96</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1904. (p, 3)

<sup>97</sup> O inspetor Belmiro Vianna aparece como comissário da polícia no ano de 1909 (*Gazeta de Notícias* 04 de outubro de 1909, p.5 e *O Século* 30 de abril de 1909, p.2), no ano de 1920 ainda como comissário participa de uma iniciativa do delegado Dr. Gilberto Porto no 23º Distrito de “uma campanha severa contra curandeiros e casas de diversões” prendendo 15 homens que “se entregavam a um “batuque” infernal” (*A Noite*, 25 de junho de 1920)

exonerado no dia 16 de junho do mesmo ano, e os papéis do caso arquivados.<sup>98</sup>

Nada obstante o episódio ter se resolvido com celeridade, percebe-se que a dimensão tomada pelo problema sugeria que ele tocava em questões às quais os membros daqueles clubes atribuíam grande importância e que não era apenas a entrada dos servidores da polícia, até porque, de acordo com as normas policiais que regiam seu funcionamento, os clubes deveriam funcionar “dando franco acesso as autoridades policiais”.<sup>99</sup> Desse modo, se torna evidente que o motivo do incômodo do tesoureiro e de seu presidente, cuja legitimidade foi reconhecida pelo próprio Chefe de Polícia, não foi a entrada do delegado na sede e sim o fato de que o indivíduo que acompanhava o Dr. Accacio não estivesse “decentemente vestido”, apresentando-se com roupas de trabalho, sem colarinho e gravata. O cuidado com a elegância e a decência em tais bailes, expresso na importância que os sócios do Club de Madureira atribuíram ao caso, dava a ver assim a força da questão entre esses sujeitos.

Frequentada por negociantes, funcionários públicos e militares, residentes nas redondezas da Freguesia de Irajá, a agremiação vinha se destacando positivamente nas colunas jornalísticas referentes ao “subúrbio” pela elegância e requinte de seus festejos. No baile de inauguração do salão social, por exemplo, houve a presença da banda do 5º regimento do Exército<sup>100</sup> e a encenação do drama de Alexandre Dumas, *O Gravador de Lápides*.<sup>101</sup> Em sua sede também foram representadas peças como *Guerra aos Nunes*<sup>102</sup>, *O diabo atrás da porta* e *Morrer para ter dinheiro*. Peças teatrais que, desde meados do século XIX, eram representadas também em Portugal.

A diretoria do Club de Madureira se esforçava para garantir que seus festejos fossem modernos, elegantes e decentes. Quando seus objetivos foram colocados a prova por uma autoridade policial que era quem deveria auxiliar na garantia da ordem, os sócios, cientes de seus direitos, se organizaram com o propósito de proteger seus ideais.

Sem ser um caso isolado no Club de Madureira, a definição de uma forma correta e decente de vestimenta para a frequência aos bailes aparece com grau de importância em alguns estatutos, como aquele entregue em 1901 à polícia pelo Grêmio das Esmeraldas,

<sup>98</sup> Mais tarde no ano de 1909 o Dr. Accacio de Araújo aparece como presidente dos fiscais de ronda do quartel de Madureira (*A Imprensa*, 31 de agosto de 1909 p.5.)

<sup>99</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 102 (“Sociedade Dançante Familiar Progresso do Catete”, 1903).

<sup>100</sup> “Club de Madureira”. *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1903. (p, 1)

<sup>101</sup> A autoria da peça foi encontrada nos jornais: *A Federação*, 17 de maio de 1910 (Porto Alegre. P,1) e *Jornal do Brasil*, 22 de dezembro de 1904 (p, 4)

<sup>102</sup> MOREIRA, João Baptista de Matos, 1845-1899. *Guerra aos Nunes*: Comédia original em 1 ato; representada pela 1ª vez no teatro D. Maria II, em 18 de novembro de 1869. (Catálogo de teatro: a coleção do livreiro Eduardo Antunes Martinho: (COD. 11702 – COD. 12887)/ Biblioteca Nacional; org., catalogação e índices por Teresa A. S. Duarte Ferreira. – Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

localizado no bairro de Santa Teresa, marcando a sede como o local da alegria e do bom comportamento, proibem no artigo sexto de seus estatutos a “presença da cor preta e sócios que não estejam trajados com decência”. Associada ao luto, a proibição da cor preta nos sugere que o objetivo primordial dos seus sócios seria a alegria e a diversão. Mas isso não seria sinônimo de imoralidade; pois para participação dever-se-ia estar trajado com decência.

Era complexo e interessante o modo como a vestimenta ganhou destaque nas associações recreativas. As disputas sociais que vinham transcritas nos trajes serão o tema que nos guiará neste capítulo. Partindo dos estatutos dos clubes e da legislação que envolvia o que trajar, pretende-se investigar como os reformadores forjaram um modelo de respeitabilidade, que, além de se caracterizar por atributos subjetivos de comportamento, se firmava através da indumentária. Intenciona-se ainda analisar os diálogos travados entre os sócios das pequenas agremiações recreativas com o ideário ilustrado do período.

### *Com que roupa eu vou?*

O vestir-se de uma forma decente para a participação nos bailes aparecia como elemento importante nos estatutos. Mais do que o caráter funcional, o vestuário tem uma função de comunicação não verbal. E é na escolha da roupa e do adereço que os indivíduos transmitem mensagens de classe, de gênero, de faixa etária, de religião e estado de espírito. A cor usada por exemplo, pode se referir a estar com a alma de luto ou em paz.

De acordo com o historiador francês Daniel Roche, a vestimenta passa a relação que cada pessoa tem com a sua comunidade. A “estética do vestir”, que une sempre a moral e o consumo, reflete o imaginário social e os valores que são predominantes na sociedade. Através do vestuário podemos observar as regras e os costumes que foram adotados em diferentes períodos e sociedades.

Preocupados com que seus festejos fossem marcados por uma imagem moral e moderna, alguns dos diretores dos clubes evidenciavam a necessidade de que suas indumentárias expressassem isso. Geralmente, tal regra vinha estabelecida nas “disposições gerais” dos estatutos e o mandamento era claro: o fiscal deveria proibir a entrada de convidados e sócios que estivessem vestidos de maneira inadequada. Os trajes considerados decentes não vinham descritos - e nem precisavam -, porque esse seria um código que, a princípio, deveria ser compartilhado entre os contemporâneos. A única situação que fica evidente na documentação pesquisada é que a falta do colarinho e da gravata era considerada imoralidade.

Dos vinte estatutos selecionados foram encontradas seis agremiações que traziam a preocupação com o vestir. De fato, era um número pequeno em relação a quantidade de clubes que pediam suas licenças anuais<sup>103</sup>. Entre os anos de 1907 e 1908 é que se concentra o maior número de clubes preocupados com a indumentária<sup>104</sup>. Dentre esses estava o Club Recreativo Chuveiro de Ouro<sup>105</sup>. Formado no ano de 1896, com sede à rua Lopes Quintas nº 8 (Paróquia da Gávea), o clube, em seus estatutos reformados, enviados a polícia, deixava claro que todos os sócios tinham o direito de “tomar parte em todas as diversões sociais, devendo, porém, apresentarem-se “decentemente trajados”. De modo semelhante, no mesmo ano o Club Familiar Jandyra<sup>106</sup>, oriundo do Andaraí Grande, proibia o ingresso de sócios que não estivessem “vestidos com decência”, o que, para os diretores, significava a falta da gravata. Distantes territorialmente, essas agremiações deixavam evidente que a regra não era específica a uma região, mas circulava pela cidade. Também parecia haver um consenso de que a falta da gravata era uma infração.

Comprovando o caráter generalizado de tal regra, no ano seguinte o Grupo Carnavalesco Rei das Mattas, com sede à rua Argentina Reis nº 9 (Inhaúma), entregou à polícia seus novos estatutos, que afirmavam em seu artigo oitavo não ser permitida “a entrada em dias de festa no grupo a todo e qualquer sócio que não se apresentar decentemente vestido”<sup>107</sup>.

Assim como eles, os sócios da Sociedade Carnavalesca As Meninas Vaidosas, localizada em Laranjeiras, definia no mesmo ano, em um dos artigos de seus estatutos, que “todo os sócios em dias de festa da sociedade” deveriam se apresentar decentemente vestidos como era de “praxe em as sociedades congêneres”<sup>108</sup>. O artigo demonstra o cuidado tomado pelos membros deste grêmio com a elegância e a decência que deveriam marcar seus festejos. Mais do que a vaidade sugerida pelo nome da associação, tais regras mostram o papel central que a respeitabilidade e a decência tinham em associações recreativas formadas por trabalhadores.

Atentar para os artigos sobre a vestimenta adequada nos bailes é um meio de entender como os sócios dos clubes foram construindo para si imagens de respeitabilidade

<sup>103</sup> É impossível ter o número exato de associações que pediam suas licenças anuais. Em uma breve conferida em jornais do período no site da Hermeroteca Digital foi possível ver diferentes listas de agremiações que saíam no período carnavalesco.

<sup>104</sup> Período que tramitava um projeto de lei proposto pelo intendente do Conselho Municipal *Tertuliano Coelho* que obrigava o uso de sapatos e casaca nas ruas e praças da cidade.

<sup>105</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 250 (“Club Recreativo Chuveiro de Ouro”, 1907) e COSTA, Mariana Barbosa C. da. “*Entre o Lazer e a Luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)*”. Dissertação – PUC-Rio, Departamento de História, 2014.

<sup>106</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 200 (“Club Familiar Jandyra”, 1907)

<sup>107</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 250 (“Grupo Carnavalesco Rei das Matas”, 1908).

<sup>108</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 251 (“Sociedade Carnavalesca As Meninas Vaidosas”, 1908)

e seriedade que eram compatíveis com os padrões aceitos na sociedade carioca do período<sup>109</sup>.

### *A reforma da cidade*

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da recém instaurada República, passaria por um momento de grandes transformações<sup>110</sup>. As mudanças ocorridas nesse período seriam de natureza econômica, social, política e ideológica e causariam agitação e euforia pela cidade.<sup>111</sup>

Diferentes autores<sup>112</sup>, que utilizam o Rio de Janeiro como objeto de pesquisa, observam que desde o final do século XIX, se multiplicava na cidade o número populacional sem que a infraestrutura urbana acompanhasse esse crescimento. A cidade era habitada por uma multidão de homens e mulheres pobres e a maioria era recém-egressos do cativeiro. Pelas ruas também circulavam um grande número de imigrantes, formado tanto por estrangeiros como por libertos saídos da zona rural para a zona urbana<sup>113</sup>. E a crise habitacional era um dos maiores problemas enfrentados por essa população extremamente pobre. Foram em casarões antigos localizados no centro da cidade que muitos desses indivíduos conseguiram moradias, habitando em cortiços com condições precárias, sem infraestrutura e insalubres. Tais circunstâncias só agravavam e aumentavam os surtos epidêmicos que já assolavam e vitimavam a população<sup>114</sup>. Vivendo em péssimas condições sociais, esses moradores eram alvo constante da atenção e suspeita das autoridades públicas.

<sup>109</sup> BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos...” *Op.Cit.* (p, 71)

<sup>110</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha” In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EdUSP, 2003.

<sup>111</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil...” *Op.Cit.*, SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. e CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>112</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990., ABREU, Maurício de Almeida de. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.” *revista Rio de Janeiro* 10 (2003): 210., ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rocco, 1993., NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha” *Op.Cit*

<sup>113</sup> Ver: CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. *Op Cit.* (p, 43). E, SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. *Op. Cit.*

<sup>114</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. “Pereira Passos...” *Op.Cit.*

A região portuária também vinha causando problemas. Os cais antigos dificultavam as transações comerciais das grandes embarcações e dos modernos transatlânticos. E mesmo após o desembarque as ruas apertadas e tortuosas dificultavam a circulação das mercadorias.

Diante desse cenário de problemas interligados, era imprescindível uma reforma que transformasse a imagem de uma cidade epidêmica, insalubre e antiga para uma que representasse de fato “o novo Brasil”<sup>115</sup>. Margarida de Souza Neves aponta que a ideia de uma reforma já era um desejo antigo:

O desejo de reformar a cidade, saneá-la, ocultar as misérias e apagar sua memória colonial para mostra-la com orgulho como cidade civilizada aos olhos do mundo precedeu, em muito, ao reformismo republicano. Desde a década de 1870 sucediam-se projetos – jamais implementados - que pretendiam o melhoramento urbanístico da cidade.

Todavia, a tentativa de superação de um passado colonial rumo a modernidade e civilização foi colocada em prática, principalmente no período republicano, com a eleição do presidente Rodrigues Alves (1902-1903). Assim que assumiu, em seu discurso de posse, o novo presidente afirmava que se dedicaria ao “desenvolvimento moral e material do país”<sup>116</sup>. O caminho para isso seria através de um projeto que se voltaria para a Capital Federal, pois ela representava um modelo para o país inteiro<sup>117</sup>. Nas palavras do presidente, a capital da República não poderia “continuar a ser apontada como a sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nessa parte do mundo”.

Nicolau Sevcenko, em trabalho sobre tal período, afirma que com o objetivo de transformar a capital “as autoridades conceberam um plano em três dimensões”: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Para isso, Rodrigues Alves teria nomeado “um time de técnicos” que seriam responsáveis por essas dimensões. O engenheiro Lauro Muller foi designado para a reforma do porto; o médico sanitário

<sup>115</sup> ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat...” *Op.Cit.* (p, 220)

<sup>116</sup> ALVES, Rodrigues. Presidential Messages. Disponível em: [www-apps.crl.edu/brazil/presidential](http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential)

<sup>117</sup> É interessante a definição de “cidades-capital” elaborada por Margarida de Souza Neves: “existem cidades com especial vocação cenográfica. Nelas encena-se um roteiro que deve ser reproduzido pelo país inteiro, que, por sua vez, as olha como representação de sua identidade, como síntese de seus projetos, como monumentalização das tradições que preza e quer eternizar. São as cidades-capital. Ao representar o país como um todo, essas cidades assumem, recorrentemente, uma função metonímica. (...) Mas algo é peculiar a essas cidades: o que nelas ocorre afeta também a vida dos que nela jamais puseram ou porão os pés”. Para uma leitura mais completa ver: NEVES, Margarida de Souza. “*Uma capital em Trompe L’Oeil...*” *Op.Cit.* Nessa mesma abordagem Antônio Edmilson Rodrigues trabalha com o conceito de “cidade-referência” para a cidade do Rio de Janeiro. Em termos da historiografia sobre a modernização do Brasil, o autor afirma que a construção da história do Brasil se associa a história da cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras, o Rio de Janeiro se tornou “microcosmo da Nação toda a produção que a tome por objeto estará ao mesmo tempo falando do Brasil”. (RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro.” *Capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ* (2002):11-43.

Oswaldo Cruz responsável pelo saneamento; e o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado como prefeito pelo presidente, para a intervenção urbanística<sup>118</sup>.

A reforma ocorreu pelas ruas da cidade. Foram demolições em massa dos antigos casarões coloniais<sup>119</sup>, alargamento e calçamento de ruas e traçados de novas avenidas. A inauguração da Avenida Central, cruzando a cidade, marcava o início dos novos tempos. O porto também foi reformulado agilizando o processo de importação e exportação de mercadorias. E no projeto de saneamento de Oswaldo Cruz foram colocados em prática campanhas contra a febre amarela, peste bubônica e a varíola. No campo urbanístico as reformas tiveram êxito. Porém, para conseguir se modernizar, só isso não bastava. Para as autoridades os hábitos dos homens e mulheres pobres da cidade era uma ameaça “à ordem, à segurança, à moralidade pública”<sup>120</sup> e a todo um projeto de nação. Logo, também era necessária uma reforma nos costumes e nos comportamentos bárbaros dessa população.

### *Saneando Aparências*

A reforma não ficou somente no campo urbano; era preciso incutir nos cidadãos hábitos morais e civilizados. Esses hábitos seriam transmitidos pedagogicamente pela ordem médica, pelo aparato jurídico e pela imprensa e sempre se voltavam para a uniformização dos padrões de conduta. É vasta e conhecida a historiografia que vem trabalhando com os movimentos de controle, *disciplinarização* e transformação desses indivíduos no pós-abolição<sup>121</sup>. Essas contribuições são muito importantes para a reflexão sobre a história social do país. Com a finalidade de contribuir junto a essas análises, considero importante refletir sobre a reforma que se voltava para a aparência de homens e mulheres pobres. De fato, embora fosse uma preocupação compartilhada entre as classes populares, essa reforma atingia ainda mais os indivíduos negros.

Alguns trabalhos recentes foram importantes para problematização de tal questão. A tese defendida por Giovana Xavier Côrtes, *Branças de almas negras? Beleza, racialização*

<sup>118</sup> ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat”... *Op.Cit.* (p, 221)

<sup>119</sup> Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* *Op.Cit.*

<sup>120</sup> SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). *História da vida privada no Brasil.* vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998. (p, 21)

<sup>121</sup> Como exemplo cito os trabalhos de: BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos...”*Op. Cit.*; ALBUQUERQUE, W., SANTO VIANA, E. D. E., DA SILVA, J., KÖSSLING, K. S. A., NUNES, K. L. D., BUTLER, K. D., ... & LONER, B. A. (2011). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. Selo Negro.; ABREU, Martha C. “Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930” (no prelo) e ver também os textos do livro *Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico*. Organizado por ABREU, M. C. ; DANTAS, C. V. (Org.) ; MATTOS, H. (Org.) ; Monsma, Karl (Org.) ; Loner, Beatriz (Org.) . ed. Niteroi: EDUFF, 2014.

e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)<sup>122</sup>. Ao observar as representações femininas presentes em propagandas de cosméticos veiculadas pela imprensa afro-americana entre os anos 1890 e 1930, Giovana Xavier articula categorias de “gênero, racialização, classe, cosmética e modernidade”, a fim de investigar como se forjou entre a comunidade afro-americana uma noção de “feminilidade respeitada”. O trabalho de Henry Louis Gates Jr. *The Trope of a New Negro and the Reconstruction of the Image of the Black*<sup>123</sup>, onde o autor estuda a antologia literária “new negro”, conceito popularizado durante o “*Harlem Renaissance*”, quando os afro-americanos esperavam representar-se de maneiras novas e progressistas, tanto nos salões da política como na cultura, diferente dos “velhos negros” escravos. E o artigo “¿Qué sería de la sociedad sin moda?”. *Afrodescendientes de Buenos Aires, inclusión nacional y moda a fines del siglo XIX* de Lea Geler<sup>124</sup>. Partindo de fontes e objetos diferentes, tais autores tocam em pontos muito específicos da construção de uma nova imagem pública que homens e mulheres negros tiveram que forjar para adquirirem respeitabilidade na nova civilização.

Pela proximidade dos temas, a brilhante análise feita por Lea Geler sobre as disputas sociais que envolviam a vestimenta na Argentina precisa ser apresentada. A autora observa que a roupa trazia em si significados muito concretos que “estruturavam o olhar” e permitiam a “distinção entre os indivíduos”. A maneira de se vestir preanunciava a posição econômica e social.

Assim como no Brasil, as ideologias adotadas de ordem e progresso vincularam o vestir-se bem à ideia de ser civilizado. A importância dada à vestimenta estava relacionada com o que Geler chama de o “pânico da marginalidade social”. De acordo com o discurso oficial, aqueles que não seguissem as regras sociais eram vistos de forma marginalizada. Os afro-portenhos eram considerados, pelas elites, amorais, indecentes, lascivos e bárbaros; logo, as práticas hegemônicas de modernidade e civilização voltavam-se para os seus costumes.

Tais práticas repercutiram na comunidade afro-portenha, que a partir de seus periódicos, fonte analisada pela autora, traziam anúncios de roupas e acessórios dos mais

<sup>122</sup> CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras? : beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930)*. Tese. Unicamp: Campinas, SP. 2012

<sup>123</sup> GATES Jr., Henry Louis. “The trope of a New Negro and the Reconstruction of the image of the Black”. In: *Representations*, n.24, Special Issue: America Reconstructed, 1840-1940 (outono, 1988), pp. 129-155

<sup>124</sup> GELER, LEA “¿Qué sería de la sociedad sin moda?” *Afrodescendientes de Buenos Aires, inclusión nacional y moda a fines del siglo XIX*. In: ABREU, M. C. ; DANTAS, C. V. (Org.) ; MATTOS, H. (Org.) ; Monsma, Karl (Org.) ; Loner, Beatriz (Org.) . *Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico*, volume 3: cultura, relações raciais e cidadania, 1ª. ed. Niterói: EDUFF, 2014. V.3, p. 33-52.

elegantes e modernos. Embora fossem pobres, a população afro portenha “não media os gastos” na hora de comprar peças para mostrarem-se em público. Fica evidente na reflexão de Lea Geler, a relação que se construiu entre vestimenta e respeitabilidade. Para os homens e mulheres afrodescendentes que sempre foram julgados por seu comportamento e aparência, a vestimenta se tornava mais um elemento de luta e resistência.

Não muito diferente, no Rio de Janeiro a vestimenta também se tornava um campo de disputas e controle social<sup>125</sup>. Já no período da escravidão havia legislações que visavam o controle sobre a roupa, os tecidos e adornos usados pelas escravas<sup>126</sup>. O código de Posturas do Distrito Federal do ano de 1832, no título IV, artigo VI, com o intuito de proteger a moral pública trazia a seguinte informação:

Nenhuma pessoa de qualquer estado, condição ou sexo (inclusive pessoas encarregadas da condução de gêneros) poderá transitar pelas ruas deste município senão com vestes decentes, isto é, não deixando patente qualquer parte do corpo que ofenda a honestidade e moral pública. O contraventor, além da multa de 10\$000 rs, sofrerá 4 dias de prisão, e o duplo na reincidência tanto a despeito da multa como o tempo de prisão: sendo escravo, estará 8 dias de calabouço. (grifo meu)

A regra do Código de Postura que é de meados do século XIX, era uma tentativa de banir a seminudez nas ruas da cidade<sup>127</sup>. Outras leis que tematizavam a vestimenta, nesse período, não eram difíceis de serem encontradas<sup>128</sup>.

Na primeira década da República as medidas tomadas, atingiam diretamente os interesses e costumes da população, especialmente de homens e mulheres pobres, que foram o alvo preferencial dos reformadores. Nicolau Sevcenko<sup>129</sup> observa que “na luta contra os “velhos hábitos coloniais””, “barracas e quiosques varejistas, as carroças, carroções, carrinhos de mão, freguês (restaurantes populares) e os cães vadios” foram alvo da política do prefeito Pereira Passos. A vestimenta dos populares também não ficou de fora, sendo

---

<sup>125</sup> Tertuliano Coelho não foi o primeiro a se preocupar com a vestimenta adequada, o jornal *Gazeta de Notícias* em 01 de novembro de 1884, trazia uma informação de uma conferência sobre o “progresso dos estudos antropológicos” que seria realizada no Museu Nacional com a presença da família Imperial. O diretor do museu Ladislau Netto avisava ainda que teriam entrada franca “todas as pessoas decentemente vestidas” que quisessem assistir a conferência. De fato, a vestimenta era regulada em diversos ambientes. Além do museu, encontrei regras sobre a vestimenta adequada para a viagem nos bondes. Agradeço a Carolina Cabral a indicação da fonte.

<sup>126</sup> LARA, Sílvia H. “Diferentes e desiguais”. In: *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>127</sup> SOUZA, Patrícia March de. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2011. (p, 182)

<sup>128</sup> LARA, Sílvia H. “Diferentes e desiguais”. *Op.Cit.*

<sup>129</sup> SEVCENKO, Nicolau. “Introdução”. *Op.Cit* (p, 26)

afetada através da criação de leis de “obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos”<sup>130</sup>, com eficácia para todas as pessoas do Município Neutro.

Em sessão do dia 12 de setembro de 1906 do Conselho Municipal do Distrito Federal, o intendente Tertuliano Coelho apresentou, um projeto de lei para o ano de 1907 afirmando que<sup>131</sup>:

Art.1º. De 1 de janeiro de 1907 em diante ninguém poderá transitar na parte urbana do Distrito Federal, senão calçado e trazendo sobre a camisa uma veste de qualquer feitio.

Parágrafo único - a infração desta lei será punida com a multa de 5 a 20\$000.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.<sup>132</sup>

No discurso de apresentação do projeto, o intendente afirmava que, embora fosse “aparentemente egoísta”, a nova medida se fazia necessária em nome da “decência”, da “higiene” e das novas “exigências da vida moderna” na cidade do Rio. Já pressupondo as críticas que viriam a seu projeto, Tertuliano alegava que nas alfaiatarias mais simples era possível encontrar paletós cujo preço estaria ao “alcance de todos” e, de igual modo, haviam sapatarias com preços populares.

O projeto de lei movimentou os jornais do período<sup>133</sup>. De elogios a críticas, o projeto não passou despercebido. Um dos articulistas do jornal conservador *O Paiz*<sup>134</sup> elogiava com eloquência o que propunha o intendente:

A grande quantidade, que vemos todos os dias, de homens assim vestidos, ou por outra, assim despidos faz, naturalmente, com que nos conformemos com esse costume, porque enfim, a gente, pela força do hábito, com tudo se conforma. Sou ainda do tempo em que os chamados negros do ganho andavam nus da cintura para cima, e alguns apenas de tanga, sem que essa nudez escandalizasse ninguém. Dantes, os escravizados, que aos magotes aqui chegavam da Costa d' África e lá iam para os armazéns do Valongo, só tinham roupa quando lh'as davam os senhores que os adquiriam. Isto, naquele tempo passava aos nossos olhos como a coisa mais natural do mundo, o que não quer dizer que não influísse terrivelmente na educação e no carácter no nosso povo.

Não há capital no mundo onde se veja tanta gente descalça como no Rio de Janeiro, e isso é ainda, senão um vestígio, pelo menos uma consequência da maldita escravidão, que fez o nosso atraso e a nossa desgraça.

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> Anais do Conselho Municipal. Synopse dos seus trabalhos durante a 2ª sessão ordinária de 29 de agosto a 31 de outubro. 1ª secção da Secretaria do Conselho Municipal do Distrito Federal RJ: Typografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Comp. 1908.

<sup>132</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1906. (p, 2)

<sup>133</sup> Nos anexos trago uma série de charges sobre o projeto de lei de Tertuliano. (p, 137 -139)

<sup>134</sup>“Palestra”. *O Paiz*, 15 de setembro de 1906. (p, 2)

Para o articulista, o problema de ainda existir pessoas que se trajavam de maneira inadequada, isto é, sem sapatos e paletó, era resquício de um passado escravista que deveria se enterrar. O costume que foi trazido pelos africanos, pois seus senhores é que tinham que lhe doar vestes, parecia persistir entre seus descendentes. A reportagem ainda ressalta que os indivíduos que circulam a cidade de “pé no chão” não faziam isso por não terem condições financeiras de comprar sapatos, mas por economia “de quem se priva de tudo para juntar dinheiro”.

De fato, o que Tertuliano buscava, e era apoiado pelo jornal *O Paiz*, era tornar a cidade moderna. Aquela gente “descalça e maltrapilha” não combinava com a beleza e magnificência da nova cidade. A demolição das habitações populares das áreas centrais parece não ter sido o suficiente para resolver o problema. Ainda eram muitos desses indivíduos que prestavam serviços nas ruas centrais. Para o redator do jornal *O Paiz*, a solução viria por legislações como aquela, e pela nova estrutura urbana. Em suas palavras, dizia bem saber que “o próprio embelezamento da cidade se incumbira de fazer, aos poucos, uma revolução nos nossos costumes, já muito modificados, para melhor, depois que vivemos sob a influência civilizadora do governo, que infelizmente nos vai deixar”.

É evidente que nem todos aplaudiam tais medida. Alguns colunistas de jornais opositoristas ao governo não deixaram de denunciar a “monstruosidade”<sup>135</sup> de leis que, “supondo” agir para a “soberania” de seu povo, obrigavam as pessoas a se vestirem de determinada maneira se quisessem frequentar as “praças e ruas públicas”. O recém inaugurado jornal *O Século*<sup>136</sup>, dentre outros poucos, foi um desses. Seus redatores fizeram uma severa<sup>137</sup> campanha contra o projeto de lei do intendente Tertuliano Coelho. Para esses editores, a lei não se tratava de uma “polícia de costumes”, mas uma imposição aos pobres. Comparando o legislador a um inquisidor, afirmavam que “os tempos mudam, modificam-se os processos políticos, os inquisidores mudam de nome, mas no fundo tudo é a mesma coisa”.

A lei atingia diretamente aos indivíduos pobres, de maioria negra, que viviam nas ruas centrais. O projeto seria para os que ainda não teriam se acostumado com as regras de civilidade. *O Malho* foi a revista que mais estimulou o debate sobre o projeto de lei; eram várias as caricaturas que demonstravam de forma divertida o problema.

---

<sup>135</sup> “Projeto Odioso no Conselho Municipal”. *O Século*, 19 de setembro de 1906. (p, 01)

<sup>136</sup> *O Século*, 20 de agosto de 1906. (p, 01)

<sup>137</sup> “Projeto Odioso no Conselho Municipal”. *O Século*, 19 de setembro de 1906. (p, 01)

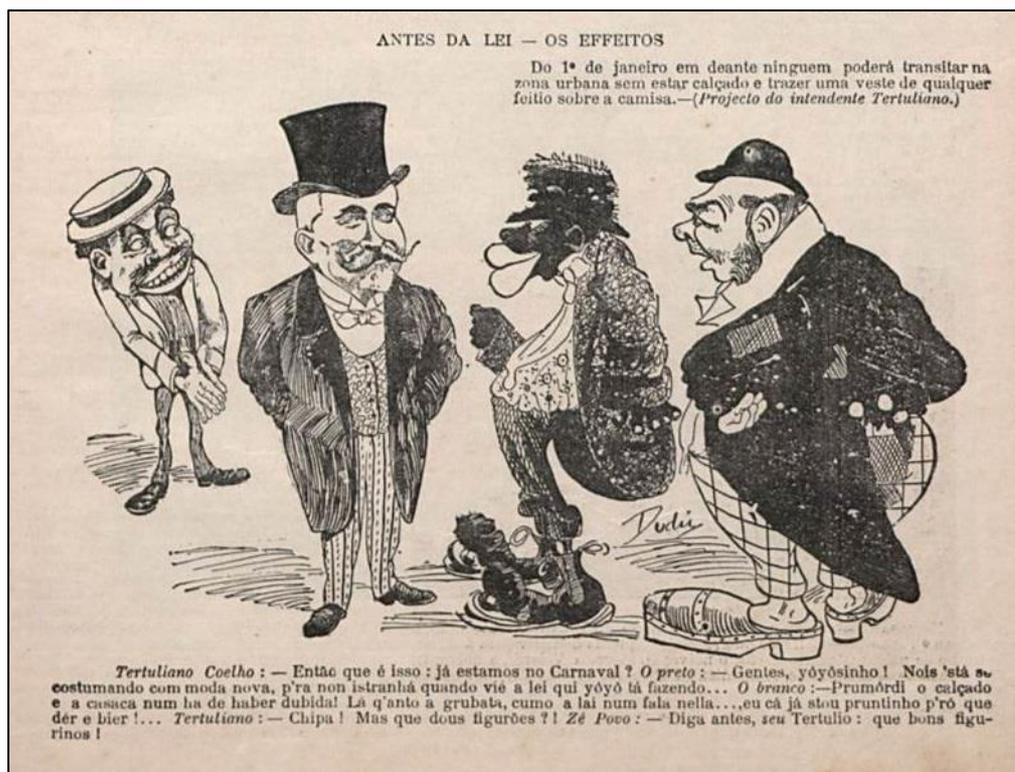


Figura 2: “Antes da Lei – Os Efeitos” *O Malho*, 22 de setembro de 1906 p, 23.

Tertuliano Coelho: - Então que é isso: Já estamos no Carnaval?

O Preto: - Gentes, yôyôzinho! Nois 'stá se costumando com moda nova, p'ra non instranhá quando vié a lei qui yôyô tá fazendo...

O branco: - Prumórdi o calçado e a acasaca num há de haber dubida! Lá quanto a grubata, cumo a lai não fala nela... eu cá já stou pruntinho p'ró que der e bier!...

Tertuliano: - Chipa! Mas que dous figurões?!

Zé Povo: - Diga antes, seu Tertulio: que bons figurinos!<sup>138</sup>

Os erros de fala marcados no texto sugerem o endereço certo do novo projeto de lei: as pessoas de origem humilde. Em uma mistura de cores e exageros, a personagem até se perguntava se já era carnaval. Pobres usando esses tipos de trajes deveria soar como algo falso, uma fantasia. A revista ainda brincava com a não exigência da gravata, que era um dos itens que compunha o traje masculino.



Figura 3: “Execução de um projecto municipal; ninguém pode andar descalço e sem casaco! “.

*O Malho, 22 de junho de 1907. p. 11*

Tretuliano Coelho (à parte) – Céos! Quem diabo serão estes judas? Querem ver que protestam contra a aprovação do meu projeto?

O Orador- Sinhô intendente! Tá quá sinhô qué, cá'stemo nós vestidos de palitô e carçado di bostina... Só qui tem é qui os difunto éro de bitola differentis, mas nós não semo ricaço, cumo seu doutô, p'ra inzigi luxe. Queremos é cumpri a lei sarvadora do Distrito Federal, lei qui há de inlevá seu nome à posteridade dos casaca!... Sinhô intendente! Pela parte que nus toca sua lei está cumprida... cumo esta sobrecangica! ...



Figura 4: “Os novos figurinos”. *O Malho*, 22 de setembro de 1906 p. 36.

“Sobre o projeto Tertuliano:

- Que te disse eu, hein? Olha o Tertuliano com o seu projeto para obrigar todos os habitantes do Rio a andarem calçados e de casaco!... É ou não é um caso de contágio do Castanhola da galeria da Camara ?...

- Que contágio! Que nada! Aquilo é simplesmente o meio de acabar com o descontentamento dos sapateiros e dos alfaiates... Imagina tu: São pelo menos cem mil pares de botas e cem mil paletots que se vendem de um dia pro outro. Não há grève que resista a tal movimento.

-Nesse caso o Tertuliano...

- Não ha duvida: Despiu a jaqueta dos mediocres e calçou as botas da imortalidade.”

Natural de Cabo Frio, Tertuliano Gama Coelho (1857 – 1914) era diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi intendente do Conselho Municipal em três legislaturas: de 1897 a 1899, de 1904 a 1906 e de 1907 a 1910. E chefe político da freguesia da Glória<sup>139</sup>. Além do projeto nº. 36 (sobre a vestimenta), propôs que “nenhum estabelecimento comercial” trabalhasse mais de “doze horas por dia” e deveriam ficar fechados um dia da semana que seria escolhido pelo proprietário do estabelecimento.

<sup>139</sup> De acordo com o jornal: *O Paiz*, 03 de dezembro de 1914. (p, 03)

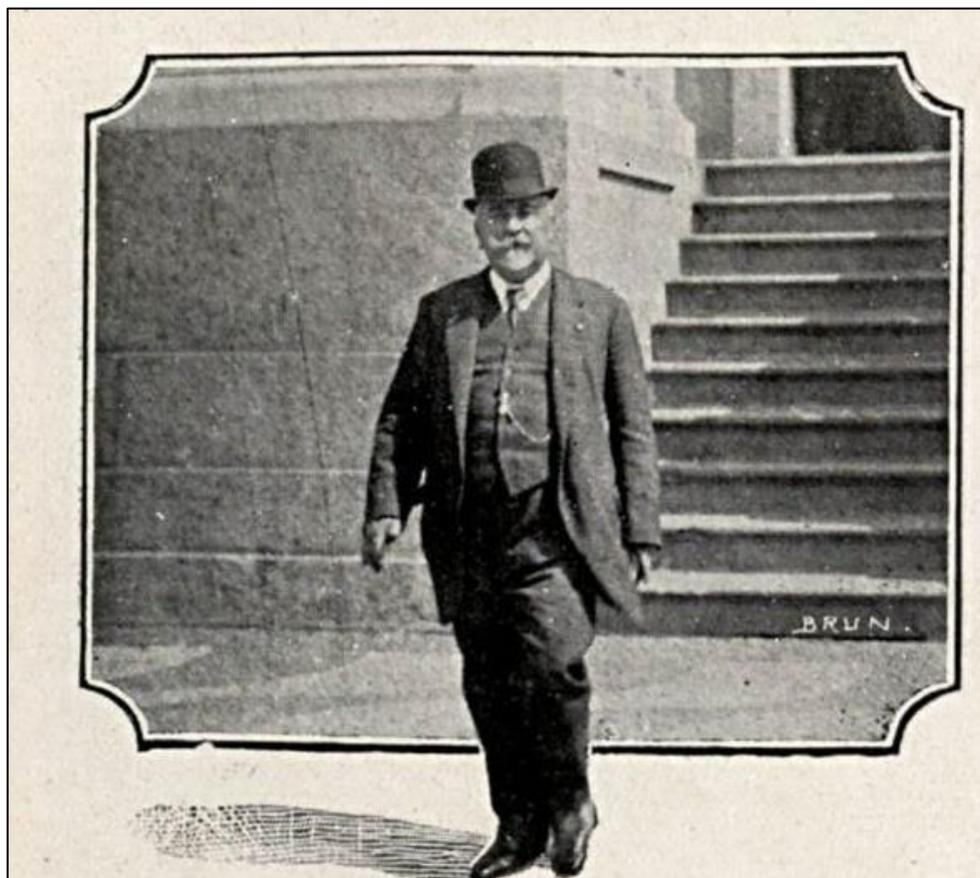


Figura 5: "Tertuliano Coelho". *Fon-Fon*, 18 de setembro de 1909.

O projeto de lei nº 36 que ficou conhecida como a "Lei Tertuliano" não foi aprovado pelos outros intendentes municipais<sup>140</sup>. O único que votou a favor foi o próprio autor Tertuliano Coelho<sup>141</sup>. Mesmo com a derrota, seu afã modernizador fez com que o intendente voltasse a insistir no projeto.

<sup>140</sup> "No Conselho: Projetos Infelizes, as rejeições". *O Século*, 27 de junho de 1907. (p. 02)

<sup>141</sup> Votaram contra o projeto de lei Henrique Lagden, Nery Pinheiro, Zoroastro Cunha, Bethencourt Filho, Guilherme dos Santos, Alberto de Assupção, Ernesto Garcez, Salvador Ferreira Fontes ("Declarações de Voto". *Jornal do Comércio*, 27 de junho de 1907 p. 5)



Figura 6: "Prevenções". *Fon-Fon*, 23 de maio de 1908 p. 13.

Parabenizado por aqueles que se empenhavam na implantação dos novos hábitos, seu projeto de lei, agora no ano de 1909, novamente ganha as páginas dos jornais. De acordo com a revista ilustrada *O Fon-Fon*, o “projeto sanitário” ia pôr fim à “vergonha e à imundice injustificáveis e inadmissíveis dos em mangas-de-camisas e descalços nas ruas da cidade”. Em uma cidade embelezada como o Rio de Janeiro, e com um povo que preza a “compostura” esse hábito seria selvagem e ninguém queria ter a visão das “sovaqueiras suadas”, apenas protegidas “por uma simples camisa de meia rota e enojante de suja”. Além do vexame de um grande número de “cafajestes de pés no chão”.

A revista, que parecia se posicionar a favor da proposta de Tertuliano Coelho, colaborou com as teorias higienistas de que a remodelação dos hábitos sociais, como o cuidado com o corpo, por exemplo, eram um dos caminho para a civilização e o progresso da Nação.

Pelo que sugere a imagem abaixo, divulgada pela revista *O Malho*, o intendente não conseguia mesmo tornar seu projeto em lei. Os que criticavam tal medida festejavam a não aprovação. Segundo informava a legenda da fotografia, assim andariam os carregadores,

caso o projeto de Tertuliano não estivesse “carregado de traças no arquivo do Conselho Municipal”<sup>142</sup>.



Figura 7: *O Malho*, 22 de outubro de 1910

Para aqueles que eram favoráveis só restava se lamentar pelo não cumprimento do projeto. O cronista Paulo Barreto, em seu pseudônimo Joe, usou o espaço da sua coluna *Cinematografo* na *Gazeta de Notícias*<sup>143</sup> para dar sua opinião a respeito da não aprovação da lei, que teve como justificativa ferir a cultura e individualidade da população:

“Quem porém promove a cultura no povo? Os homens inteligentes e adiantados pregando-lhe o que é bom, e as autoridades obrigando-o a obedecer. Faz-se com os povos o que se faz com as crianças: Ensina-se. (...) Se nós fossemos esperar pela cultura dos habitantes não tínhamos as avenidas, não tínhamos o Municipal. (...) As autoridades promovem o desenvolvimento da cultura ensinando e dando exemplo. O povo adapta-se e eleva-se de súbito. Hoje qualquer carioca seria incapaz de viver sem avenidas. Amanhã seria imoral um sujeito descalço”.

Joe toca em um ponto fundamental do projeto de lei: a modernidade. Era em nome do “ser moderno” que muitos posicionamentos foram colocados em prática nesse período. Como evidencia Marcelo Balaban “no lugar de definir uma realidade histórica unívoca” o

<sup>142</sup> “Cenas Cariocas”. *O Malho*, 22 de outubro de 1910. (p,43)

<sup>143</sup> “Cinematografo”. *Gazeta de Notícias*, 01 de agosto de 1909. (p,01)

moderno, a modernidade “constituíam um campo de batalhas, um espaço no qual as diferenças ganhavam a forma. Por isso é possível encontrar descrições tão dispares a respeito do momento de intensas transformações por que passavam a cidade e o país”<sup>144</sup>. Logo, para Joe, a preocupação de fato não era com o pé descalço ou não, mas em educar a população a ser civilizada. Essa população a que se refere o cronista trata-se de negros e *mulatos* eram eles que traziam sobre si os vícios herdados na escravidão e estes só seriam vencidos através da educação, da repressão e da obrigatoriedade de algumas regras de comportamento<sup>145</sup>. Para Joe, caberia aos “homens inteligentes e adiantados”, entendendo-se como tais os homens de elite, a tarefa de transmitir à população noções de civilidade que transformassem moralmente esses indivíduos.

Embora não tenha se transformado em lei, o projeto só colocava no papel o que muitos pensavam a respeito dos costumes da população. Fato é que um projeto muito similar ao de Tertuliano Coelho foi apresentado pelo intendente Eduardo Raboeira no ano de 1912<sup>146</sup>. No ano de 1916, o projeto se tornou lei, e vários trabalhadores foram multados por “andar descalço e sem paletó”<sup>147</sup>.

A tentativa de modernizar, nos moldes europeus, os hábitos da população se estendia a todas as áreas da vida dos homens e mulheres pobres e era compartilhado pelos diferentes setores da sociedade. O projeto de Tertuliano se voltava principalmente para o sexo masculino, com a exceção dos sapatos. O projeto não se preocupava com a roupa “feminina”, não porque as mulheres eram mais cuidadosas com a indumentária, mas porque as revistas de moda se incumbiam dessa missão. As diversas colunas, propagandas e revistas que tratavam de moda e comportamento não sofriam críticas severas<sup>148</sup> e, de forma sutil, não deixavam de passar as lições ideais de comportamento e construção da aparência ideal para as senhoras, que provavelmente eram acompanhadas pelos sócios dos clubes<sup>149</sup>.

---

<sup>144</sup> BALABAN, Marcelo. “*Em estilo moderno*” ... (no prelo)

<sup>145</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Op. Cit. (p,69)

<sup>146</sup> O projeto além de proibir que se andasse descalço afirmava que, “nenhum empregado da municipalidade poderá apresentar-se ao serviço ou nele permanecer em mangas de camisa sob pena de suspensão por 5 dias e demissão no caso de reincidência”. (“Alerta! Mais um monstro no Conselho Municipal”. *O Século*, 16 de dezembro de 1912, p,1.)

<sup>147</sup> Ver: *Gazeta de Notícias*, 18 de março de 1916, p,4; *Gazeta de Notícias*, 19 de março de 1916, p,9; *Gazeta de Notícias*, 25 de abril de 1916, p,8; *Gazeta de Notícias*, 26 de abril de 1916, p,4; *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1916 p,6 e *Gazeta de Notícias*, 23 de julho de 1916, p,4 .

<sup>148</sup> CAMARGO. Rosane Feijão de Toledo. Reflexos da cidade na moda. Relações entre transformações urbanas e aparência pessoal no início do século XX no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>149</sup> A única charge encontrada na revista *O Malho* que tematiza a vestimenta feminina encontra-se nos anexos p, 141

### *As meninas Vaidosas*

Ao atentarem para a vestimenta adequada à frequência nos bailes, os diretores dos clubes buscavam um padrão moral capaz de afirmar para seus sócios a marca da respeitabilidade e da decência, que muito afastava esses clubes da imagem de selvageria e imoralidade afirmada por autoridades do período.

Jane Rhodes, em *Pedagogies of Respectability*<sup>150</sup>, define respeitabilidade como uma política em resposta as representações racistas e aos ataques rotineiros à sexualidade, caráter e ao intelecto de mulheres negras. A respeitabilidade seria assim uma “política” que envolvia tanto as qualidades subjetivas de ser trabalhador morigerado, ter educação, refinamento e civilidade<sup>151</sup> quanto as de aparência física. Para a autora, as ideias de respeitabilidade teriam suas raízes no movimento abolicionista; para os negros, tal projeto foi também concebido como um “regime prático” de proteção das mulheres.

O uso das “roupas certas” passaria imagens de *respeitabilidade*, credibilidade e modernidade. A maioria dos sócios dos clubes era bem jovem; provavelmente nascida se não um pouco antes, logo após a assinatura da Lei Áurea. Nascer em um mundo sem escravidão, possivelmente foi o que motivou esses jovens a lutarem por cidadania e pelo afastamento da imagem do “velho negro”.

Kim Butler<sup>152</sup>, ao estudar a “nova negritude” afirma que no período pós abolição houve uma semelhança nas “reações” de homens e mulheres negros dos diferentes lugares do Atlântico. Os negros tiveram que engendrar novas identidades sociais para tentarem se integrar como cidadãos nos antigos regimes escravistas. Os negros do Brasil definiram e defenderam suas identidades sociais e políticas de forma multifacetada. As associações recreativas foram o espaço de articulação de identidades que se diferenciava dos espaços “menos respeitáveis” e modelava uma “urbanidade negra adaptada à cidade moderna”<sup>153</sup>

Podemos entender que a regulação da vestimenta, assim como a afirmação de padrões morais elevados nos bailes, permitia que os sócios dos pequenos clubes, de certa forma, alcançassem um espaço na imprensa e ajudassem a conseguir a licença de funcionamento, já que esses clubes estavam submetidos à investigação policial; mas, acima

<sup>150</sup> RHODES, Jane. *Pedagogies of Respectability: Race, Media, and Black Womanhood in the Early 20th Century. Souls*, v. 18, n. 2-4, p. 201-214, 2016.

<sup>151</sup> XAVIER, Giovana. *Branças de almas negras... Op.Cit.*

<sup>152</sup> BUTLER, Kim. “A nova negritude no Brasil”. *Op.Cit.*

<sup>153</sup> BUTLER, Kim. “A nova negritude no Brasil...”. *Op.Cit.* (p,144)

de tudo era uma das estratégias utilizadas para demonstrar sua “ascensão social” e “respeitabilidade”<sup>154</sup> perante a sociedade.

Essas estratégias ficam ainda visíveis quando analisamos fotografias do período. Muitas vezes esses clubes tinham as fotos de sua diretoria e de seus sócios e até de seus estandartes publicadas em revistas e jornais que circulavam na época<sup>155</sup>. De fato, a fotografia era um importante recurso de projeção de uma imagem que se pretendia deixar evidente: Podemos pensar as imagens deixadas pelos clubes como a expressão da tentativa de ganharem respeitabilidade e visibilidade entre seus contemporâneos e para posteridade. Em pose formal, os sócios de cada clube davam a ver a imagem pública do clube que pretendiam ver divulgada nos jornais. Exemplo disso é a foto da Sociedade Carnavalesca As Meninas Vaidosas publicada pela *Revista da Semana* em 1911.

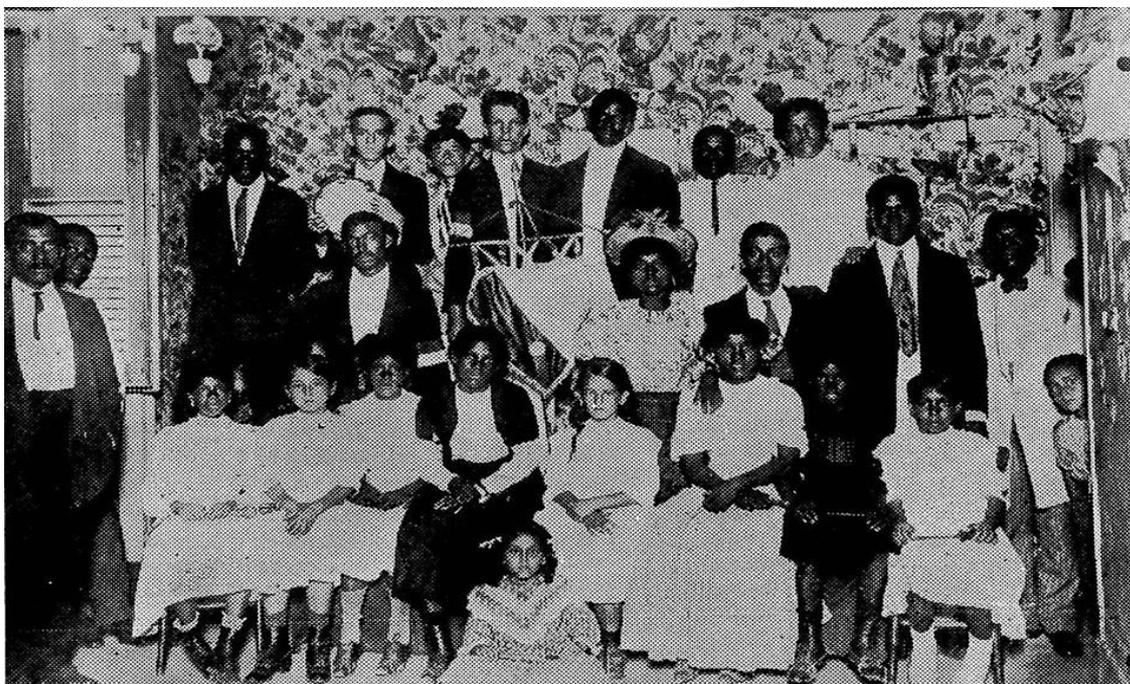


Figura 8: “As Meninas Vaidosas”. *Revista da Semana*, 25 de fevereiro de 1911.

Ainda que essa foto tivesse o objetivo de apresentar uma imagem positiva do clube, ela nos traz sinais do modo pelo qual se apresenta o desejo de afirmação moral e da elegância desses grupos. Quando reparamos as roupas com que seus sócios iam aos bailes, de fato, há simplicidade dos trajés, demonstrando o perfil dos que frequentavam essas pequenas agremiações. Podemos ver a “decência” dos trajés, que se apresenta nos longos vestidos recatados das senhoras e das meninas - essas que só deixam aparecer o joelho -, e no terno

<sup>154</sup> BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos...” *Op. Cit*

<sup>155</sup> MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, 1996, pp. 73-98.

dos senhores, todos com colarinho e gravata. Frequentada por negros, mestiços, e brancos, a sede social na rua das Laranjeiras aparece como um local pequeno onde os sócios se apertam para sair na foto. Como afirma Leonardo Pereira, referindo-se ao clube Prazer das Morenas, localizado em Bangu, “por mais que se tratasse de um clube de maioria trabalhadora de fábrica, eles deixavam clara a tentativa de adoção de um perfil que se pretendia elevado”<sup>156</sup>.

Uma imagem semelhante, que nos permite analisar as vestimentas dos participantes desses bailes, foi tirada no mesmo ano na sede do grupo União das Rosas<sup>157</sup>. Com muitos membros negros e mestiços chama a atenção, que mesmo de forma simples, vemos o requinte das roupas, com as quais tanto sócias quanto sócios iam para seus bailes. Embora a foto exiba a maneira arrumada e elegante pela qual se apresentam os sócios do clube, esta vaidade se faz acompanhar de forte senso moral. Se no caso das Meninas Vaidosas apareciam muitas crianças com pedaços das pernas à mostra, todas as senhoritas desta foto vestem longas saias, com mangas que iam até o cotovelo e nenhum decote. Todas também estão penteadas. E no caso dos homens, todos estão de terno (inclusive as crianças), sapatos e gravata.



Figura 9: "União das Rosas". Revista da Semana, 18 de fevereiro de 1911.

<sup>156</sup>PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas...” *Op.Cit.* (p,286)

<sup>157</sup> Pelas fontes que recolhi é provável que essa sociedade se localizasse no Morro do Pinto.

A foto acima do grupo União das Rosas, retrata mais uma vez o quanto o vestir-se elegantemente e de forma decente se constituía como um padrão para os sócios. O terno e a gravata se constituíam como item indispensável da indumentária masculina. Os longos vestidos e saias, até das meninas mais novas, sugerem o quanto essa construção moral, a partir da vestimenta, lhes era importante.

Os sócios desses pequenos clubes procuraram afirmar sua própria elevação, buscando através de um padrão moral elevado afastar a mancha do preconceito que costumava recair sobre os homens e mulheres que compunham seu mundo. O cuidado com a vestimenta era importante para esses sócios independentemente da cor da sua pele, mas para as mulheres negras e mestiças esse cuidado envolvia ainda uma afirmação de dignidade e respeito. Era “uma estratégia de sobrevivência”<sup>158</sup>

Kim Butler<sup>159</sup> afirma que o movimento dos negros pela autodeterminação foi multifacetado e aconteceu não só no contexto nacional mas também no diálogo com pessoas dos Estados Unidos, do Caribe e da África, e, vale acrescentar, da Argentina. A afirmação e defesa da elevação da vestimenta com a qual deveriam frequentar esses bailes representava, dessa forma, uma tentativa de diálogo e embate com outros grupos sociais, através do qual os sócios desses clubes pequenos davam forma a um meio positivo de articulação de seus laços de solidariedade e identidade.

---

<sup>158</sup> XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, 2016.

<sup>159</sup> BUTLER, K. D. (2011). “A nova negritude no Brasil”. *Op.Cit*

### Capítulo 3: As senhoras com moralidade

A presença feminina era uma realidade nas atividades proporcionadas pelos clubes de trabalhadores. Para garantir que seus divertimentos fossem condizentes com a imagem familiar, as diretorias das agremiações demonstravam um cuidado especial com as mulheres, principalmente porque as damas que participavam dos bailes eram pessoas que pertenciam à comunidade - suas esposas, filhas, parentes e vizinhas. Era explicável, por isso, que seus sócios redobrassem suas atenções para que os bailes fossem morais e decentes.

A maneira de proteger as mulheres que frequentavam os clubes se dava a partir de critérios de admissão e regras de comportamento para os sócios e convidados nos momentos dos bailes. Como já foi visto no capítulo anterior, o cuidado com a vestimenta adequada foi uma das estratégias que os diretores utilizaram para garantir que prevalecesse a moral e os bons costumes em suas atividades. No caso da admissão, em muitos estatutos colocava-se como critério principal “ser de reconhecida moralidade”<sup>160</sup>, tornando-se imprescindível para essas pessoas a construção de uma imagem moral na sua comunidade<sup>161</sup>. Além disso, para adquirir e manter a licença de funcionamento, as associações viviam sob constante investigação dos delegados distritais. Logo, era necessário ter uma boa relação com a vizinhança.

No ano de 1906, a diretoria da Sociedade Dançante Flor da Mocidade<sup>162</sup>, sediada na rua Figueira de Mello (São Cristóvão), a partir de seus estatutos, mostravam uma peculiaridade na admissão de seus futuros associados:

“Art. 2º. Não serão admitidos nesta sociedade os cidadãos que não tenham moralidade e domicílio, que tenham vícios de embriagues e estejam envolvidos em processo criminal. (...) Art. 5º. Não serão admitidos nesta sociedade as senhoras que não tenham moralidade assim como os associados serão responsáveis quando assim procedam fazendo convite neste sentido”. [grifo meu]

O fragmento determina bem aspectos cruciais para a admissão a sócio. A reprovação a vadios, viciados<sup>163</sup> e criminosos dialoga com os projetos de ordenação social desse período. Também chama a atenção o fato de haver um artigo específico que se volte

<sup>160</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 168 (“Centro Recreativo dos Operários da Aliança.”, 1906).

<sup>161</sup> Cristiana Myasaka em seu trabalho *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)* principalmente no capítulo 3, fala sobre a “construção de identidade perante os pares” na freguesia de Inhaúma. (MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) (p, 127-165)

<sup>162</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 168 (“Flor da Mocidade”, 1906).

<sup>163</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. *Op. Cit.* (p, 70-73)

para a admissão das mulheres. De modo semelhante, no ano de 1913, os sócios do Rancho Carnavalesco Progresso dos Operários de Santa Cruz informavam em seus estatutos que era “expressamente proibido” em seus festejos as damas que não fossem “honestas” e que não tivessem “família séria”<sup>164</sup>. Movidos pelo anseio do ser moral, esses diretores evidenciavam uma preocupação que era comum: a idoneidade feminina.

A regra suscita, no entanto, algumas questões como, por exemplo, o que caracterizaria uma senhora com “moralidade”. Embora seja problemático trabalhar com a definição de moralidade para os sócios do clube o que estamos propondo está longe de ser uma ideia homogênea de moralidade. Seguindo a sugestão do antropólogo Fredrick Barth<sup>165</sup> para a cultura e trabalhando a moralidade como uma construção cultural, observamos que as regras de conduta adotadas pelos sócios seriam o resultado de uma multiplicidade de padrões parciais que interferindo uns sobre os outros formavam as escolhas desses sócios. Ou seja, as regras afirmadas são resultado de suas experiências cotidianas influenciando sobre isso o local aonde estavam inseridos, a faixa etária de seus associados, a classe social e a raça de seus frequentadores. Quando esses diferentes aspectos se conectam a partir das redes de cooperação, entre as associações, é que elas ganham força e passam a ser uma estratégia de representação e luta.

Além disso, duas outras questões se tornavam relevantes para aquelas que fossem aceitas como sócias: Como permanecer com as qualidades de uma senhora moralmente reconhecida? E, como os sócios lidavam com a presença das mulheres entre os seus membros?

Movidos por essas interrogações, o objetivo do capítulo é estudar a presença das mulheres nas pequenas associações recreativas. Sendo assim, a primeira parte consiste na observação do processo de construção do discurso moral proferido por juristas e médicos a partir de meados do século XIX que visavam enquadrar homens e mulheres em modelos ideais de comportamento. De forma resumida, se buscará analisar os diálogos entre esses discursos e aqueles afirmados pelos diretores dos clubes (partindo da leitura dos estatutos). A segunda parte estende-se sobre o modo específico de inserção das mulheres nos pequenos clubes dançantes. Como documentação principal serão utilizados os periódicos *Jornal do Brasil* (principalmente na coluna “Palcos e Salões” que traziam informações dos eventos da cidade), a *Gazeta de Notícias*, a *Revista da Semana* e *O Malho*, pois através das imagens ali encontradas, podemos comprovar o argumento da participação ativa das mulheres nos clubes dançantes.

<sup>164</sup> (GIFI 6C 465) Agradeço a Eric Brasil a indicação da fonte.

<sup>165</sup> BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: *O Guru, O Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000 [1989], pp. 107-139

“As morenas do Catete”

No jornal *Gazeta de Notícias* do dia 15 de dezembro de 1905, foi publicada uma crônica da autoria de Viriato Corrêa, denominada “Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete”<sup>166</sup>. A crônica era sobre uma suposta visita do autor a um baile de posse da diretoria, que era formada somente por damas.

De acordo com Viriato Corrêa, quando chegou na sede social às nove e meia da noite, foi muito bem recebido por ser “a imprensa”. A presidenta (o autor não cita o nome), que, segundo o autor, era “uma preta imensa, de um seios colossais”, o convidou para entrar e se sentar e o deixou acompanhado por seu pai – Chico Silva –, para resolver algumas pendências referentes ao baile. Chico Silva, que, de acordo com o cronista, lá “pelo Catete todo mundo conhecia”, tinha orgulho de sua filha, pois, em suas palavras, ela era “uma rapariga de juízo”:

—Não era mulher de andar aí pelas ruas arreganhando os dentes para esses pardos vadios. Não, senhor; tinha muito juízo, vivia em casa com as suas costuras e estava com o dono de uma casa de pastos.

O “velho”, que mancava de uma das pernas, continuava falando enquanto o cronista observava os convidados que chegavam. Em uma análise geral, a maioria das mulheres é descrita por Viriato como “pretinhas com gestos elegantes de menina branca”.

Para além das caracterizações que o autor faz da sociedade, chama atenção na crônica a descrição na hora das danças. Após a chegada dos convidados ao salão, a presidente, de braços dados com a fiscal, que era uma “cafuza magra, muito tortinha no seu colete *devant droit*<sup>167</sup>, e uma escassez deplorável de cabelos” se aproximou da porta, tocou uma campainha enquanto a fiscal gritou:

“Cavalheiros e damas, vai começar o baile. (...) – Valsa, cavalheiros tirar damas!”

A orquestra começou a tocar a valsa e aos poucos toda a sala fervilhava. De acordo com o cronista, Chico Silva trouxe uma das “pretinhas” que vinha passando para dançar com Viriato Corrêa, mas para sua alegria a música parou antes que eles pudessem dançar.

<sup>166</sup> “Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete”. *Gazeta de Notícias*, 15 de dezembro de 1905. (p,03)

<sup>167</sup> O colete *Devant Droit* de acordo com Gilberto Freyre era o que havia de mais moderno em espartilhos. Veio para substituir o antigo colete *Doctoresse*. As propagandas enfatizavam a comodidade que esse novo colete traria para as mulheres e inclusive era recomendado por higienistas brasileiros. (Foto em anexo, p. 140) (Freyre, Gilberto. *Modos de homem e modas de mulher*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.)

A campainha tocou novamente e a fiscal bradou: “- Polk. damas tirar cavalheiros”. Nessa hora, como descreve o cronista, as damas obedeceram e tiraram os cavalheiros para dançar. Enquanto observava a cena, uma “morena” se aproximou do cronista e:

Toda ela curvou-se delicadamente e, com um gesto gracioso, convidou-me:

- O cavalheiro concede-me o prazer de dançar esta polk?

- Com imensa satisfação, respondi. Ela sorriu e deu-me o braço. E durante um quarto de hora rodei, dancei, suei. Ao final a morena sentou-me e, talvez por descuido, sentou-se também. Travei conversa. A fiscal chegou-se toda amável:

- O cavalheiro quer conceder-me o favor.... É proibido conversar no recinto social.

Pedi desculpas.

A próxima dança anunciada pela fiscal seria uma *schottisch*.<sup>168</sup> Desta vez, a mesma adverte que os cavalheiros deveriam tirar as damas para dançar, porém sem escolher. Sem entender o motivo para tal definição, Corrêa buscou esclarecimento com um dos sócios presentes no baile. O sócio respondeu que havia umas quatro convidadas que não haviam dançado ainda e o motivo seria porque “eram feias e ninguém as queria”. Enquanto tocava a *schottisch*, o cronista observa rodarem pela sala as três (sic) convidadas no braço de homens”.

O baile continuava, quando, no corredor, um dos convidados que havia bebido bastante resmungou com outro: “Isto é uma droga. Minha irmã pagou trinta mil réis e não me quiseram dar vinho do Porto. É só água ardente. É por que sou preto”. Um dos membros do clube o aplacou dizendo: “olha a imprensa. É preciso respeitar” e o rapaz se acalmou. De repente no corredor houve uns murmúrios. Eram copos no chão, “homens atracados”, “cacetes que cantavam”, uma confusão. Por mais que gritassem: “respeitem a imprensa”, não havia naquele ambiente “respeito possível”.

Manuel Viriato Corrêa Bayma do Lago Filho (1884-1967) foi um escritor maranhense com uma longa trajetória intelectual. Atuou em várias esferas culturais, entre as décadas de 1900 a 1960, tendo sido jornalista (em vários periódicos), político, escritor de peças de teatro e de livros destinados ao público infantil.<sup>169</sup> A obra de Viriato Corrêa

---

<sup>168</sup> Gênero musical. Antiga dança de salão aos pares, que se movimentam sincronicamente, geralmente em compasso binário. Aproxima-se da polca. (Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/> acesso: 01 set 2016). Xico Braz em 1915 a define como: “A *schottisch* ou *scottish* é uma dança escocesa muito em voga em todas a (sic) reuniões. A maneira de dançar é como se o par fosse valsar. (BRAZ, Xico. *Danças de Salão*, Op. Cit.)

<sup>169</sup> CORREIA, Viriato. CÂM. DEP. Deputados brasileiros; FERNANDES, J. Brasil; LUZ, J. Fran; MARTINS, M. Dicionário. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf>. Acesso 05 mar 2017

tinha como características marcantes a utilização de temáticas relacionadas ao Brasil e a seus costumes e tradições. E, segundo Vanessa Cavalcante, sua escrita seria marcada por uma linguagem simples e didática.<sup>170</sup> Sua trajetória na Gazeta de Notícias começou pouco tempo depois de sua chegada à Capital Federal, quando iniciou o trabalho como redator, por intermédio do jornalista Medeiros e Albuquerque. No ano de 1906, Viriato assume a coordenação da coluna “Gazeta das Crianças”, coluna em que obteve êxito na Gazeta de Notícias. Embora fizesse sucesso na coluna infantil, eventualmente escrevia crônicas para o público adulto, como a crônica analisada acima.

O trecho da crônica nos sugere a visão que Viriato Côrrea tinha dos frequentadores desses clubes, evidenciando que para ele não existia nenhuma marca de elevação nas atividades proporcionadas pelas agremiações. Os sócios dos pequenos clubes, em sua concepção, eram indivíduos amorais. Com sua ironia e sarcasmo, Viriato mostra tomá-las como simples expressão do atraso de seus componentes e de sua incapacidade de se fazerem civilizados e moralizados. A descrição de Viriato é permeada por uma imagem racializada de gênero, cheia de adjetivos sexualizados e de cor. Seu racismo tornar-se evidente.

As personagens de sua narração são negras e mestiças e, geralmente, quando trata de mulheres, sua descrição se apega aos atributos corporais. Ao descrever a “morena” que com ele dança uma polca, destacou o decote que permitia-lhe ver a “cor azevichada do seio”, ou, ainda, quando afirma que a presidenta do clube tinha “uns seios colossais”. Parece que, por mais que tentassem se comportar com “gestos de moça branca” a sexualidade já estava expressa em seus corpos. A crônica, que mistura sensualidade com sarcasmo, reforça estereótipos usados para se referir as mulheres mestiças e negras. Ainda que essas sejam as protagonistas de sua crônica e que ele tente valorizá-las chamando-as de “morenas” e não de “mulatas”<sup>171</sup>, a sexualidade já está pressuposta.

A mestiçagem já vinha sendo debatida desde meados do século XIX, período apogeu das teorias raciais. No Brasil, diferentes intelectuais preocupavam-se com os “supostos prejuízos”<sup>172</sup> resultantes de um grande número de mestiços que aqui viviam. Nesse contexto foram forjadas imagens de inferioridade<sup>173</sup> para homens e mulheres “mestiços”. Para as mulheres descendentes de negros e brancos, as mulatas, recaía uma série de estereótipos erotizados e sensuais. Elas seriam “puro corpo”<sup>174</sup> representadas por vários atributos físicos, seus corpos eram objeto de desejo e cobiça dos homens.

<sup>170</sup> CAVALCANTE, Vanessa Matheus. “O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro”. Tese - CPDOC. 2012. (p,02)

<sup>171</sup> PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas...” *Op Cit.* (p, 289)

<sup>172</sup> *Ibidem.*

<sup>173</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Econômica, 1894.

<sup>174</sup> CORRÊA, Mariza. “Sobre a invenção da mulata”. *Cadernos Pagu*, 2010. (p, 40)

A cultura de homens e mulheres negros, estava situada fora das fronteiras civilizacionais das sociedades. Descrições como as de Viriato Corrêa demonstram o quão racializado era o olhar de muitos cronistas sobre as atividades de negros e seus descendentes.

### *Moralidade e Discurso Jurídico*

A decência, o respeito e a moralidade estavam profundamente ligados ao projeto republicano, como demonstra Sueann Caulfield no livro *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*<sup>175</sup>. Segundo a autora, no período Republicano havia um consenso entre os juristas, médicos e reformadores de que a sociedade moderna trouxera uma degeneração moral. E em busca da civilização do país, a moral, a honestidade e o bom trabalho apareciam como um referencial para a sociedade que se desejava formar.

De acordo com Caulfield, enquanto um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, a honestidade das mulheres referia-se ao comportamento sexual<sup>176</sup>. E, para os reformadores, sem a força moralizadora da honestidade sexual feminina, a modernidade causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social. Os juristas da virada do século, por exemplo, chegaram a propor que se educasse a população na valorização da honra sexual feminina, como uma medida de “estabelecer a ordem e o progresso”<sup>177</sup>. Sueann Caulfield ainda observa que a honra sexual representava um conjunto de normas que, “estabelecidas aparentemente com base na natureza”, sustentavam a manutenção de relações de gênero, raça e classe completamente hierárquicas.

Respaldados pelas teorias científicas europeias, que vieram para o Brasil no final do século XIX e eram baseadas no positivismo, evolucionismo, e no darwinismo<sup>178</sup>, os médicos higienistas caracterizaram as mulheres como seres biologicamente mais fracos. Era dessa fragilidade física que advinha sua delicadeza, submissão e a vocação maternal<sup>179</sup>. Os homens, ao contrário das mulheres, tinham o vigor físico e moral. Não eram vulneráveis. Suas racionalidades e forças os capacitavam a cuidar do “sexo frágil”. Foram esses modelos biológicos que forjaram maneiras de se “comportar” e de “sentir”<sup>180</sup>

<sup>175</sup> CAULFIELD, Sueann. “*Em defesa da honra...*” *Op.Cit*

<sup>176</sup> Conf. ESTEVES, Martha Abreu. “*Meninas Perdidas...*”

<sup>177</sup> *Ibidem* (pag. 172)

<sup>178</sup> Conf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Uma História de ‘Diferenças e Desigualdades’ – as doutrinas raciais do século XIX”. In: *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (p,57)

<sup>179</sup> CHALHOUB, Sidney. “*Trabalho, lar e botequim*”. *Op.Cit.* (p, 50)

<sup>180</sup> GELER, Lea. “*Nuestro sexo está de pie...*” *Op.Cit.*(p,114-115)

diferentes para homens e mulheres. Mas, para o gênero feminino a definição de padrões normativos de conduta “adquiriu uma maior relevância”<sup>181</sup>.

Esses modelos se estendiam em todas as áreas do cotidiano, inclusive no lazer. Haviam regras rígidas de controle social que limitavam a circulação e o divertimento das mulheres no espaço público. Ainda que de forma subjetiva, o lazer feminino estava completamente condicionado a uma posição de passividade em relação ao lazer masculino. Questões como o horário, a companhia e o destino estavam sob julgamento<sup>182</sup>.

Em seu livro *Meninas Perdidas*, Martha Abreu cita um processo de uma jovem branca de 14 anos de idade que vai com uma amiga a um baile da Sociedade Flor do Abacate. Em determinado momento do baile a jovem encontrou com seu namorado. O rapaz, após dançar com a jovem, a conduziu para “uma área nos fundos e ali quis deflorá-la”. No processo jurídico movido pela mãe da jovem contra o rapaz, Martha Abreu observa que as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, “o centro da análise do julgamento”. Julgadas pelos “referenciais normativos da elite”, muitas das vítimas pesquisadas pela autora passavam para a categoria de culpadas por não se comportarem da maneira esperada pelos juristas.

Vale ressaltar que no caso das mulheres pobres, embora esses referenciais disciplinadores recaíssem sobre seus costumes, toda essas regras dialogavam com suas vivências. Seus modelos de vida estavam muito aquém do modelo burguês de família que propunham os reformadores da Nação.<sup>183</sup>

A análise de Sidney Chalhoub<sup>184</sup> sobre o cotidiano dos trabalhadores cariocas no início do século XX é um importante trabalho que ajuda a problematizar essas diferenças. O autor argumenta que as “condições materiais de vida da classe trabalhadora” possibilitaram que esses indivíduos tivessem um tipo de relacionamento amoroso que se diferenciava dos “estereótipos dominantes da relação homem-mulher”. Ele afirma ainda que isso se devia a três “fatores combinados”: os fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos que levavam a interferência destes no “relacionamento do casal”; o desequilíbrio numérico entre os sexos que garantia a possibilidade de as mulheres arrumarem outro parceiro com certa facilidade e o fato das mulheres exercerem atividades remuneradas, que permitiam seu próprio sustento, e as liberava da dependência econômica masculina.

---

<sup>181</sup> RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. *Olhares Feministas*, p. 223, 1994.

<sup>182</sup> ESTEVES, Martha Abreu. “*Meninas Perdidas*”. *Op. Cit.*

<sup>183</sup> SOIHET, Rachel. “A interdição e o transbordamento do desejo”. *Op. Cit.*

<sup>184</sup> CHALHOUB, Sidney. “*Trabalho, lar e botequim*”. *Op. Cit.*

Sidney Chalhoub constata, então, que esses contingentes indicavam uma relação mais simétrica entre os sexos. Isto é, os homens não conseguiam impor totalmente sua dominação sobre as companheiras. Embora os três fatores sejam relevantes, o que mais interessa ressaltar para nossos objetivos é a questão do trabalho. A maioria das mulheres pobres tinha seu espaço de atuação não somente no espaço privado do lar, mas também fora dele, já que necessitavam trabalhar para providenciar o sustento familiar. Essa atuação possibilitava para as mesmas certa independência em relação ao homem, já que assim elas podiam conseguir e garantir a sobrevivência sem depender de seus parceiros.

O trabalho remunerado feminino se constituía como um aspecto essencial da construção identitária social das mulheres pobres. Muitas “famílias”<sup>185</sup> viviam em condições de carência financeira e os homens nem sempre conseguiam assumir o papel de mantenedor da casa. Logo, várias destas necessitavam sair de suas casas para prover ou ajudar com as despesas. O trabalhar fora de casa, além de garantir a sobrevivência, possibilitava as mulheres independência na relação que mantinham com o sexo masculino.<sup>186</sup>

Diferente das mulheres da elite, essas trabalhadoras tinham maior liberdade de locomoção pelas ruas da cidade, iniciativa nas decisões e não se submetiam passivamente a dominação masculina. Chalhoub ainda destaca que embora as relações entre homens e mulheres pobres fossem regidas por seus interesses e experiências, que eram distintos dos que predominavam na chamada “família tradicional brasileira”<sup>187</sup>, a luta dessas mulheres e afirmação de uma relação mais simétrica, também tinha suas regras e seus limites bem definidos. Uma conduta muito independente também era reprovada pelos seus pares.

---

<sup>185</sup> Os modelos de família eram muito diversos. Existia um grande número de famílias nas “classes populares” que eram chefiadas por mulheres. Ver: CAULFIELD, Sueann. “Em defesa da honra...” *Op.Cit* (p, 241) e, SANTIAGO, Silvana. “Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.” Tese- Unicamp, 2006.

<sup>186</sup> Sobre esse tema ver: CHALHOUB, Sidney. “Amando”. In: *Trabalho, lar e botequim. Op. Cit.*; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra.*; *Op. Cit.* FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997 (p, 510-553).. E, SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *Op. Cit.* (p, 362-400)

<sup>187</sup> CHALHOUB, Sidney. “Amando”. *Op.Cit.* (p, 184)

Somado a essas experiências cotidianas, que impuseram às mulheres pobres uma conduta de vida mais ativa, Rachel Soihet<sup>188</sup> observa que um importante movimento de reivindicações por autonomia, direitos civis e políticos femininos ganhou força no país, desde o protesto da escritora Nísia Floresta<sup>189</sup>, ainda na década de 1830. O surgimento de uma imprensa feminina, que lutava em prol do abolicionismo e do feminismo, é um exemplo desse movimento. Com a instauração da República, em 1889, novos debates se incluíam na luta das mulheres pela aquisição de direitos e plena cidadania: o direito do voto e da elegibilidade das mulheres.

Soihet afirma que a maneira de luta das mulheres acontecia de formas diversas:

mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.

Esta luta por aquisição de direitos e participação nas decisões políticas se atrelava a própria busca de autonomia da mulher, ao desejo de conduzir a sua vida. Seus posicionamentos e práticas, dentro daquilo que lhes era possível, foi o que possibilitou á algumas mulheres certo protagonismo em situações cotidianas. Em seus momentos de lazer, as trabalhadoras usaram esse espaço para lutar e reagir às condições de vida que estavam submetidas. Ao não renunciarem um posicionamento ativo na diversão, estas jovens, sem deixar de dialogar com os modelos dominantes, se tornaram senhoras do seu lazer<sup>190</sup>.

---

<sup>188</sup> SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15. (p. 97-117)

<sup>189</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 1810 no Rio Grande do Norte. De acordo com o texto de Rachel Soihet, revoltada com a educação deficiente e a privação de direitos às mulheres no país, em 1832, com 22 anos, publicou a primeira edição de sua tradução da obra *Vindication of the Rights of Women* de Mary Woolstonecraft. (SOIHET, Rachel. “Discutindo Biografia e história das mulheres” In: FUNCK, Susana Bornéo, Minella, Luzinete Simões, Assis, Gláucia de Oliveira (Orgs). *Linguagens e Narrativas: Desafios feministas*. vol. 1. Tubarão- SC: Copiart, 2014, p. 63 a 79.

<sup>190</sup> NASCIMENTO, Aline Carneiro do. *As donas do baile: a agência feminina nos clubes dançantes de trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Monografias. PUC-Rio Departamento de História, 2012

### *A moralidade nos clubes*

A situação vivida pelas mulheres nos pequenos clubes dançantes era muito diversa daquela por elas experimentada nas Sociedades<sup>191</sup> mais antigas e prestigiadas, frequentadas pelas elites.<sup>192</sup> Para situar o leitor em tal sugestão, cabe recorrer as sugestões propostas por Cristiana Schettini Pereira no artigo *Os Senhores da Alegria: A presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX*.<sup>193</sup>

A autora mostra que as Grandes Sociedades Carnavalescas eram as agremiações frequentadas pelas elites cariocas desde a segunda metade do século XIX. Compostas por uma maioria de homens letrados, comerciantes e estudantes, eles utilizavam essas Sociedades para cultivar o que a autora chama de uma “licenciosidade carnavalesca”. Essa licenciosidade fazia com que as Grandes Sociedades fossem reconhecidas como espaços de libertinagem.

Autodenominando-se como os “senhores da alegria”, os homens que frequentavam as Sociedades se viam na possibilidade de interferir nos lugares e nas formas de diversão das mulheres. Suas esposas e filhas não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades. Elas não frequentavam as atividades sociais e no carnaval deveriam estar apenas como espectadoras, recolhidas às sacadas e janelas “protegidas das multidões das ruas”. Enquanto isso, as “mulheres públicas”, que eram prostitutas famosas e cobiçadas, tinham parte reconhecida e ativa na diversão. Faziam-se presentes tanto nos carros alegóricos com que essas sociedades desfilavam pelas ruas quanto nos bailes que eram oferecidos para seus sócios.

A imagem feminina dentro desses espaços era concebida por esses homens das altas rodas cariocas que compunham esses clubes como objetos de sua distração. Ali não se buscava afirmar um caráter familiar. Muito pelo contrário, as “senhoras fluminenses”,

---

<sup>191</sup> As Grandes Sociedades foram criadas na década de 1860, e eram formadas principalmente pelos grupos dos Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo estas se destacavam como os baluartes do Carnaval carioca no final do século XIX. Para uma análise completa sobre essas sociedades ver em: PEREIRA, Leonardo. *O Carnaval das Letras*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. e CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Ecos da Folia...*”. *Op. Cit.*

<sup>192</sup> NASCIMENTO, Aline Carneiro do. “*As donas do baile*”. *Op. Cit.*

<sup>193</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. *Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.*: In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

que eram as esposas desses sócios, não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades.<sup>194</sup>

Essa libertinagem não era vista nos clubes frequentados por trabalhadores. Mesmo se baseando no modelo de prestígio e requinte das Grandes Sociedades<sup>195</sup> eles tinham seu espaço de autonomia em seu modo de ver o mundo. A questão moral era um problema específico para esses pequenos clubes e não para as Grandes Sociedades.

Era o que mostrava por exemplo, no ano de 1908, os estatutos da Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas,<sup>196</sup> sediada no Morro da Providência. Segundo o 13º artigo, ao “mestre sala” competia “respeitar as sócias como suas filhas que fossem legítimas”. Ao exigir que o mestre de sala respeitasse as sócias como suas filhas legítimas, as regras sociais do clube nos sugerem a imagem familiar que seus sócios desejavam ver vinculadas a seu clube. A proteção da moral feminina, ali, aparecia como fruto de um zelo que tinha base familiar, pois o clube seria frequentado justamente pelas famílias de seus sócios. É verdade que a regra dialoga com o modelo de dominação masculina em que os homens deveriam proteger e cuidar das mulheres, mas esse cuidado se dava a partir de suas vivências cotidianas.

Fato é que, embora assumissem a função de “protetores” da moral feminina, esses sócios garantiam que o lazer fosse compartilhado “igualmente” por homens e mulheres. Como exemplo, no ano de 1903 os sócios do clube Prazer dos Inocentes, oriundo de Madureira, demonstravam que a inserção feminina não aparecia ali apenas como a de convidadas para o baile. Ao deixarem evidente em seus estatutos que “a palavra sócio abrange a ambos os sexos”, os foliões de Madureira mostravam que as mulheres poderiam fazer parte de suas agremiações como sócias titulares. Elas e eles teriam os mesmos direitos e deveres dentro da agremiação.

Utilizando de estratégia diferente para garantir a permanência das mulheres na sociedade, os diretores da Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de

---

<sup>194</sup> É importante explicar que Cristiana Schettini não nega a frequência das senhoras da elite nas Grandes Sociedades. Elas até poderiam participar dos bailes proporcionados, o que está em jogo aqui é uma participação ativa nos festejos. Eram em espaços privados e cercadas de outras mulheres que essas damas poderiam ter voz e autonomia.

<sup>195</sup> Conf. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia. Op. Cit.* (p, 159)

<sup>196</sup>Arquivo Nacional, GIF1 6C 250 (“Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas”, 1908).

dona Clara,<sup>197</sup> no ano de 1912, além de democratizarem a admissão dizendo que seu meio social seria composto de um ilimitado número de pessoas de “qualquer nacionalidade, estado, cor e profissão”, afirmavam que as futuras sócias de sua agremiação não precisavam pagar a mensalidade de dois mil réis que era critério de admissão para os sócios. Elas contribuiriam “unicamente com uma quantia que entre sim (sic.) estipularem para ocorrer às despesas no Carnaval.” A cortesia oferecida às sócias pela diretoria da associação não era uma forma de enxergar as futuras sócias como um adorno do salão ou como objetos de distração masculina. Pelo contrário, tendo em vista que esta associação era formada por muitas famílias que moravam em Dona Clara, dificilmente essas famílias que formavam seu quadro de membros teriam condições financeiras para arcar com as despesas associadas ao valor de mais de uma mensalidade. Desta maneira, ao suprimir a mensalidade das sócias, a sociedade permitia que mais homens e mulheres casados pudessem, juntos com seus filhos, ser membros da sociedade e participar ativamente das diversões familiares e carnavalescas, que era a finalidade da sociedade.<sup>198</sup>

Alguns desses divertimentos chegaram a ser descritos na coluna “Nos subúrbios”, da *Sociedade Anônima a Época*, como a participação da diretoria em soirées<sup>199</sup> realizadas por outros clubes vizinhos e passeios a outros bairros feito pelos sócios:

“ D. Clara - O rancho União das Rosas deste local fez no domingo último um picnic na Penha, o que encantou por completo a população daquele pitoresco arrabalde. O União das Rosas quando saiu de D. Clara com destino a Penha, foi executando uma marcha esplêndida, chamando a atenção dos passageiros que viajavam no mesmo trem do subúrbio. Quando em Lauro Muller embarcou no trem da Leopoldina, reinava sempre a mesma alegria e harmonia. (...)”

As pessoas que compunham aquele rancho eram as seguintes: presidente, Eleutherio de Sant’Anna; vice-presidente, Henrique Pedro da Rocha; 1º secretário, Manoel Garcia Martins; 2º secretário, Anachagas Camara Chagas; procurador, Alcindo Magalhães; 2º procurador, Sabino de Oliveira; fiscal, Valentim Dias da Silva; 2º fiscal, Gabriel Ribeiro; ensaiador geral, Germano Felix Torres; 1º mestre de sala, Carlos Fogaça da Silva; porta-bandeira, Carlinda Magalhães Couto; caçadoras, Eugenia Fernandes da Silva, Eulina Marcolina Pereira, Orlandina Soares de Freitas, Esidora Marcolina Pereira, Maria Felix Dias da Silva, Januário Mindo e demais cavalheiros que nos escaparam. (...)”<sup>200</sup>

<sup>197</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 365 (“Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de D. Clara”, 1912).

<sup>198</sup> Conf. NASCIMENTO, Aline Carneiro do. “*As donas do baile*”. *Op. Cit.*

<sup>199</sup> “Nos subúrbios”. *A Época*, 23 de dezembro de 1912 (p,7).

<sup>200</sup> “D. Clara”. *A Época*. 13 de março de 1913 (p,5).

Embora na descrição o número de sócios homens seja bem maior em relação ao das sócias, é relevante o fato das mulheres presentes no piquenique terem sido citadas no jornal em uma atividade que reafirmava o caráter familiar que os sócios propunham em seus estatutos. A listagem das pessoas que faziam parte da associação também nos permite observar uma repetitividade de sobrenomes deixa subentendido que era um clube frequentado por muitos parentes.

O cuidado e a proteção, diferente do que propunham os discursos higienistas, não anulava a ação dessas senhoras e senhoritas nas pequenas agremiações. Era por dentro da lógica de dominação masculina que essas mulheres foram ganhando seus espaços de autonomia e protagonismo.

### *Inserção feminina*

Muitas jovens que frequentavam as agremiações eram responsáveis pela ornamentação e decoração do salão social,<sup>201</sup> mas reduzir a presença destas somente a essa função seria algo falho. A participação das mulheres nos clubes dançantes mistos poderia se estender nos carros alegóricos, nas atividades sociais e nos cargos das diretorias junto com os homens.<sup>202</sup> Se recorrermos a nota sobre o piquenique dos sócios do clube União das Rosas, veremos que o articulista cita o nome de algumas mulheres que faziam parte do piquenique. Dentre elas estava a porta-bandeira<sup>203</sup> Carlinda Magalhães Couto.<sup>204</sup>

Batizada como Carlinda Ribeiro Neves, quando se casou com o operário paulista Alcino Magalhães, tinha 21 anos de idade e era doméstica. Possivelmente, ela, junto com seu marido, fazia parte da sociedade União das Rosas desde sua fundação, pois Alcino já

---

<sup>201</sup> Margareth Rago observa que nos diversos modelos de associações a presença feminina se dava somente como “filhas, esposas e mães” isto é na “condição de subordinadas” aos líderes masculinos. (RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar... *Op. Cit.* (p, 64) ) Outros trabalhos que tematizam o silenciamento feminino são: SOIHET, Rachel. "Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa". *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP.. Vol.45* (2012) jul/dez. e SCOTT, Joan W. “O individualismo radical de Madeleine Pelletier”. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 105-154.

<sup>202</sup>NASCIMENTO, Aline Carneiro do. “*As donas do baile*”. *Op.Cit*

<sup>203</sup> A porta bandeira era aquela que carregava o estandarte da agremiação

<sup>204</sup> “Nos subúrbios”. *A Época*, 13 de março de 1913 (p, 5).

aparecia como membro da diretoria<sup>205</sup> desde a fundação da sociedade. Também foi o endereço do casal na rua Antonieta, número 50, na Estação de dona Clara que foi informado como sede pela diretoria no pedido de licença de funcionamento enviado a polícia.

Sobre a porta-bandeira, poucas informações foram encontradas nos periódicos. O caminho para encontrar uma informação maior sobre ela teve que ser por seu marido Alcino Magalhães. Através dele<sup>206</sup> que foi encontrado o registro de casamento,<sup>207</sup> do ano de 1909. O jornal *O Imparcial*,<sup>208</sup> em 1914 em uma pequena nota sobre a sociedade, apresenta Carlinda como diretora geral, sendo o único artigo encontrado falando a respeito de tal assunto. As funções exercidas por Carlinda Magalhães descritas nos jornais não aparecem nos estatutos da sociedade; seu nome nem chegou a ser citado na lista da diretoria. Na verdade, em uma sociedade onde os homens eram maioria, é provável que a visibilidade das mulheres não fosse uma preocupação<sup>209</sup> deles. Ainda assim, elas encontraram maneiras de se fazerem vistas.

Experiência muito semelhante foi vivenciada na Sociedade Dançante Carnavalesca Filhas das Jardineiras. Aparentemente fundada em 1906<sup>210</sup> na rua São Roberto (Estácio), a associação tinha prestígio na cidade. Seus bailes estavam sempre noticiados nos jornais. Os elogios se centralizavam na atuação da porta-estandarte Lydia Maria da Conceição, no som de sua “afinadíssima orquestra”<sup>211</sup> regida pelo “batuta”<sup>212</sup>

<sup>205</sup> “Sociedade C. F. União das Rosas de D. Clara”. *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1912. (p, 06)

<sup>206</sup> Benito Bisso SCHMIDT trabalha com mulheres que tiveram sua existência ligada a figura de homens ilustres. Para saber mais sobre tal discussão ler SCHMIDT, Benito Bisso. “Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher ‘excepcional’”. In: Ângela de Castro Gomes e Benito Bisso Schmidt (Orgs.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009, p. 255-276.)

<sup>207</sup> Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012," database with images, *FamilySearch*(<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KFS9-9GF>: accessed 12 January 2016), Alcino Magalhães Couto and Carlinda Ribeiro Neves,, Marriage Registration; citing 12ª Circunscrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil; Corregedor Geral da Justicia, Rio de Janeiro (Inspector General of Justice Offices, Rio de Janeiro); FHL microfilm 1,390,861.

<sup>208</sup> “União das Rosas de D. Clara”. *O Imparcial*, 23 de fevereiro de 1914. (p,4)

<sup>209</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar...” *Op. Cit.*

<sup>210</sup> Encontrei um único registro no jornal que dizia que a sociedade foi fundada em 1906 por Ida Maria da Conceição. (*Gazeta de Notícias*, 27 de janeiro de 1907. p,7).

<sup>211</sup> “Filhas da Jardineira”, *O Paiz*, 25 de fevereiro de 1911. (p,4)

<sup>212</sup> “Clubs”, *A Imprensa*, 04 de abril de 1911. (p,5)

Irineu de Almeida.<sup>213</sup> E em suas pastoras. No carnaval de 1907, três dessas moças se destacariam no informe da *Gazeta de Notícias*<sup>214</sup>.

A diretoria da Sociedade Dançante e Carnavalesca dos Filhos (sic.) das Jardineiras é arrojada e de um bom gosto nunca visto. Ela está assim composta: Alberto Andrade, presidente; Julio Ribeiro de Campos, secretário; João Machado da Silva, tesoureiro; Josino Augusto de Azevedo, diretor técnico. A porta estandarte, Mlle. Lydia M. da Conceição; porta-bandeira, Mlle. Alzira Martins, 2ª diretora: Mlle. Virgilina Costa, diretora de canto.

Ao lado dos diretores, as jovens aparecem conduzindo o estandarte, a bandeira do grupo e cantando. O estandarte e a bandeira eram os mais importantes símbolos das associações. Eles eram o elemento da identificação das sociedades. Empunhar o estandarte e portar a bandeira eram cargos de honra e deveriam ser exercidos por uma pessoa de confiança que pudesse representar o clube.<sup>215</sup>

Em uma pequena “quadrinha”, cantarolada pelos “Filhos das Jardineiras”, vemos a exaltação à porta bandeira Alzira Martins:

Eu fico orgulhosa  
De ver a porta bandeira,  
Essa catita menina  
É filha da Jardineira!

Ao declararem, nos versos cantados para saudar os redatores da *Gazeta de Notícias*, que sua porta-bandeira lhes dava “orgulho”, os “Filhos das Jardineiras” enfatizavam ainda mais a importância do cargo exercido por uma de suas sócias. Esse valor fica ainda visível na foto da associação publicada pelo mesmo jornal no ano de 1911.

---

<sup>213</sup> Irineu Gomes de Almeida (1873- 1916) também era conhecido como “Irineu Batina”. De acordo com o Dicionário Cravo Albin Irineu... “Integrou a Banda do Corpo de Bombeiros desde sua formação, em 1896, atuando sob a regência do compositor Anacleto de Medeiros. Foi um dos frequentadores do “Cavaquinho de Ouro”, ponto de encontro de chorões como Quincas Laranjeiras, Heitor Villa-Lobos, Luís de Souza, entre outros. Foi professor de Pixinguinha, a quem convidou em 1911 a integrar a orquestra do Grupo Carnavalesco Filhas da Jardineira, rancho fundado em 1905.” Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/irineu-batina>. Acesso 02 mar 2017

<sup>214</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1907. (p,1)

<sup>215</sup> BATALHA, Cláudio. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República.” *Op.Cit.*(p, 101)



Figura 10: "Filha das Jardineiras". *Gazeta de Notícias*, 23 de fevereiro de 1911 p.2.

Representando a liderança da sociedade, vemos ao lado esquerdo da foto, a porta-bandeira e a porta-estandarte, fazendo-se presentes em meio a tantos homens. Mesmo sendo bem jovens, conquistaram seu espaço de visibilidade entre os diretores e a orquestra.

Além da diretoria, a reportagem também traz a fotografia do grupo de pastoras que pareciam ser o orgulho dos diretores. De acordo com a *Gazeta de Notícias*, era o grupo de pastoras que os tornava um dos “mais interessantes e aplaudidos ranchos do Carnaval”<sup>216</sup> carioca.

<sup>216</sup> “As filhas das Jardineiras”. *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1911. (p.4)



*Figura 11: Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 23 de fevereiro de 1911 p,2.*

Jovens aparentemente negras, vestidas elegantemente ao lado de seu diretor, representam as pastoras da sociedade. Na foto abaixo, publicada pela Revista da Semana, em janeiro de 1911, pode-se observar que mais uma vez a diretoria faz questão de demonstrar o orgulho que tinha de suas jovens “jardineiras”:



*Figura 12: Filha das Jardineiras". Gazeta de Notícias, 18 de fevereiro de 1911.*

Elegantemente vestidas de branco e com rosas nos cabelos<sup>217</sup>, essas jovens, de seu modo, ganharam espaço e valorização no clube que faziam parte. Em meio a tantos homens, sua presença no clube estava longe de uma imagem licenciosa ou de adereço. Na pesquisa realizada nos jornais foi possível perceber uma infinidade de cargos que foram exercidos por damas que frequentavam os clubes. Além de porta-bandeira e porta-estandarte, encontrei caçadoras, coristas<sup>218</sup>, estrelas<sup>219</sup>, diretoras de canto<sup>220</sup>, rainhas<sup>221</sup> e alguns outros<sup>222</sup>. Provavelmente esses cargos eram simbólicos, mas o importante é a visibilidade que as mulheres passaram a ganhar nos jornais. Elas se tornaram, aos poucos, elemento essencial da formação identitária de clubes em que os homens eram a maioria.



Figura 13: "Filha das Jardineiras". *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1911.

<sup>217</sup> "As filhas das Jardineiras". *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1911. (p,04)

<sup>218</sup> "O Ameno Resedá". *Gazeta de Notícias*, 3 de março de 1908. (p,02)

<sup>219</sup> "Yaya Formosa". *A Imprensa*, 18 de janeiro de 1910. (p,04)

<sup>220</sup> "Moreninhas de Santa Tereza". *A Imprensa*, 15 de janeiro de 1910. (p,04)

<sup>221</sup> "Flor dos Chinezes". *Gazeta de Notícias*, 14 de fevereiro de 1904. (p,04)

<sup>222</sup> Encontrei na *Gazeta Notícias* alguns cargos que acho importante ilustrar para o leitor. Os Caçadores de Montanhas tinham diretoras de canto, pastoras mestre, damas da frentes, batedoras. (*Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1910), O União das Rosas destaca suas bailarinas (*Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1911)

A presença das pastoras nas associações recreativas indica ainda uma comunicação entre festas carnavalescas e religiosas. O autor Thiago Melo Gomes trabalha com o conceito “movimentação festivo-religiosa”<sup>223</sup>. As pastorinhas eram personagens da Folia de Reis, festa “profano-religiosa” realizada entre os dias 24 de dezembro a 6 de janeiro, em comemoração ao nascimento de Jesus<sup>224</sup>. Em linhas gerais a festa relembra a atitude dos três Reis Magos na jornada à procura do esconderijo do recém-nascido Messias. O fato de existirem grupos de pastoras nas pequenas associações recreativas mostra que esses clubes se tornaram espaços privilegiados de convivência entre modernidade e tradição. Se nos bailes esses sócios escolhiam os ritmos mais modernos para serem tocados e dançados pelos frequentadores, de igual modo não abriam mão de elementos que estavam presentes em várias festas religiosas.

De fato, esses clubes eram frequentados por pessoas de origens diversas. Vários trabalhadores que vieram de diferentes Estados do país fizeram das associações o espaço de trocas culturais. Maria Clementina Pereira Cunha<sup>225</sup>, em seu trabalho sobre o carnaval carioca, atenta para o fato de que os ranchos carnavalescos foram espaços de “integração e sociabilidade” para homens e mulheres que migraram para Capital. A autora, que privilegia uma suposta presença baiana na organização dos ranchos carnavalescos, considera, a partir de suas fontes, uma possível influência baiana na relação entre os festejos carnavalescos e as festas religiosas.

Os circuitos culturais<sup>226</sup> eram uma realidade nas associações, e os diálogos estavam para além do campo musical. Como exemplo, os sócios do “Filhas das Jardineiras” em uma de suas festividades serviram um “vatapá a baiana”<sup>227</sup> para seus convidados. Foi no compartilhamento de múltiplas vivências que os clubes se tornaram um poderoso meio de articulações de identidades.

---

<sup>223</sup> GOMES, Thiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. Afro-Ásia, n.30, p.175-198, 2003. (p, 191)

<sup>224</sup> PERGO, Vera Lúcia. "Os rituais na folia de reis: uma das festas populares brasileiras." *Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades-ANPUH, Maringá* (2007).

<sup>225</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Ecos da folia..*” *Op.Cit.* (p, 209)

<sup>226</sup> ABREU, Martha. “Da senzala ao Palco”. *Op. Cit.*

<sup>227</sup> “Filhas das Jardineiras”, *A Imprensa*, 24 de janeiro de 1911.

*Um espaço para chamar de seu:*

No dia 02 de dezembro de 1903, a secretaria de polícia do Distrito Federal receberia um requerimento enviado pelas diretoras do Grêmio das Diamantinas solicitando ao Chefe de Polícia permissão para funcionarem em uma sede própria. Não querendo mais continuar seus divertimentos na sede do Club dos Diamantinos (na rua Chile), associação a que foram afiliadas “durante dois anos”<sup>228</sup>, as senhoras organizaram um estatuto próprio e conseguiram um espaço para a sede social na rua Carioca. Com uma diretoria formada somente por mulheres, as “Diamantinas” teriam como seu representante<sup>229</sup> e protetor<sup>230</sup> o capitão Manoel dos Santos Nogueira.

Assim que foi realizado o baile de inauguração da nova sede, o *Jornal do Brasil*<sup>231</sup> na coluna “Palcos e Salões” emitiu uma nota sobre a festividade:

E porque não haviam de fundar um grupo a parte as gentis diamantinas se tudo quanto de graça e elegância que costumava abrilhantar as suas festas acompanhou-as entusiasticamente, no intuito mesmo de não deixar desaparecer por um capricho esse adorável grêmio, ontem nascido. (...) A festa que anteontem realizaram as Diamantinas em sua nova sede foi uma prova brilhante de seu desenvolvimento e pujança.

O elogio ao festejo não deixa de sugerir que a separação dos Diamantinos pode não ter sido tão amigável. A agremiação era conhecida nas páginas do *Jornal do Brasil*. Suas diretoras tinham presença ativa nos festejos que eram realizados pelo clube a que eram afiliadas (Diamantinos) e por outras associações como o Club dos Bebés<sup>232</sup> e o Brilhante Club<sup>233</sup>. No primeiro dia do ano de 1903 uma comissão do clube dos Diamantinos foi enviada a redação do *Jornal do Brasil* para buscar o estandarte que estava em exposição. Na comissão, além de membros do grupo, estava a porta estandarte Carminda de Magalhães e suas auxiliares Constância de Magalhães e Bernarda Paula de Jesus<sup>234</sup>. Alguns dias depois, no mês de fevereiro, os diretores do clube dos Diamantinos deram um baile em homenagem ao Grêmio das Diamantinas. Os organizadores inclusive

<sup>228</sup> “Palcos e Salões”, *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1903. (p,03)

<sup>229</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 102 (“Grêmio das Diamantinas”, 1903).

<sup>230</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1903. (p,02)

<sup>231</sup> *Ibidem*.

<sup>232</sup> *Jornal do Brasil*, 09 de agosto de 1911. (p,06)

<sup>233</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1901. (p,03)

<sup>234</sup> “A entrada do ano”. *Jornal do Brasil*, 01 de janeiro de 1903. (p,05)

ofereceram um “belo buque de flores artificiais” à Carminda Magalhães, presidenta do grêmio.

O motivo para a mudança da sede ficou no privado. Nem os jornais e, muito menos, a documentação de polícia trazem essa informação. O que sabemos é que Carminda de Magalhães, Constância de Magalhães e Bernarda Paula de Jesus, somadas as senhoras Clarinda Ferreira, Alice de Aguiar, Manoela Gonçalves, Justina Vianna, Emília Nogueira, Luiza Teixeira, Marianna Ferreira e Ernelinda Paiva, que formaram a diretoria do clube resolveram ter seu espaço de autonomia<sup>235</sup>.

Em seus novos estatutos, as Diamantinas deixavam evidente que seus objetivos se ligavam ao lazer dançante e que aceitavam em seu meio social tanto mulheres quanto homens. Chama a atenção que a diretoria permitisse homens entre os membros, pois isso demonstra que a mudança da sede não seria para garantir um espaço de diversão frequentado exclusivamente pelo sexo feminino, mas provavelmente foi uma possibilidade de adquirir autonomia em seus festejos. Suas sócias não seriam apenas um elemento a mais a contar na diversão de outros clubes, mas seriam as promotoras do seu próprio lazer.

A sede do Club dos Diamantinos parecia ser disputadíssima. Além dos bailes mensais e assembleias gerais do próprio clube, era lá que ocorriam as reuniões da Sociedade Edificadora das Classes Operárias<sup>236</sup>. Era provável que em caso de eventos simultâneos as atividades propostas pelas Diamantinas não recebessem privilégio por parte da diretoria, fato esse que pode ter motivado a mudança da sede.

Coirmã das Diamantinas e frequentadoras assíduas das suas atividades, o Grêmio das Estrellas se formou em dezembro de 1902 e foi criado por iniciativa dos diretores do Diamante Club<sup>237</sup>. O grêmio funcionava na rua Chile (sede do Diamante Club) e era

---

<sup>235</sup> Nem todas as damas que frequentavam o Club dos Diamantinos faziam parte do Grêmio das Diamantinas. O grupo que saiu para uma sede própria era formado principalmente por membras da diretoria. Uma das jovens que era citada frequentemente nos bailes oferecidos pelas Diamantinas era Maria Augusta da Silva. No ano de 1905 ela se casou com o presidente dos Diamantinos, o português João Simões Ferreira da Costa. Assim que as Diamantinas mudam de sede o nome de Maria Augusta não aparece mais na lista de damas frequentadoras do grêmio. (Registro de casamento disponível em: "Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ32-1X7> : 30 December 2014), João Simões Ferreira da Costa and Maria Augusta Da Silva, , Marriage Registration; citing 06ª Circunscrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil; Corregedor Geral da Justicia, Rio de Janeiro (Inspector General of Justice Offices, Rio de Janeiro); FHL microfilm 1,286,589.)

<sup>236</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1903. (p.03)

<sup>237</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1902. (p.03)

formado por moças e senhoras que faziam parte do Diamante Club. Assim como as Diamantinas, no ano de 1904, as diretoras do grêmio das Estrellas adquiriram seu próprio espaço de lazer:

As encantadoras Estrellas, que durante tanto tempo deram a nota chic aos salões do apreciado Diamante Club, na rua Chile, agora ainda o fazem com mais brilhantismo na nova sede do Club, á rua do Catete.<sup>238</sup>

A mudança do espaço de lazer não significou rompimento dos laços com o Diamante Club. A festa de inauguração da nova sede foi dedicada aos “senhores sócios do Diamante”<sup>239</sup> e nas notas enviadas ao Jornal do Brasil ainda se denominavam como filiadas ao Diamante Club.

### *Um Grêmio para as moças*

Como se tornava cada vez mais ativa a presença feminina nas associações recreativas, os diretores dos clubes começaram a incentivar e apoiar a formação de clubes organizados por mulheres. Cientes da capacidade de articulação feminina, associavam seus clubes a esses novos grêmios coordenados por elas. Experiências como essas ocorreram em diferentes agremiações. No ano de 1903, o Club Familiar de Botafogo<sup>240</sup>, em seus estatutos enviados a secretaria de polícia, afirmava que era permitido a organização de “grupos de moças” desde que estas prestassem obediência a sua diretoria. Em maio do mesmo ano, os sócios conseguiram formar o Grêmio das Violetas<sup>241</sup>. Mesmo com uma diretoria própria, as sócias do grêmio mantiveram ligações estreitas<sup>242</sup> com os diretores do clube de Botafogo. Nos eventos sociais, as “Violetas” eram juntamente com os foliões de Botafogo, representadas pelo operário Luiz Barbosa.

Oriundos do mesmo bairro, os diretores do Club Recreativo Coiós de Botafogo<sup>243</sup> também permitiam a formação de “grupo de moças”, acrescentando ainda que poderiam

---

<sup>238</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 14 de julho 1904. (p,04)

<sup>239</sup> “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1904. (p,03)

<sup>240</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 102 (“Club Familiar de Botafogo”, 1903).

<sup>241</sup> *Jornal do Brasil*, 26 de maio de 1903. (p,03)

<sup>242</sup> *A Notícia*, 12 – 13 de julho de 1903. (p,02)

<sup>243</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 102 (“Coiós de Botafogo”, 1903).

ter sua própria diretoria. No caso destes, a associação feminina chamava-se Grêmio das Rosas. Sua presidenta Flausina Gomes prestava obediência a um diretor que era representante do grêmio (e este prestava obediência aos diretores do clube Coiós de Botafogo)

Aquela variedade de novos grêmios<sup>244</sup> femininos filiados aos clubes mostram que esse processo se difundiu na cidade. A presença feminina era uma realidade e a possibilidade de ter suas próprias associações recreativas demonstram o quanto as mulheres foram conquistando o protagonismo nos momentos de lazer.

Em suma, a presença das mulheres nos pequenos clubes dançantes era efetiva. A documentação de imprensa é um dos melhores caminhos para se estudar a inserção feminina nas associações. Através das fotografias e notas publicadas as mulheres passam a ganhar visibilidade que até então era quase nula nos estatutos das associações dirigidas por homens. De fato, os modelos de moralidade que foram projetados para as mulheres recaíam sobre todas as áreas do cotidiano, inclusive do lazer. Fato é que na maioria dos estatutos, os diretores se colocavam como protetores da moral das sócias. Esta preocupação com a honestidade das sócias não acontecia de forma homogênea. As fronteiras eram fluídas e se adequavam ao cotidiano dos "populares" da cidade do Rio de Janeiro.

Em meio às regras que se estabeleciam, e no diálogo com elas, as mulheres foram dando-se conta de sua posição "marginal"<sup>245</sup> na sociedade. Embora sua realidade fosse dominada por uma lógica machista, as mulheres enxergaram e criaram possibilidades de um lazer autônomo. Pequenas ações individuais, como participar de um grêmio feminino filiado a seus clubes de origem ou na criação de suas próprias associações recreativas<sup>246</sup>, foram os caminhos possíveis para que reagissem contra sua suposta passividade e a dominação a que estavam submetidas.

---

<sup>244</sup> Destaco que a palavra Grêmio não era sinônimo de associação feminina, nos estatutos colhidos pude perceber que haviam outras associações, organizadas por homens, que adotaram a nomenclatura.

<sup>245</sup> DAVIS Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

<sup>246</sup> Existiam vários clubes que se formaram por iniciativa feminina. O trabalho monográfico de Aline Carneiro Nascimento é uma bela iniciativa de pesquisa dessas associações pouco abordadas pela historiografia de carnaval.

## *Capítulo 4: Como Dançar?*

“Moço, olha o vexame  
O ambiente exige respeito  
Pelos estatutos da nossa gafieira  
Dance a noite inteira, mas dance direito”.  
(Estatutos de Gafieira – Billy Blanco)

Foi no dia 08 de agosto de 1903 que José João de Araújo, diretor do Club Flor do Bonsucesso<sup>247</sup>, localizado na Estrada da Penha número 46 (Freguesia de Inhaúma), enviou à secretaria de polícia do Distrito Federal um requerimento para obter licença de funcionamento para o seu clube. Anexado ao pedido de licença estavam seus estatutos para a possível aprovação do delegado distrital neles, a diretoria afirmava que era finalidade do clube dar partidas “bimensais” de dança e música a seus futuros associados que poderiam ser de “qualquer nacionalidade, cor ou religião”. A paixão pela dança parece ter sido o elemento que reuniu esses indivíduos em uma associação recreativa. A atenção que tinham com a maneira de se dançar sugere o quanto isso lhes era importante.

A partir da leitura dos estatutos, podemos acompanhar como se constituiu o cuidado desses sócios com a dança. Já nos primeiros artigos, o “Flor do Bonsucesso” informava que aqueles que fossem admitidos como sócios participariam de ensaios semanais, separados por sexo, a fim de que todos se aperfeiçoassem na arte da dança. Para os membros que não soubessem dançar, o clube teria à disposição um “mestre de sala” que os instruiria, cabendo aos que estivessem como alunos prestar atenção às explicações que lhes fossem dadas, guardando o “devido respeito”. Atitudes como essas, demonstravam que os diretores tinham uma preocupação com a técnica de seus associados nos movimentos coreográficos, pois, como era um clube voltado para o lazer dançante, parecia essencial que seus membros fossem bons bailarinos.

Outra preocupação dos sócios era com as damas que frequentavam os bailes. O respeito era uma exigência dos estatutos, principalmente na hora do dançar. Esse cuidado se expressava nas regras que eram direcionadas aos indivíduos do sexo masculino. Como

---

<sup>247</sup> Arquivo Nacional, GIFÍ 6C 102 (Club Flor de Bonsucesso, 1903)

os homens conduziam os passos, a maioria das regras se voltava para o seu comportamento:

Art. 6º § 5º É expressamente proibido os cavalheiros dançar (sic) consecutivamente com a mesma dama afim de evitar qualquer desgosto ou desavença.

Art. 6º § 7º Os cavalheiros serão obrigados a guardar o devido respeito as damas, tratando as com toda a delicadeza e amabilidade

Art.17º §1º Observar aos cavalheiros que não podem dançar seguidamente com uma dama ainda mesmo sendo pessoa de sua família.

A diversificação dos pares durante as danças seria uma forma dos diretores do clube evitarem a formação de casais em seus bailes. Se, de fato, isso ajudava a evitar possíveis namoros entre os convidados não podemos ter certeza. Mas, o que chama a atenção é que a proibição de pares constantes para os foliões da Penha se estendia até entre aqueles que eram parentes.

Essa regra nos sugere dois possíveis caminhos de interpretação: o primeiro seria que, se a maioria dançasse apenas com seus familiares, as damas que não fossem acompanhadas por seus parentes ficariam restritas a dançar consecutivamente com os cavalheiros que estiverem na mesma situação, desobedecendo assim o parágrafo quinto do artigo sexto; o segundo caminho sugere que seria um meio de evitar que algum casal mal-intencionado pudesse forjar ser da mesma família a fim de dançar a par constante durante todo o baile. Ficava claro, dessa forma, que, embora tivesse privilégio em seus festejos, o dançar estaria submetido a uma série de regras pautadas na “moral”.

O clube de Bonsucesso teve seus estatutos aprovados e a concessão da licença de funcionamento assinada pelo 2º delegado auxiliar, o doutor Segadas Vianna Jr.. Alguns meses depois, recebeu elogios do *Jornal do Brasil*<sup>248</sup>, pelo baile que realizou para a “posse da diretoria e inauguração do pavilhão”. Haja vista que, mesmo sob forte chuva, o “grande salão de danças” estava repleto de damas e cavalheiros. Estavam presentes à cerimônia os membros da diretoria: José João de Araújo (presidente), José Gonçalves Pires (vice-presidente), Jonas Ribeiro de Mello (1º secretário), Fausto Leite Caldeira (2º secretário), Manuel José Alves (1º tesoureiro), Álvaro José Alves (2º tesoureiro), Antônio José Araújo (1º fiscal), Augusto José Alves (2º fiscal), Sylverio Hermenegildo França (mestre-sala), José Bernardo (1º procurador) e Joaquim Corrêa da Silva (2º procurador). E as “senhoras

---

<sup>248</sup> “Club Flor de Bonsucesso”. *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1903 p.02.

e senhoritas”; Maria Ignez Rosero Escobar, Cecilia de Mattos, Esther Rodrigues de Mattos, Francisca da Silva, Arminda de Oliveira, Izabel Maria da Silva, Anna Rosero Escobar, Otilia Lopes, Elvira Maria da Conceição, Adelaide Alves, Esthephania Corrêa da Silva, Maria Rocha, Georgina de Mattos e Ladovina Augusta Gomes. A animação era evidente, e o redator da coluna afirma que ao clube se reservava “um futuro auspicioso”. Na lista de sócios divulgada pelo *Jornal do Brasil*, podemos observar vários sobrenomes repetidos, sugerindo que o “Flor de Bonsucesso” era frequentado principalmente por famílias da região. Daí, provavelmente, surge a importância de se cuidar das damas que estariam presente nos festejos.

O Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX vivia um período de efervescência. Nas ruas da cidade cosmopolitismo e tradição popular dialogavam cotidianamente. Era nesse cenário urbano que os novos ritmos e danças de base africana mais animados, pulsantes, sincopados e frenéticos se estabeleceram. Mônica Pimenta Velloso afirma que a partir de 1880 as exibições etnológicas e exposições universais permitiram a descoberta das danças da África, Ásia e do Oriente. Denominadas como “*danses exotiques*” esses novos ritmos tinham raízes no “submundo das culturas negras” e se tornaram interesse principalmente no circuito musical vanguardista. Foi nesse cenário que as “*danses nouvelles*” como o *cake-walk*, o maxixe, o tango argentino, a rumba cubana e outras danças latinas tiveram receptividade<sup>249</sup>.

Somada a essa valorização de uma “cultura exótica” e “primitiva” também criou-se uma “correspondência direta entre as ideias de cidade higienizada e corpos saudáveis. Ser moderno implicava também em modelar e cuidar do corpo. O discurso médico buscava convencer os governos e a população sobre a necessidade de se cultivar hábitos saudáveis. A saúde seria a “chave” de “um corpo moderno”<sup>250</sup>. Os passos, os requebrados e os movimentos coreográficos estavam submetidos a conflitos, tensões, negociações, influências e a todas as “ambiguidades que marcavam a passagem da sociedade brasileira para os tempos modernos”<sup>251</sup>. Acompanhando os debates sobre o caráter nacional brasileiro e os ideais de modernidade e civilização do Brasil pensados por diferentes

<sup>249</sup> ABREU, Martha. *Da Senzala ao Palco*. (no prelo)

<sup>250</sup> SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmo e Ritos do Rio”. *Op.Cit*

<sup>251</sup> VELLOSO, M. P. . “A dança como alma da brasilidade: Paris, Rio de Janeiro e o maxixe”. *Nuevos Mundo-Mundos Nuevos* , v. 1, p. 11-20, 2007.

intelectuais<sup>252</sup>, se tornavam múltiplos os significados atribuídos aos comportamentos e códigos de conduta que eram adotados por aqueles que estavam dançando.

No meio dessas disputas vários dançarinos se preparavam para seus bailes. As diretorias dos pequenos clubes tinham maneiras muito particulares de lidar com as controvérsias em torno do lazer dançante. Entre as suas preocupações, além do vestir-se elegantemente<sup>253</sup>, estava a destreza nos movimentos coreográficos para não fazer feio no salão e o estabelecimento de regras de conduta que permitissem que as damas frequentadoras se sentissem bem naquele local. É na investigação dos significados atribuídos aos movimentos coreográficos pelos sócios dos pequenos clubes que se constitui esse capítulo. O objetivo é analisar como suas escolhas, no que se refere as danças, dialogavam com outros grupos e se constituíram como uma importante ferramenta de proteção e valorização das mulheres negras e mestiças que frequentavam as associações.

### *Cuidando da Técnica*

Mesmo com suas particularidades, aqueles que dançam tinham em comum o desejo de dar o seu melhor nos bailes. Além de ser um hábito moderno e saudável, o dançar com afinco e destreza fazia parte do prazer do dançar. Nos jornais, havia vários anúncios de professores de dança que ofereciam aulas em academias próprias ou ministravam aulas “particulares” em casa. Alguns desses professores ajudaram a organizar pequenos livros que tinham “explicações teóricas e práticas”<sup>254</sup> sobre danças de salão, vinham ilustrados e se baseavam em manuais de dança que circulavam na Europa e nos Estados Unidos<sup>255</sup>. Além de ensinar os deveres de um dançarino no baile, dedicava-se também ao ensino das danças modernas como o “*steps, tangos, o maxixe, etc.*”<sup>256</sup>

---

<sup>252</sup> ABREU, M. C. ; DANTAS, C. V. . “Música Popular e História, 1890-1920”. In: Abreu, M., Lopes, H., Ulhoa, M, Velloso, M.. (Org.). *Música e História no Longo século XIX*. 1ed.Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, v. , p. 37-68.

<sup>253</sup>PEREIRA, J.C. *Aqui dentro é respeito! O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República*. Monografias. Rio de Janeiro: Puc-rio (Departamento de História), 2014.

<sup>254</sup> BRAZ, Xico. *Danças de Salão*. Editora Quaresma, Rio de Janeiro, 1915. (p,03)

<sup>255</sup> Nos anexos, trago alguns manuais de dança europeus e norte-americanos ver p. 142-46

<sup>256</sup> Ibidem (p,03)



Figura 14: Livro Arte da Dança de Sociedade. Fonte: Instituto Moreira Salles

A imagem acima é da capa do livro *Arte da Dança de Sociedade* de Lúcio Borelli<sup>257</sup> (professor de dança), publicado no ano de 1900 pela Laemmert & Cia. em sua 8ª edição. O livro, que era “um bonito volume perto de 300 páginas com linda capa ilustrada”, custava 4\$ se fosse em brocha e 5\$ caso fosse encadernado. Além da explicação dos passos, que vinham inclusive ilustrados, o manual continha “regras de civilidade” para se frequentar os bailes e salões. Na capa podemos observar a elegância das personagens que além de bem vestidas mostram um tipo de dança formal: os casais dançam separados sem quase nenhum contato físico.

A imagem seguinte é do livro *As Danças de Salão* de Xico Braz, publicado no ano de 1915 pela editora Quaresma, com ilustrações de Calixto Cordeiro. Seu preço, bem mais em conta, era em torno de 2\$000 a 3\$000. Diferente da capa anterior essa destaca pelos casais que dançam bem colados os passos mais modernos de dança.

---

<sup>257</sup> BORELLI, Lúcio. *Arte da Dança de Sociedade*. Editora: Laemmert & Cia, 1900. Acervo Tinhorão. Arquivo da coordenadoria de música do Instituto Moreira Salles



Figura 15: Livro *As Danças de Salão*. Fonte: Instituto Moreira Salles

Segundo o autor, o intuito do livro não era “formar dançarinos exímios, mas somente facilitar a aprendizagem das danças de salão”<sup>258</sup>. E faziam isso sem ser de forma rebuscada, para que “qualquer pessoa” entendesse e pudesse dançar. As descrições das danças eram muito parecidas com a do manual lançado pela Laemmert & Cia. alguns anos antes.

Dividido em dez capítulos. Os dois primeiros eram dedicados a como os dançarinos deveriam “proceder no salão” (entre as regras incluía-se: “modos de segurar as damas”, como se cumprimentar as pessoas, “maneira de saudar”, “deveres gerais”). Do capítulo III ao IX o autor se dedica a descrever diferentes coreografias: quadrilha, valsa, tango, danças diversas e as danças modernas. Embora o livro utilize muitos termos em francês (tendo inclusive um “vocabulário de termos estrangeiros, usado nas danças”) e as ilustrações retratem pessoas brancas, o fato de ser editado pela Quaresma a um preço bem em conta é um indício que esses livros eram consumidos pelo grande público. Martha Abreu, em artigo sobre o músico negro Eduardo das Neves, afirma que a Livraria Quaresma era “uma casa editora que outrora explorava, com sucesso e proveito, o pitoresco do folclore nacional”. Sua produção era bastante variada. Pela Quaresma eram lançados “discursos, manual de namorados, dicas para o jogo do bicho, livros sobre feitiçaria, melhores maneiras de se discursar em tom elevado, novelas populares e exóticas brochuras (...)”. Além de uma boa parte de sua produção ser de modinhas para trovadores. Martha Abreu ainda aponta que, segundo o memorialista Luiz Edmundo, a freguesia dessas livrarias seria bem diversificada, compostas por negros e brancos interessados em modinhas.

Nos clubes frequentados por trabalhadores também haviam formas específicas de preparação para o baile. Existiam dias específicos para os sócios ensaiarem na sede; geralmente eram separados por sexo e, de acordo com as cláusulas da licença concedida pelo Chefe de Polícia, não poderiam “exceder das dez horas da noite”<sup>259</sup>. No caso dos indivíduos das “classes populares” não associados a algum clube, é provável que muitos dos movimentos coreográficos fossem aprendidos no compartilhamento de experiências de dança. Fosse como convidado de um desses bailes ou em algum dos “choros” que

---

<sup>258</sup> BRAZ, Xico. Danças de Salão... *Op.Cit.*

<sup>259</sup> Arquivo Nacional, GIF 6C 98 (“Sociedade Dançante e Carnavalesca Prazer dos Inocentes”, 1907)

aconteciam pela cidade. Era na observação dos casais vizinhos e na troca de parceiros que se poderia copiar, aprender e ensinar os novos movimentos.

No Carnaval do ano de 1908, os diretores do recém-criado Grupo Carnavalesco Rei das Mattas<sup>260</sup>, sediado nas proximidades da Estação de Dr. Frontin (Inhaúma), informavam a seus membros que os que desejassem se preparar para as danças carnavalescas, teriam nos dias marcados, na sede do grupo, “pessoa competente para lecionar as danças”. Se o bom desempenho dançante nas passeatas de carnaval era um dos objetivos dos membros de tal associação, do mesmo modo o ensino da dança também o era, pois, permitia uma padronização dos movimentos coreográficos eliminando excessos e imoralidades que poderiam ocorrer nos bailes.

Antes de fazer parte deste clube, os sócios do “Rei das Mattas” faziam parte da associação “Filhos das Campinas”<sup>261</sup>. No ano de 1907 separaram-se da associação formando um bloco infantil carnavalesco chamado “Rei dos Matos”. A presidência do bloco ficou com o “menino” Laurindo de Souza, que tinha sido contramestre de canto<sup>262</sup> na época que era sócio dos “Filhos das Campinas”. Logo no ano seguinte, os sócios conseguiram se organizar como um pequeno grupo carnavalesco que teria como limite o número de “trinta sócios”. Mesmo se tratando de uma diretoria formada por meninos bem jovens, como sugeria o periódico *A Notícia*, podemos observar uma dedicação ao momento do dançar.

Várias outras associações recreativas compartilhavam o cuidado pela dança. Os sócios do grêmio Dançante União das Flores de Jacarepaguá<sup>263</sup> atribuíram ao seu mestre de sala o zelo pelas dança. Sua função era tão importante que ele deveria ser obedecido, “no que diz respeito à dança”, até pelos diretores da agremiação. Segundo os regimentos, “o respeito às danças próprias e alheias” seria “a base” do grêmio. E era justamente para garantir que o respeito prevalecesse que o mestre de sala estaria ali.

### *Os protetores do baile: fiscais e mestres de sala*

---

<sup>260</sup> Arquivo Nacional, GIF 6C 250 (“Grupo Carnavalesco Rei das Mattas”, 1903)

<sup>261</sup> *A Notícia*, 28-29 de janeiro de 1907. (p,03)

<sup>262</sup> *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1907. (p,04)

<sup>263</sup> Arquivo Nacional, GIF 6C 251 (“Grêmio Dançante União das Flores de Jacarepaguá”, 1908)

O “mestre de sala” era um importante cargo da diretoria do clube. Ele e o fiscal eram os responsáveis por manter a ordem dentro do salão<sup>264</sup>. Nas associações geralmente havia o primeiro e o segundo fiscal. As funções dos fiscais eram duas: a de organização prática da festa, como por exemplo, a escolha das músicas; e a proteção da moral e dos bons costumes. Eles advertiam os convidados o que poderia ou não ser feito nos bailes. Também fiscalizavam o comportamento dos sócios. E, enquanto todos dançavam, circulavam pelo salão com o olhar atento para que não houvesse “encostamentos, apalpações e outras inconveniências”<sup>265</sup> que eram proibidas pelas regras dos estatutos. Já o mestre de sala era o cargo de um único indivíduo. Assim como o fiscal, ele também deveria estar familiarizado com o protocolo e as etiquetas do clube para aplicá-las nos ensaios, nos salões e nos desfiles<sup>266</sup>.

Chama a atenção, dentre muitas outras, a descrição feita pelos sócios da Sociedade Carnavalesca As Meninas Vaidosas<sup>267</sup>, de Laranjeiras, no ano de 1908 das funções de ambos os cargos:

Do 1º Fiscal:

Art. XX. Ao 1º fiscal compete: Manter a ordem na sala com apelo a moral na ocasião das sessão e festas da sociedade.

(...)

§4º Ordenar aos músicos o que eles devem tocar, para eles darem o sinal para os convidados e sócios tirarem damas.

§5º Advertir particularmente ao sócio que abusar no recinto social, quer nas danças quer na moral pela 1ª vez; pela 2ª deverá suspende-lo até a 1ª sessão de Diretoria que resolverá a pena a ser imposta, e ser for convidado, depois de ser advertido e não se formar será convidado por 3 membros da Diretoria a retirar-se do recinto social.

§6º Deverá dar 2 sinais de campainha elétrica a primeira fará os músicos tocarem e os segundo [sic.] para cavalheiros se formarem.

§7º Prestar toda a atenção nos pares, para que não dancem a par constante, proibindo o cavalheiro que assim proceder.

Do mestre de sala:

<sup>264</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922) In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002

<sup>265</sup> EDMUNDO, Luiz. “Carnaval de Morro”. In: *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Conquista, 1957, PP.818-820

<sup>266</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op Cit.* (p,162)

<sup>267</sup> Arquivo Nacional, GIF1 6C 251 (“Sociedade Carnavalesca As Meninas Vaidosas”, 1908)

Art. XXII Ao mestre de sala compete: Dirigir os ensaios ter método no ensinar e zelar pela moralidade da sala em tudo e por tudo que lhe esta afeto.

É preciso enfatizar que o cuidado com a moralidade era comum a todos que faziam parte da associação. Cada um do seu jeito, e guardada as devidas particularidades de seu cargo, deveria contribuir para que esse objetivo fosse alcançado. Fruto da experiência cotidiana dos sócios e diretores, as regras adotadas para seus bailes pareciam sem sentido para aqueles que não faziam parte dessa rede associativa. A leitura dos estatutos dessas agremiações é o melhor caminho para a tentativa de compreensão desses complexos regimentos e é para essas análises que embarcaremos agora.

### *As regras de conduta*

A antropóloga Andréa Moraes Alves, no livro *A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*<sup>268</sup> argumenta que as regras de conduta adotadas nos espaços de sociabilidade funcionam como “guias das relações individuais”, isto é, permitem que as pessoas saibam o que os outros indivíduos esperam delas. E representam um “padrão de comportamento vigente na estrutura social mais abrangente, na própria vida cotidiana”. As regras, para Andréa Moraes Alves, permitem que se estabeleça uma “relação de simetria entre as pessoas envolvidas” evitando “distúrbios que possam comprometer a relação”. O “prazer pela dança” seria assim, um sentimento coletivamente compartilhado e responsável pela “imagem de comunidade que impera nos bailes”<sup>269</sup>.

No caso dos pequenos clubes dançantes, o entusiasmo que tinham pelas danças modernas dialogava com as “teorias racializadas e racistas sobre sexo, gênero e culturas” de africanos e seus descendentes<sup>270</sup>. Assim, os códigos de conduta adotados pelos diretores dos clubes tinham a função de confirmar a imagem “moral” e de boa conduta que lhes possibilitava a concessão da licença de funcionamento. E, de igual modo atribuía

---

<sup>268</sup> ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. (p, 54)

<sup>269</sup> Ibidem (p,55)

<sup>270</sup> ABREU, Martha. “Da Senzala ao palco...”. (*no prelo*)

“um perfil elevado”<sup>271</sup> a suas atividades os diferenciando daqueles que consideravam inferior.

Como já foi apresentado, os sócios da sociedade As Meninas Vaidosas atribuíram ao seu fiscal a função de cuidar para que não houvesse casais que ficassem dançando “a par constante”, quer dizer, dançassem juntos durante todo o baile. Essa não era uma regra singular a tal sociedade, como vimos com o Club Flor de Bonsucesso que estendia tal proibição até entre os aparentados. Diversificar os casais era uma forma de reafirmar que os bailes eram para ser o encontro desinteressado de pessoas que amavam a dança<sup>272</sup>.

A proibição dos pares constantes durante a dança era – e ainda é – um código que circulava entre aqueles que dançavam<sup>273</sup>. Não era respeitoso dançar a noite toda com a mesma pessoa, pois indicava que o interesse estava longe da simples diversão e da prática dos encontros de sociabilidade.

Há de se ressaltar que a “proibição dos pares constantes”, apesar de ser um código reconhecido entre aqueles que dançavam, não era uma preocupação nos bailes das Grandes Soceidades<sup>274</sup>. O manual de dança organizado por Xico Braz, no capítulo dedicado ao comportamento nos bailes, trazia a seguinte sugestão: “nunca se deve, salvo em bailes íntimos ou com pessoas de muita familiaridade, *dançar com um par constante*”<sup>275</sup>. Diferente ao que proibiam os foliões de Bonsucesso, os conselhos de Xico Braz para a realidade dos pequenos clubes acabam soando um pouco inocentes. As regras nos pequenos clubes eram feitas de acordo com a experiência vivida pelos sócios. Logo, eles estavam atentos as perspicácias de cavalheiros que poderiam burlar graus de parentesco com damas que lhes despertassem interesses amorosos.

---

<sup>271</sup> PEREIRA, Leonardo. “O prazer das Morenas...”. *Op.Cit.* (p, 286)

<sup>272</sup> ALVES, Andréa Moraes. “A dama e o cavalheiro...”. *Op.Cit.*

<sup>273</sup> O Jornal das Moças do dia 12 de dezembro de 1918 em resposta a uma suposta matéria d’ *O Internacional* se propôs a discutir a questão do “par constante”. Em resposta dizia o jornal: “não ha maior esfera moral do que a familia. A familia é o principio de que parte a idéia da sociedade: a sociedade repousa, a sociedade descança na familia, sem a qual não existiria. E quem quer que procure outra fonte , no que se diz moral, para dessedentar-se , sentirá apenas areia na boca, em vez de água tranquilla e boa... É a fonte mais verdadeira de ensinamentos morais, a familia. E não há uma familia que, se não proíbe, ao menos não repare o par constante...” Assim como nos pequenos clubes, os redatores do Jornal das Moças mostraram-se contra essa prática. (“O par constante”. *Jornal das Moças*, 12 de dezembro de 1918)

<sup>274</sup> CUNHA, Maria Clementina. “Ecos da Folia...” *Op. Cit.* (p, 145-46)e PEREIRA, Cristiana S.”Os senhores da alegria...”. *Op.Cit.*

<sup>275</sup> BRAZ, Xico. “Danças de Salão”. *Op.Cit.*

A proibição não eliminava a ação. Muito pelo contrário, ela só indicava o quanto essas práticas eram uma constante. Com a quantidade de pessoas que participavam dos bailes era difícil para o fiscal controlar a todos os casais. Os sócios do Club do Engenho Velho, por exemplo, enviaram uma nota para o *Jornal do Brasil* tornando público que seu fiscal não estava cumprindo sua função nos bailes proporcionados pela sua diretoria:

Os sócios deste Club perguntam à diretoria se o sr. F.C.P.J tem o privilégio de dançar a par constante com duas damas que frequentam este salão e que elas negam-se a dançar com os outros sócios (por que será) o senhor fiscal não terá olhos?<sup>276</sup>

Os sócios cobravam da diretoria e do fiscal um posicionamento para que a regra fosse cumprida, sem distinções. Se no meio social existiam categorias<sup>277</sup> entre os sócios, no salão isso não poderia acontecer. O momento do baile seria o espaço onde todos deveriam circular sem hierarquias. O lugar em que todos deveriam dançar e estão submetidos as mesmas regras. Quem se diferenciava era o fiscal ou mestre de sala, que diferentemente dos sócios, não tinha lugar nas danças, mas cuidava das danças alheias.

A imagem moral do clube era uma construção coletiva. Todos deveriam contribuir para que ela fosse efetivada. Por esse motivo, alguns desses clubes não se limitavam a determinar proibições que visavam controlar os excessos possíveis do comportamento masculino. Os sócios do Grêmio Familiar da Tijuca<sup>278</sup>, por exemplo, determinavam em seus estatutos, do ano de 1903, uma norma que se voltava diretamente para o gênero feminino: “as damas não poderão recusar a dançar com o cavalheiro que lhe for pedir”. Desse ponto de vista, a regra ajudaria a evitar conflitos no salão decorrentes da preferência das damas por um ou outro cavalheiro, que de fato aparecia como estopim frequente para brigas dentro da sede<sup>279</sup>. Para os sócios desse clube, cabia às damas ajudarem na manutenção da ordem.

---

<sup>276</sup> “Club do Engenho Velho”. *Jornal do Brasil*, 17 de abril de 1903. (p,04)

<sup>277</sup> Dentro do clube a diretoria dividia-se em: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º procurador, 1º e 2º tesoureiro, 1º e 2º fiscal, mestre de sala, mestre de canto (apenas em algumas associações), mestre de pancadaria (apenas em algumas associações). Havia também sócios importantes que recebiam o título de fundadores, honorários e beneméritos.

<sup>278</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6C 102 (“Grêmio Familiar da Tijuca”, 1903).

<sup>279</sup> Ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922) In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002

*Sempre elas! Disputas amorosas e violência nos finais de festa*

“Você só dança com ele  
 E diz que é sem compromisso  
 É bom acabar com isso  
 Não sou nenhum pai-joão

Quem trouxe você fui eu  
 Não faça papel de louca  
 Prá não haver bate-boca dentro do salão

Quando toca um samba  
 E eu lhe tiro pra dançar  
 Você me diz: não, eu agora tenho par

E sai dançando com ele, alegre e feliz  
 Quando para o samba  
 Bate palmas, pede bis”

Os versos acima, pertencentes a canção *Sem Compromisso*<sup>280</sup>, foram compostos no ano de 1944 pelos compositores Geraldo Pereira<sup>281</sup> e Nelson Trigueiro<sup>282</sup>. O samba foi interpretada pelo conjunto vocal Anjos do Inferno e posteriormente na década de 1970 foi cantado por Chico Buarque. A letra da música mostra uma preocupação dos compositores com um suposto comportamento inadequado de uma dama em um “samba”. Mesmo indo acompanhada ao festejo, a personagem da canção dança somente com um indivíduo de maneira “alegre feliz”. Seu acompanhante que é o narrador da história, irritado com sua postura lhe chama a atenção “prá não haver bate-boca dentro do salão”.

A letra do “samba” demonstra a predominância e circulação das regras de conduta que foram adotadas nos bailes frequentados por trabalhadores no início do século XX. Se

---

<sup>280</sup> PEREIRA, Geraldo. TRIGUEIRO, Nelson. *Sem Compromisso*. Disponível em: <http://acervo.ims.com.br/> acesso 12 dez 2016

<sup>281</sup> De acordo com o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira; Geraldo Pereira, nascido em Juiz de Fora em 1918, foi sambista e compositor. Morou do morro da Mangueira no Rio de Janeiro e foi integrante da extinta escola de samba Unidos da Mangueira. Foi parceiro do também sambista e compositor Cartola. Morreu no ano de 1955 após uma briga com o capoeirista Madame Satã. Thiago de Melo Gomes, fala um pouco do autor em: *Para além da casa da tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930* (p, 192)

<sup>282</sup> Nelson Trigueiro, nasceu em 1913, no bairro de Vila Isabel no Rio de Janeiro. Morou no município de Nova Iguaçu. Cantor e compositor, começou a compor com 17 anos de idade, estreando oficialmente em 1934 com "Minha Guanabara", cantada por Odete Amaral no programa "Horas Cariocas", da Rádio Guanabara.

do ponto de vista de vários cronistas os bailes “populares” seriam espaços da informalidade, promiscuidade e da desordem, a preocupação do narrador da música, captada pelos compositores, dava a ver a importância dessas regras para aqueles que o frequentavam. Ter um casal dançando a par constante no baile não era algo elegante. Era mal visto e se tornava estopim para possíveis brigas e “bate-boca” nos salões. Alguns dos jornais que circulavam no período traziam noticiadas algumas brigas envolvendo namorados enciumados.

Em agosto do ano de 1907, uma dessas brigas foi narrada pelo *Jornal do Brasil*<sup>283</sup>. Tudo aconteceu na sede do clube União das Flores localizado na rua General Caldwell. Era noite de baile e dentre os convidados estavam presente o “folião João Machado Guedes”, pardo, 21 anos de idade, empregado da Light<sup>284</sup>; um outro cavalheiro “cujo o nome foi ignorado” por ser a primeira vez que era visto no clube, e uma “morena de olhos castanhos cabelos lisos e negros”. Os dois cavalheiros se interessaram pela mesma “morena”. Durante as danças, ambos disputavam a moça. Porém, ela correspondeu aos interesses de João Guedes, se tornando sempre que possível seu “par constante”. E, embora o outro tentasse, era João Guedes<sup>285</sup> quem tinha sempre a preferência.

O “outro cavalheiro” estava bastante “enciumado” com a cena e inclusive já havia arrumado um pequeno atrito que terminou graças a “intervenção de amigos”. Mas, tudo piorou quando ele percebeu que Guedes combinara no particular com a morena um encontro fora do baile. O cavalheiro ficou observando quando, disfarçadamente, Guedes pegou seu chapéu e deixou o salão. E em seguida a morena “endireitou o penteado”, colocou sua capa e também saiu do clube. O “cavalheiro” foi atrás os seguindo e viu os dois de braços dados caminhando pela rua. Motivado pelo ciúme, puxou seu rival e lhe disse:

- Temos uma conversa.
- Quem é você?

---

<sup>283</sup> “Fim de um Baile: A União das Flores cheiro a chamosco”. *Jornal do Brasil*, 6 de agosto de 1907. (p,03)

<sup>284</sup> “O resultado de um choro”. *O Século*, 05 de agosto de 1907.(p,02)

<sup>285</sup> João Machado Guedes, conhecido como João da Baiana, foi compositor, cantor e instrumentista brasileiro. Ver: HERTZMAN, Marc A. *Making samba: a new history of race and music in Brazil*. Duke University Press, 2013. (p, 59) e CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Não tá sopa*”: *Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*. Fundação de Desenvolvimento da Unicamp-Funcamp (UNICAMP), 2016.

- Pouco importa saber quem eu sou. Amo esta mulher e acabou-se
  - Está enganado. Agora é que principiou, disse o Guedes com toda calma. Quem é você?
  - O amante desta mulher.
- Ao ouvir isto, a morena exclamou com surpresa:
- Oh! Xente, xente, quem é esse hómi que eu não ligo importância?

O pequeno diálogo resultou no “cavalheiro” sacando do bolso um revólver e apontando contra João Guedes. Mesmo conseguindo correr, a bala lhe atingiu as costas e ele cai deixando a terra “em um lago de sangue”. João Guedes foi levado para o hospital da Misericórdia e o outro “cavalheiro” conseguiu fugir.

As rixas nos momentos de lazer podiam acontecer por motivos diversos. Neste caso, embora a disputa pela “morena” tenha sido o que a princípio motivou a divergência, a causa principal da briga foi a rejeição às pretensões amorosas de um, em preferência a outro. Deste modo, o ato a violência foi direcionado para o rival como uma demonstração de força e virilidade.<sup>286</sup>

Notícias como essas, eram comuns nos periódicos. Sidney Chalhoub<sup>287</sup> argumenta que a forma narrativa, carregada de “rótulos estigmatizantes”, de descrever notícias que envolviam os homens e mulheres pobres, revelava, mais uma vez, a tentativa de imposição de novos hábitos morais para esses “pobres urbanos”.

Em outros dois casos, a violência foi direcionada às parceiras, pois os comportamentos delas, assim como o da personagem da canção, não foram condizentes com o que se esperava de uma mulher. As descrições dos jornais mostram como estas mulheres se divertiam no baile de forma ativa e insubmissa, como se fizessem o “papel de louca” e não ligassem para as regras dos estatutos, justificando assim a hostilidade de seus namorados. O “caso Flor do Romã” acontecido no ano de 1912, ilustra essa hipótese.

Era madrugada do dia 29 de setembro, e mais um baile acontecia no Flor da Romã, “sociedade recreativa carnavalesca situada no bairro de Botafogo”. De acordo com o *Correio da Manhã*, o baile era frequentado em geral “por raparigas empregadas em

---

<sup>286</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 160p.

<sup>287</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. *Op.Cit.* (p,257)

serviço doméstico”<sup>288</sup>. Dentre estas, estava presente a “crioulinha” Octavia Cecília da Silva, 19 anos, lavadeira<sup>289</sup> residente na “baixada da Vila Rica, Copacabana”. A jovem mantinha um relacionamento com o pintor João Gonçalves Dantas, pardo, de 22 anos, casado<sup>290</sup> que era conhecido por todos como “caboclinho”.

O casal de “amantes” costumava ir juntos aos festejos do Flor do Romã, mas na noite do baile, João Dantas parecia não estar presente na festa. Como “apreciava as danças”, Octavia Cecília foi ao baile sozinha e “durante toda a noite” teve como “seu par constante” o ajudante de pedreiro João Alfredo, preto, também residente em Copacabana<sup>291</sup>. Os diferentes jornais que se ocuparam<sup>292</sup> do acontecimento e descreveram o ajudante de pedreiro como:

“Sócio dos melhores que figuravam na matricula Flor da Romã”<sup>293</sup>.

“É um indivíduo sestroso, todo cheio de histórias, cantor de violão e sabido no madrigal cheio de dengues”<sup>294</sup>.

“Era a mais importante figura do salão. Além de perito na arte de *Terpsychore*, João Alfredo dizia graças leves e espirituosas aos demais convivas, o que muito alegrava a festa da Sociedade Carnavalesca Recreativa e Dançante Flor da Romã”<sup>295</sup>.

Todas as notas elogiavam a alegria e destreza de João Alfredo; ele parecia ser uma pessoa bem relacionada com os demais sócios. Pelas descrições, parece que enquanto dançavam, Octavia se divertia bastante com os gracejos do rapaz. João Dantas chegou ao baile algumas horas depois e ao saber que sua “amante” tinha dançado a noite toda com o pedreiro, se encheu de ciúmes e foi para a rua esperando que o baile terminasse.

<sup>288</sup> “O baile trágico...”. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1912. (p,02)

<sup>289</sup> “Os grandes crimes...”. *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1915. (p,02)

<sup>290</sup> “Amores do Caboclinho...”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1912. (p,07)

<sup>291</sup> “O baile trágico...”. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1912. (p,02)

<sup>292</sup> Infelizmente o processo não foi localizado no Arquivo Nacional.

<sup>293</sup> “O baile trágico...”. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1912. (p,02)

<sup>294</sup> “Amores do Caboclinho...”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1912. (p,07)

<sup>295</sup> “Os grandes crimes...”. *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1915. (p,02)

Assim que terminou, Octavia deixou o recinto acompanhada de sua amiga Alice. As duas caminhavam de braços dados, quando João Dantas se aproximou, pediu que Alice os deixasse a sós, retirou sua “garrucha” e atirou duas vezes contra “a rapariga”<sup>296</sup>. As balas atingiram o crânio da jovem fazendo com que ela caísse por terra “banhada em sangue”. Algumas pessoas que provavelmente saíam do baile tentaram socorrer Octavia, porém ela “veio a falecer” já no hospital. Com a confusão gerada para socorrer a moça, João Dantas aproveitou para tentar fugir, mas foi preso em flagrante pelo sargento da Guarda Noturna do 7º distrito, Antônio Tavares de Pinho. Em abril de 1914, João Dantas foi levado a julgamento. Alguns dos sócios do “Flor do Romã” prestaram depoimento e o acusado justificou seu crime por “motivo de ciúmes”. Condenado pelo Tribunal do Júri a 10 anos e 6 meses de prisão<sup>297</sup>.



*Figura 16: João Dantas, Correio da Manhã, 30 de setembro de 1912. p,02.*

A reportagem do *Correio da Manhã* vinha com o título: “O baile Trágico: Na porta da “Flor do Romã”, o carnavalesco João Dantas assassina a Flor dos seus amores”. João Dantas e João Alfredo, ao que tudo indica, eram sócios do “Flor do Romã”. Embora os jornais não tragam essa informação, é possível que João Alfredo já fosse um desafeto

<sup>296</sup> “O baile trágico...”. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1912. (p,02)

<sup>297</sup> “O júri condena a 10 anos e 6 meses um noivo assassino”. *Gazeta de Notícias*, 28 de abril de 1914. (p,05)

de João Dantas e saber que sua “amante” havia dançado com ele, mexeu com a falta de empatia que ele já tinha em relação ao pintor.

O ódio de Dantas foi direcionado para sua amada porque possivelmente ele se sentia provocado pelo comportamento dela. É o que sugerem alguns trechos das reportagens. O *Jornal do Brasil*<sup>298</sup> afirmava que Octavia foi elegantemente vestida e que ela era “alvo de todos os olhares das mulheres e requestada pelos homens”. Segundo seus redatores, João Dantas estava sim presente no baile e várias vezes chamou a jovem “a ordem”. Ela, porém, continuava com o comportamento “escandaloso”. O articulista d’*O Paiz*<sup>299</sup> afirmavam que:

Todos os que cruzavam as suas salas eram conhecidos e, na sua maioria, estavam habituados a comparecer as festas do club com as suas damas, não sendo por isso, admissível que se enganassem, não reconhecendo em uma delas (sempre elas!) a companheira do consócio ou convidado, a que devem todo o respeito, como o exigem os estatutos.

As brigas entre os homens pareciam ter um motivo claro: as mulheres. Elas eram a causadora do problema. Mesmo reconhecendo que João Alfredo não deveria ter desrespeitado as regras dos estatutos, isto é, dançado a par constante, a culpa continua sendo sempre delas. Foi a afronta de Octavia, ao dançar as contradanças com o mesmo rapaz, que provocou o ciúme do pintor. Sentindo sua honra lesada, age em defesa da mesma para demonstrar seu poder e dominação.

Vale ainda conferir a descrição do caso feita no *Jornal do Comércio*<sup>300</sup>:

Os leitores, em sua grande maioria, conhecem, através de uma burlata nacional, que se popularizou muitíssimo, o que é um baile em sociedades recreativas de título extenso e pessoal modesto.

O Forrobodó, caricaturado com graça no teatro, é o mesmo em todas elas. Chamam-se bailes, choros, reuniões íntimas, mas não são diferentes. É a mesma charanga que toca, é a mesma alegria na sala, é o mesmo o ciúme dos homens e é a mesma a denguiça das damas. (grifo meu)

Na Sociedade Recreativa Carnavalesca Familiar Flor da Romã, situada na rua D. Marciana n.153, houve na noite de anteontem e prolongou-se até á madrugada de ontem uma dessas pitorescas *reuniões íntimas*, que são o encanto da criadagem feminina de Botafogo e Copacabana. Os sócios e os amigos dos sócios, dos dois sexos, comparecem cedo (...)

<sup>298</sup> “Amores do Caboclinho...”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1912.(p,07)

<sup>299</sup> “A última valsa”. *O Paiz*, 30 de setembro de 1912. (p, 04)

<sup>300</sup> “Assassino”. *Jornal do Comércio*, 30 de setembro de 1912.

Entre os pares que volteavam na sala contava-se o que era composto do servente de pedreiro João Alfredo, homem trigueiro, de maneiras insinuantes, e a criada Octavia Cecília da Silva, de cor preta (...). Houve quem notasse, na sala, que a atitude desse cavalheiro e dessa dama não guardava a mesma uniformidade de compostura que o aludido alguém reparava na dúzia dos outros pares dançantes (...). (grifo meu)

O articulista do *Jornal do Comércio* analisa a briga a partir do ambiente da peça *Forrobodó*. A famosa burleta estreada em junho de 1912 foi escrita pelos jovens jornalistas Luís Peixoto e Carlos Bittencourt. Considerada um dos maiores sucessos do teatro brasileiro, a história se passava na Cidade Nova e era uma representação do universo das associações recreativas. Nesse jornal, o caso de Octavia Cecília é lido pelo olhar das imagens caricatas de *Forrobodó*<sup>301</sup>. Logo, as associações e seus frequentadores se tornam homogêneos. O ciúme masculino e a insinuação feminina se tornam (na visão do articulista) uma constante em todos os bailes que tinham como público a “criadagem”. Ao fazer isso, fica evidente (mais uma vez) a imagem preconceituosa e estereotipada que era associada a esses foliões; assim como na peça por mais que se vestissem de forma elegante e tentassem passar um comportamento requintado, a natureza desses homens e mulheres em algum momento era mais forte, fazendo com que os atos de selvageria e imoralidade acabassem aflorando.

A trágica história contém elementos essenciais para se analisar a relação entre homens e mulheres nos bailes. A violência de João Dantas é resultado de sua incapacidade de exercer um controle absoluto sobre sua “amásia”<sup>302</sup>. Seu comportamento foi um modo de afirmação de sua virilidade. Como sugere o sociólogo Pierre Bourdieu<sup>303</sup>, a ideia de honra masculina, que foi tão valorizada nesse período, impunha ao homem o dever de certificar em toda e em qualquer circunstância sua virilidade.

A virilidade se construiria cotidianamente e de modo relacional. Isto é, ela precisa ser “validada” pelos seus pares. Só se é viril, se nos casos do dia-a-dia isso for afirmado “diante dos outros homens e para os outros homens”. O autor também afirma que a honra masculina se constrói em oposição à imagem da “honra feminina”. Afinal, esta pode ser perdida e precisa ser “defendida” por um outro indivíduo (que é do sexo masculino). É a

---

<sup>301</sup> LOPES, Antonio Herculano. “Um forrobodó da raça e da cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 69-83, 2006.

<sup>302</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. *Op. Cit.* (p,215)

<sup>303</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. *Op. Cit.*,

afirmação da virilidade que faz com que muitas vezes haja quase que obrigatoriamente um posicionamento violento em relação àquele que põe sua virilidade a prova; seja homem ou mulher. Logo, as demonstrações de força e os atos de violência pela posse de uma dama no baile são uma manifestação visível de certificação da virilidade masculina por parte desses sócios.

O caso seguinte, de Mafalda Josepha de Souza, moradora em Laranjeiras, é a história de outra mulher que sofre violência de seu parceiro por ter uma conduta independente e insubmissa. Ela era frequentadora de associações como o Ameno Resedá e o Recreio das Moreninhas<sup>304</sup> e gostava de ir a bailes. Na madrugada do sábado, 27 de fevereiro de 1909, estava em um desses bailes do Catete, acompanhada de seu amásio “Conegundes de tal”. Durante as danças, seu companheiro, “viu muito bem” que Mafalda Josepha de Souza passou “a noite a dançar a par constante” com um dos convidados. Ele, revoltado com o ocorrido, no retorno para a casa, foi por “todo o caminho discutindo o assunto” com Mafalda. Ela, já irritada, ao chegar na porta de casa, deu uma resposta que desagradou seu companheiro e ele “que estava armado de revólver” acabou dando um tiro no “ombro esquerdo” da moça e fugiu em seguida. Quando souberam do acontecimento, os policiais do 6º distrito foram até a casa de Mafalda e tomaram seu depoimento. Já sobre Conegundes o jornal *A Imprensa*, não traz mais notícias.

Na versão dos fatos contada pelos articulistas do jornal *O Paiz*<sup>305</sup>, Mafalda era amásia de Conegundes. Eles teriam ido juntos a um “choro” no Catete e Mafalda durante toda a noite só dançou “com um cavalheiro de “calças bombachas” e cabelo tresandando á pomada”. Conegundes, não gostou da cena, porém, se segurou durante o baile. Só agiu na volta para casa. Já era de madrugada e o casal foi discutindo pelo caminho justamente por ela “ter dançado com o celebre homem de bombachas, todas as contradanças”.

O restante da história já é conhecido: Mafalda responde mal ao amásio e leva um tiro que de acordo com esse jornal foi “no ombro direito”. Os vizinhos é que a socorreram e lhe “ministraram os curativos”. Enquanto Conegundes aproveitava para fugir. Diferente da versão d’*A Imprensa*, o baile que o casal teria ido seria um “choro”. A postura de Mafalda durante o baile e no caminho de retorno para a casa ao lado de seu companheiro são descritas sutilmente pelos articulistas dos jornais como provocativa. Ela foi quem

---

<sup>304</sup> “A Volta do Baile”. *A Imprensa*, 01 de março de 1909.

<sup>305</sup> “Ciúme e Tiro”. *O Paiz*, 01 de março de 1909.

dançou a noite toda com um mesmo rapaz, quem respondeu mal o seu companheiro. E é o nome completo da mesma que vem descrito nos jornais. Mesmo sabendo que é errado agir com violência, o texto reconstrói toda a trajetória do baile para demonstrar que Conegundes agiu porque teve motivos. Afinal, quem quer ver sua amásia entregue aos prazeres dançantes nos braços de outro homem. Os dois últimos casos analisados têm em comum o fato de que o comportamento das mulheres no baile é a justificativa para a ação violenta de seus amásios. Baseados em uma concepção machista de posse do corpo da mulher<sup>306</sup>, os companheiros de Octavia e Mafalda não aceitavam a rejeição das damas.

Era no reconhecimento e na identificação com a experiência narrada na canção que muitos dos foliões da década de 1940 cantavam o samba composto por Geraldo Pereira e Nelson Trigueiro. A regra de conduta cantada pelos interpretes, começou a ser gestada nos pequenos clubes dançantes e era uma maneira de garantir que prevalecesse o respeito em seus bailes, sem deixar de reafirmar o discurso higienista de dominação masculina sobre os corpos femininos.

### *Mestiçagem e Historiografia*

Martha Abreu, em seu artigo “*Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos*”: *conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)*<sup>307</sup>, reflete sobre a construção de imagens racializadas dos gêneros em versos de “canções populares”. Como observa, entre o final do século XIX e o início do século XX, foram muito difundidas, nos discursos parlamentares, nos artigos da imprensa e até entre os abolicionistas, ideias sobre a inferioridade dos negros/as e mestiços/as. Essas ideias vinham fundamentadas nas teorias científicas raciais europeias que vieram para o Brasil a partir da década de 1870 e eram baseadas no positivismo, evolucionismo, e no darwinismo<sup>308</sup>. Foram elas que legitimaram as supostas diferenças sociais hierarquizando os indivíduos racialmente. Os estereótipos em relação a homens e mulheres negras eram diversos, e mesmo com a conjuntura do pós-abolição e da proclamação da República

<sup>306</sup> SOIHET, Raquel. “A interdição e o transbordamento do desejo”. *Op.Cit.*

<sup>307</sup> ABREU, Martha. ““Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”. In: *Tempo*, n. 16, Rio de Janeiro, janeiro 2004.

<sup>308</sup> Conf. SCHWARCZ, Lília Moritz. “Uma História de ‘Diferenças e Desigualdades’ – as doutrinas raciais do século XIX”. In: *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (p, 57)

continuava-se a difundir preconceitos “em torno da população liberta e identificada como negra”.

De acordo com Martha Abreu, embora os autores das canções citadas em seu artigo usassem um tom irônico e humorístico para destacar supostos defeitos de uma população negra e mestiça, as canções tinham um caráter polissêmico; os sentidos eram muito variados e dependiam de quem, quando e onde eram cantados. Assim, essas canções não poderiam ser classificadas com um significado único “pretensamente masculino e preconceituoso”. Mesmo que não se pudesse classificar, as letras analisadas trazem aspectos que permitem problematizar as imagens que estavam sendo construídas em torno de mulheres negras.

Um dos desafios nos trechos que tematizam a mulata, é a definição da mesma. No Brasil, as fronteiras raciais eram muito fluídas, e a definição de ser negro/negra seria o somatório da cor da pele e de uma série de características de aparências físicas e sociais<sup>309</sup>. Logo, a determinação de quem seria efetivamente negra/o ou mulata/o passava por essas indeterminações.

No caso do gênero feminino, ser morena (ou mulata) se ligava a “atributos de beleza e sensualidade”<sup>310</sup> como os seios fartos e o movimento dos quadris. Em geral, as mulheres consideradas feias (que estavam longe do interesse sexual masculino) eram caracterizadas como pretas. Quando são belas, no olhar dos homens brancos, são descritas como mulatas.

E embora existisse a valorização das mulatas e dos crioulos nas canções populares selecionadas para o seu trabalho, Martha Abreu observa que nelas também existe um diálogo com as visões difundidas principalmente por médicos e juristas de “inferiorização” e de “animalização da mulher negra e mestiça”. A mulata usualmente representada como a mestiça desejável sexualmente<sup>311</sup>, naturalmente mais propensa a uma sexualidade desenfreada e degenerada, era desejada no imaginário masculino.

---

<sup>309</sup> GUIMARÃES, Antônio Sergio A. “Racismo e Anti-racismo no Brasil”. In: *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

<sup>310</sup> ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”, *Op. Cit.*

<sup>311</sup> MELO, Thiago Gomes de. SEIGEL, M. “Sabina das Laranjas: gênero e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh, CNPq, vol. 22, no 43, 2002, pp. 171-193. (p, 183)

A suposta sensualidade transcrita nos corpos de negras e mulatas se transpunha inclusive em suas danças. Desde o início do século XIX, vários relatos de viajantes já mostravam um estranhamento e preconceito diante da expressão corporal de africanos e seus descendentes<sup>312</sup>. Caracterizados como selvagens e licenciosos por uma pretensa elite branca e burguesa, suas manifestações culturais foram alvo da tentativa de um enquadramento de moralidade de uma família branca, heterossexual e burguesa. João José Reis resume objetivamente o que já vinha ocorrendo desde o século XIX:

Seria preciso proteger a moralidade das famílias brancas das cenas públicas de sensualidade negra exibida nas danças que acompanhavam os batuques. Sensualidade também não combinava com civilização. Já que parecia difícil fechar os olhos, cabia proibir.<sup>313</sup>

Mesmo com um trabalho centralizado na Bahia, a análise de João José Reis permite que se perceba que o projeto civilizador não se voltava apenas para o Rio de Janeiro. A ideia de uma sensualidade expressa nas danças de negras circulava. Assim como na Bahia, na cidade do Rio de Janeiro a proibição parecia ter sido o caminho encontrado. O *Código de Postura do Distrito Federal*, promulgado no ano de 1832, no título X, que se referia a “Sobre diversos meios de manter a segurança, comodidade e tranquilidade dos habitantes” informava que:

§26 - Fica proibido, dentro de casas e chácaras, batuques, cantorias e danças de pretos, que possam incomodar a vizinhança. O dono da chácara, ou casa será multado em 10\$000<sup>314</sup>

Os batuques, cantorias e danças, na verdade, estavam interligados e faziam parte do cotidiano de africanos e seus descendentes<sup>315</sup>. Qualquer manifestação festiva de pretos que pudessem perturbar a tranquilidade dos moradores estava proibida no século XIX. Essas falas e projetos de ordem moralizante e excludente seguiram durante o período

---

<sup>312</sup> Rachel Soihet, “A sensualidade em festa: algumas representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX”, *Diálogos Latinoamericanos*, CLAS – Centro de Estudos Latinoamericanos. Universidade de Aarhus – Dinamarca, 2/2000, pp. 92-114.

<sup>313</sup> REIS, João José. “*Tambores e temores: A festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX*”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Editora UNICAMP, CECULT, 2002. (p.126)

<sup>314</sup> Códigos de Posturas. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (35(815-41) “1838/1870” (094.4: 352.075.31 R585)

<sup>315</sup> REIS, João José. “*Tambores e temores: A festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX*”. Op. Cit. (p.119).

imperial e na República foram legitimadas pelas teorias científicas e fizeram-se presente nos clubes dançantes.

Presente nas canções carnavalescas, nas representações letradas, nos teatros e no cotidiano, a mulata que “tem os requebros mais belos”<sup>316</sup>, e com sua maneira sensual de dançar que deixava os “homens loucos”<sup>317</sup>, não era a figura que as diretorias das pequenas agremiações queriam ver associadas àquelas que frequentavam seus festejos. As fotos analisadas no capítulo anterior retratam mulheres muito bem comportadas; portando longos vestidos ou saias, sem nenhum decote e com expressão séria. Imagens estas que estavam muito distantes daquelas que eram apresentadas nas charges, da imprensa da época, onde as mulheres negras geralmente são retratadas de maneira desleixada.

Não podemos esquecer que muitos sócios iam para os bailes acompanhados de suas famílias. Leonardo Pereira<sup>318</sup> acentua esses aspectos em seu trabalho sobre o clube “Prazer das Morenas” oriundo de Bangu. Os sócios desse clube mostravam um diálogo com as teorias de mestiçagem e isso já se apresentava no título escolhido pelos sócios, que fugia da “negatividade associada ao termo “mulata”” sem deixar de reproduzir a “ideia de mestiçagem”. Leonardo Pereira ressalta que o nome promovia uma “inversão em relação às imagens associadas a tais mulheres”. Se do ponto de vista masculino, elas seriam “fontes de prazer” na nomenclatura elas aparecem como as “receptoras do prazer” que seria oferecido pelas atividades sociais da associação. A valorização das morenas, não só no nome escolhido, mas em suas atividades, permitia que muitas mulheres “mestiças” fizessem parte da associação sem se sentir como objeto de desejo sexual masculino. A maneira positiva de representar essas mulheres, revela que esses indivíduos estavam não só atentos aos debates sobre mestiçagem, mas se preocupavam e se posicionavam a respeito.

### *Danças Morais?*

---

<sup>316</sup> Xisto Bahia, *A Mulata*. Disponível em: <http://musicabrasilis.org.br/partituras/xisto-bahia-mulata>  
Acesso 13 dez 2016.

<sup>317</sup> Bastos Tigre, *Vem cá mulata*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eOgyAy4W8T0>  
Acesso 13 dez 2016.

<sup>318</sup> PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. *Op Cit.*”

O controle dos diretores das associações não era só sobre a recusa e a permanência dos pares. Os movimentos coreográficos também estavam em julgamento. É o que demonstravam no ano de 1912, os diretores do Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno, localizado no morro da Providência. Para garantir que as atividades organizadas pelo seu grupo fossem decentes, os diretores proibiam que se dançasse “seguidamente com outrem ou a par constante” e também “qualquer dança imoral ou desconhecida”. Os estatutos não traziam a descrição de quais as danças seriam consideradas imorais. É provável que as danças imorais fossem aquelas que tivessem uma coreografia mais sensualizada. E por danças desconhecidas, entende-se movimentos coreográficos que pudessem ser indecorosos ou que estavam fora do julgamento.

Longe de ser uma singularidade dos sócios do “Bateria do Inferno”, no Club Dançante Familiar Jandira<sup>319</sup> a proibição era específica: cabia ao fiscal do clube proibir que se “dançasse maxixe e samba” e que se cantassem modinhas nos bailes. Considerando esses gêneros musicais como algo imoral para um clube que se pretendia familiar, a diretoria decidiu pela sua proibição. Essa foi a mesma medida tomada, posteriormente no ano de 1913, pelo Rancho Carnavalesco Progresso dos Operários de Santa Cruz<sup>320</sup>. Segundo seus diretores não era permitido “dançar ‘o maxixe’ nem outras danças desconhecidas.”

Disseminado nos bailes da cidade no final do século XIX<sup>321</sup> o maxixe veio a ser conhecido como o “tango brasileiro”. Mesmo em seu período de auge as disputas em torno do maxixe sempre o associavam como uma manifestação artística da Cidade Nova. O cronista Baptista Coelho do jornal a *Cidade do Rio* afirmava em dezembro do ano de 1901 que “caindo no Rio de Janeiro, escaparia o estrangeiro do micróbio da febre amarela”, mas, não se livraria “do bacilo do maxixe”<sup>322</sup>. De acordo com Astrid Kusser<sup>323</sup> no contexto da dança falar de um vírus, de uma epidemia ou de febre era um discurso

<sup>319</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 200 (“Grupo Dançante Familiar Jandira”, 1907).

<sup>320</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 465 (“Rancho Carnavalesco Progresso dos Operários de Santa Cruz”, 1913). Agradeço a contribuição de Eric Brasil que gentilmente me cedeu tal documento.

<sup>321</sup> De acordo com os trabalhos de: ARAUJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; LOPES, A. H. “Da tirania ao maxixe: a “decadência” do teatro nacional”. In: ABREU, M. C. ; LOPES, A. H. (Org.) ; ULHOA, M. T. (Org.) ; VELLOSO, M. P. (Org.) . *Música e História no longo século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 500p; LOPES, A. H. . Um forrobodó da raça e da cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , v. 21, p. 69-83, 2006.; VELLOSO, M. P. . “A dança como alma da brasilidade: Paris, Rio de Janeiro e o maxixe”. *Op. Cit.*

<sup>322</sup> “Cartas para a terra”. *Cidade do Rio*, 04 de dezembro de 1901. (p,1)

<sup>323</sup> Apud. ABREU, Martha. “Da Senzala ao palco...”. *Op. Cit.*

utilizado para classificar o ritmo que consegue romper com fronteiras de classe, gênero e raça.

O maxixe estava tão disseminado pela cidade que o autor observava que se em uma noite fosse possível percorrer todos os bailes existentes na cidade se veria o mesmo ardor por esse gênero musical dos bailes realizados no Club dos Democráticos, que era uma das três sociedades elitizadas do período, a grupos mais “populares” como o Castello de Ouro. Isso porque na visão do autor o “maxixe era prazer, loucura e espontaneidade”, características tipicamente modernas e humanas.

Jota Efegê se dedicou a pesquisar esse gênero musical num livro chamado *Maxixe, a dança excomungada*<sup>324</sup>. Seu primeiro objetivo foi tentar mapear uma origem para o gênero, que teria sido, na sua avaliação, o fruto da fusão, da habanera e da polca europeia com o lundu africano. A música teria se firmado posteriormente à dança. Para o autor, a música formou-se da assimilação de elementos rítmicos e melódicos que já vinham proporcionando aos dançarinos condições capazes de conduzi-los aos movimentos. Assim, primordialmente, o maxixe teria sido o “jeito de se dançar”. A dança era de fato, um dos elementos de maior importância no maxixe (como um todo ritmo e dança). E os movimentos coreográficos dos pares causavam um verdadeiro impacto em quem assistia.

O sucesso que o maxixe fazia nas ruas e nos palcos cariocas e europeus não garantiu que o gênero saísse do conflituoso campo de avaliações mais conservadoras sobre o movimento dos corpos: era considerado escandaloso e imoral<sup>325</sup>. Eram várias as manifestações contrárias em torno dos requebros e rebolados associados a cultura de africanos escravizados<sup>326</sup>.

A descrição feita por Olavo Bilac em crônica sobre a dança no Rio de Janeiro seria um bom caminho para se refletir sobre alguns dos motivos que levaram as resistências ao maxixe:

E vamos a Cidade Nova. A Cidade Nova! ... um mundo novo, de onde a quadrilha foi banida... aqui, tem o maxixe o seu reino incontestado. O maxixe! A Espanha tem o bolero e a cachuca, Paris tem a chahut, Nápoles tem a talanterella, Veneza tem a forlana, Londres tem a Giga, - e a Cidade

<sup>324</sup> EFEGÊ, Jota. *Maxixe: a dança excomungada*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009.

<sup>325</sup> LOPES, Antônio Herculano, “Um forrobodó da raça e da cultura”, *RBCS*, vol. 21 n. 62 out. 2006.

<sup>326</sup> É importante destacar que a perseguição moralista frente aos movimentos coreográficos não era singular ao maxixe. Jonh Chasteen em seu trabalho *National Rhythms* chama a atenção para o caráter transgressor das danças. Mesmo ritmos como a valsa começaram como algo transgressor

Nova não lhes inveja essas riquezas, porque possui o maxixe. Aqui, não se tocam apenas corpos: colam-se.

O maxixe seria assim, na visão de Bilac, não a dança que estava disseminada na cidade. Seu “império” estaria muito bem delimitado geograficamente: a Cidade Nova. Localizado próximo ao centro da cidade, ali se concentrava a maior parte da população pobre e negra, que viviam sob constante suspeita do aparato policial e das elites. Preconceituosamente retratadas nos periódicos, o projeto de saneamento moral da cidade deveria ser aplicado a esses indivíduos e a tudo que se relacionasse aos mesmos. Os estereótipos e preconceito direcionado aos moradores da Cidade Nova somado a coreografia inovadora foi o que atribuiu ao maxixe uma característica de imoral. Se tornando, desta maneira, proibido em alguns clubes dançantes como vimos anteriormente.

Ao mesmo tempo o maxixe era uma dança moderna e chique<sup>327</sup> que fazia sucesso nos palcos internacionais. Estudando a coreografia do maxixe, Monica Velloso ressalta a importância de se pensá-la partindo do “fenômeno da improvisação” e da “inclusão de novas formas”<sup>328</sup>. Enquanto dançado, o maxixe era constantemente recriado pelos coreógrafos. E a evolução coreográfica favorecia de forma inusitada a liberação corporal: “O balançar dos quadris, liberando a pélvis, possibilitava grande flexibilidade aos corpos, algo completamente novo e distinto do formalismo hierático da valsa”. A sensualidade da dança estava nos muitos requebrados e no envolvimento corporal. A união dos corpos se envolviam de tal forma que pareciam “um corpo só”. E como, de forma divertida descrevia Baptista Coelho, “é um corpo só que gira, ginga, remexe, contorce-se, volteia, abaixa-se, curva-se, ergue-se, bamboleia”.

---

<sup>327</sup> Sandroni, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Zahar, 2001.

<sup>328</sup> VELLOSO, M. P. “A invenção de um corpo brasileiro”. In: ABREU, M. C. ; LOPES, A. H. (Org.) ; ULHOA, M. T. (Org.) ; VELLOSO, M. P. (Org.) . *Música e História no longo século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 500p



Figura 17: EFEGÊ, Jota. Maxixe: a dança excomungada

A imagem acima ilustrada por Calixto Cordeiro; segundo Jota Efegê foi publicada no ano de 1906 e exemplificaria como era dançado, ou “quebrado” o maxixe. O casal dança de forma “colada” sugerindo sensualidade.

Xico Braz, em seu manual de danças do ano de 1915, fez uma descrição interessante a respeito do maxixe, que vale conferir:

#### Maxixe Brasileiro para Salão

Esta dança é uma feliz modificação do maxixe nacional, tão do agrado dos brasileiros e... estrangeiros, tirando porém a dança tão querida grande quantidade de lascívia só própria para palcos e bailes carnavalescos. O maxixe de salão conserva o perfume do maxixe nacional, a graça melódica dos passos sem os excessos incompatíveis com as reuniões familiares.

Damos aqui a teoria do maxixe brasileiro tal como é dançado nos salões parisienses e americanos.

A empolgação que Xico Braz tinha em descrever dos novos passos como algo moralizado e longe da “lascívia” e exageros do maxixe dançado nos teatros, confirma que havia conflitos em busca da transformação do maxixe dançado na Cidade Nova em um maxixe elitizado, compatível com o modelo de família burguesa. A própria imagem usada no livro de Braz para ilustrar o gênero retrata diferenças cruciais em relação a apresentada por Efegê:



*Figura 18: BRAZ, Xico. Danças de Salão*

A imagem traz um casal bem vestido e com um semblante de leveza que retratam um maxixe diferente. Sem corpos colados, nem requebros. Era esse o maxixe que se desejava como o representante da música nacional nos palcos estrangeiros.

A fotografia abaixo dos sócios dos “Progressistas da Cidade Nova” demonstra que eram múltiplas as formas de se dançar o maxixe. Nas caricaturas de época os dançarinos

da Cidade Nova eram representados como negros desengonçados, imagem bem distante de toda elegância e suposta “ordem” que a fotografia se propõe a apresentar:



*Figura 19: O Malho, 19 de fevereiro de 1910*

Em suma, fica evidente que os bailes proporcionados pelos pequenos clubes dançantes não eram despreziosos. Os novos ritmos e danças modernas que invadiram a cidade dialogavam com os discursos moralistas. Se a febre dançante era compartilhada na cidade, de igual modo, o desejo de dançar dentro dos limites da ordem também o era. Frequentado por várias pessoas que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro, seus salões se tornavam um campo constante de encontros e disputas sociais que envolviam relações de classe, raça e de gênero.

## *Considerações Finais*

Quando Viriato Corrêa publicou sua crônica<sup>329</sup>, em 1907, falava de uma realidade que era evidente: a febre dançante que tomou todo o Rio de Janeiro. Com efeito, eram múltiplas as associações dançantes que se estabeleceram na cidade e movimentaram a vida urbana dos cariocas.

Da perspectiva do cronista, o resultado desse relato seria o de demonstrar que os homens e mulheres que compunham aqueles clubes não teriam, no período em questão, nenhuma aspiração maior. O clube se constituía assim como um espaço exclusivo do lazer desprezioso de trabalhadores operários, empregadas domésticas e outros homens e mulheres simples que aproveitavam as noites de sábado em busca de diversão e possíveis relacionamentos amorosos. Acontece que sua análise é completamente racializada. Não foram poucas as vezes que o cronista usa os adjetivos mulato, pardo, crioulo sugerido em sua análise que esses trabalhadores pobres eram de maioria negra.

Ao colocar-se dessa forma, Viriato Corrêa mostrava compartilhar, como outros intelectuais, de uma mesma perspectiva. Para aqueles que pensavam então as novas bases da identidade da nação esses trabalhadores eram vistos como pessoas alienadas, imorais e distantes das fronteiras civilizacionais.

De fato, nesse período, em nome da modernidade e civilização da Nação havia um forte apelo moral que disseminava-se nos discursos de médicos, juristas e autoridades políticas. E que buscava “impor um padrão de moralidade pautado nos parâmetros do comportamento burguês”<sup>330</sup>. Desta forma, a moralidade era concebida a partir de uma única via, sendo o indivíduo moralmente aceito aquele que reproduzisse tal padrão.

No entanto, mais do que locais de diversão, os salões dos clubes eram espaços privilegiados de diálogo, debate e afirmação social de homens e mulheres que cotidianamente precisavam lutar por sua cidadania. Entre as várias estratégias<sup>331</sup> que

---

<sup>329</sup> “Os Sábados no Rio”. *Gazetas de Notícias*, 02 de abril de 1907.

<sup>330</sup> SOIHET, Rachel. “A interdição e transbordamento do desejo...”. *Op. Cit.*

<sup>331</sup> Importantes trabalhos sobre as estratégias de luta e afirmação social de negros e seus descendentes tem sido publicados recentemente. Destaco os trabalhos de: CABRAL, Carolina. *Da polícia ao museu: A formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense – Departamento de História – Niterói, 2017. ; MORAES, Caio Sérgio de. *A Cidade do Feitiço: Feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República (1890-1910)*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense – Departamento de História – Niterói, 2017 e BRASIL, Eric. “Cucumbis Carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880).” *Afro-Ásia* 49 (2014): 273-312.

foram acionadas por esses indivíduos, à adoção de uma moralidade própria (que, ao mesmo tempo que os diferenciava de outras maneiras de lazer, dialogava com os elementos que eram respeitados na comunidade) foi o tema que se privilegiou nessa dissertação.

De fato, como era resultado de suas escolhas frente àquilo que vivenciavam cotidianamente<sup>332</sup>, a moralidade afirmada pelos foliões negros da Capital Federal adquiria sentido diferente daquele imposto pela elite. Em seus momentos de lazer deixavam isso claro, evidenciando em seus estatutos, por exemplo, aqueles que poderiam participar consigo dos seus festejos. O já citado Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno<sup>333</sup> demonstrava isso ao descrever os motivos que levariam a suspensão de algum de seus sócios:

os que se portarem inconveniente nas reuniões ou assembleias gerais e os que mesmo fora do recinto social praticarem atos contrários a moral e bons costumes abandonando os meios da vida honesta.

Ao definir critérios não só para a admissão, mas para a permanência no grupo, regras como essas mostram que a moralidade dentro das agremiações de fato se fazia presente como um meio de afirmar uma identidade, tanto para o clube quanto para cada um dos sócios, pois o bom comportamento era exigido dentro das reuniões e fora no recinto.

Como foi apresentado, as regras adotadas serviam também para trazer “respeitabilidade” para esses homens e mulheres. A autora Jane Rhodes<sup>334</sup> afirma que a respeitabilidade não era apenas um projeto que buscava alterar as representações da negritude. Era também um regime prático concebido para a proteção das mulheres. Foi assim, para o cuidado da reputação das sócias que muitas das regras foram empregadas nos clubes.

Frequentedoras assíduas dos bailes, a presença das mulheres era real nas atividades sociais. Sidney Chalhoub<sup>335</sup>, em um artigo sobre as sociedades beneficentes de negros e negras da segunda metade do século XIX aponta que as sociedades eram um

---

<sup>332</sup> ESTEVES, Martha Abreu. “*Meninas Perdidas...*” *Op.Cit.*

<sup>333</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 213 (“Grupo Dançante Carnavalesco Bateria do Inferno”).

<sup>334</sup> RHODES, Jane. “Pedagogies of Respectability: Race, Media, and Black Womanhood in the Early 20th Century”. *Op.Cit.*

<sup>335</sup> CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: CUNHA, *Olívia Maria Gomes da. e GOMES, Flávio. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.*

mundo mais masculino, as mulheres quase sempre chegavam na condição de dependentes dos sócios. Nas sociedades recreativas isso também acontecia; nos estatutos pesquisados fica perceptível que a presença masculina nas lideranças era hegemônica. Ainda que houvesse uma invisibilidade feminina na documentação policial, foi no cruzamento entre os estatutos e as colunas jornalísticas que ficou explícita a participação ativa das mulheres no lazer.

Por mais que estivesse sujeitas ao poder masculino, as mulheres encontraram caminhos de luta e subversão. Vale ressaltar que a atuação feminina nos clubes ocorria por dentro dos limites possíveis; um posicionamento muito autônomo era condenável perante a comunidade, principalmente para essas mulheres que na mínima atitude que tomavam em um baile viam suas histórias expostas nas colunas policiais, a fim de que as boas moças não seguissem tal exemplo.

Em suma, mesmo que houvesse divergências na forma de se conceber a moral, isso não queria dizer que as identidades culturais dos diferentes grupos sociais da Capital Federal “fosse tão diferente ao ponto de serem mutuamente incompreensíveis”<sup>336</sup>. A moralidade afirmada pelos cariocas no início do século XX foi uma construção histórica permeada por diferentes “formas de intercâmbio e comunicação”<sup>337</sup>. Como sugere Edward P. Thompson, a moral se apresentava como um campo comum de disputas<sup>338</sup>. Ainda que de alguma forma esses códigos acabassem dialogando, esse diálogo era marcado pelo choque dos conflitos de interesse presentes no período.

Fica evidente, assim, que cada grupo social buscava se ver representado naquilo que defendia. Foram essas disputas, marcadas pelas visões de mundo e aspirações de diferentes sujeitos, que serviram de base para as afirmações políticas e sociais para o reconhecimento e luta de homens e mulheres negros na Primeira República.

---

<sup>336</sup> ESTEVES, Martha Abreu. “*Meninas Perdidas...*” *Op.Cit.*

<sup>337</sup> Thomas, Nicholas. “Against Ethnography”, *Cultural Anthropology*, vol.6, No.3 (Aug, 1991) pp. 206-322

<sup>338</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## Referências:

ABU-LUGHOD, Lila. "Writing against culture". In: Richard Fox (org.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*, Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1991, pp. 137-62.

ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*. FGV Editora, 2004.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Samuel et ali, "Entre palcos, ruas e salões: processos de circularidade cultural na musica dos ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro (1890-1930)". *Em Pauta*, Porto Alegre, vol. 16, n. 26, jan/jun 2005.

ABREU, Martha. "Histórias musicais da Primeira República", *ArtCultura*, vol. 13, n. 22, jan/jun. 2011, pp. 71-83.

\_\_\_\_\_. *O império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. "Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950". *Afro-Ásia*, vol. 31, pp. 235-276, 2004.

\_\_\_\_\_. "Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)", *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 143-173.

ABREU, Martha. E DANTAS, Carolina Vianna. "É chegada a ocasião da negra bumar. Comemorações da Abolição, música e política na Primeira República". *Vária História*, vol. 27, n. 45, jan/jun 2011, pp.97-120.

ABREU, Maurício de Almeida de. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução." *revista Rio de Janeiro* 10 (2003): 210.,

BARTH, Fredrik. "A análise da cultura nas sociedades complexas", em *O Guru, O Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000 [1989], pp. 107-139.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BERNADES, Maria Elena. "Laura Brandão: dos salões aos comícios". In: Ângela de Castro Gomes e Benito Bisso Schmidt (Orgs.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009, p. 255-276.

BESSA, Virgínia de Almeida. *A escuta singular de Pixinguinha. História e Música Popular no Brasil dos anos 1920 e 1930*, São Paulo: Alameda, 2010.

BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. 2016.

BRASIL, Eric. "Cucumbis Carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880)." *Afro-Ásia* 49 (2014): 273-312.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do confeitiro imaginário: A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Acervo*, vol. 15, n. 1, jan/jun 2002, pp.07-22.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil: movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, Flávio dos Santos. DOMINGOS, Petrônio. *Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. Rio de Janeiro: Selo Negro Edições, 2011.

CABRAL, Carolina. *Da polícia ao museu: A formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense – Departamento de História – Niterói, 2017..

CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. Reflexos da cidade na moda. Relações entre transformações urbanas e aparência pessoal no início do século XX no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: CUNHA, *Olívia Maria Gomes da. e GOMES, Flávio. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.*

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHASTEEN, John Charles. *National rhythms, African roots: The deep history of Latin American popular dance*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 2004.

CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930)*. Tese. Unicamp: Campinas, SP. 2012.

COSTA, Mariana Barbosa C. da. “Entre o Lazer e a Luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)”. Dissertação – PUC-Rio, Departamento de História, 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, n. 5, 1998, pp. 181-215.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre os anos de 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f[r]estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “ Não tá sopa”: *Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*. Fundação de Desenvolvimento da Unicamp-Funcamp (UNICAMP), 2016.

CRUZ, Alline. “Solidariedades e diferenças em Madureira”, *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*, Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, 2007, pp. 64-119.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição”, *Topoi*, vol. 11, n. 20, jan/jun 2010, pp. 114-135.

DANTAS, Carolina Vianna. “A nação entre sambas, cordões e capoeiras nas primeiras décadas do século XX”, *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 13, n. 22, jan/jun 2011, pp. 85-102.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Editora Companhia das Letras, 2014.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, p. 21-101, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon; FEIST, Hildegard. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra*, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição”, *Topoi*, vol. 12, n. 23, jul/dez 2011, pp. 118-139.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdida: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu; CAUFIELD, Sueann. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890-1940). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, vol. 2, ano 2, n. 1, 1995, pp. 15-52.

GATES Jr., Henry Louis. “The trope of a New Negro and the Reconstruction of the image of the Black”. In: *Representations*, n.24, Special Issue: America Reconstructed, 1840-1940 (outono, 1988), pp. 129-155.

GELER, Lea. “Bailes, candombles, rifas e tertúrias”. In: *Andares negros, caminhos blancos Afroporteños, Estado y Nación Argentina a fines del siglo XIX*, Rosário, Prohistoria, 2010, pp.91-109.

GELER, Lea. “Negros, pobres y argentinos. Identificaciones de raza, de clase y de nacionalidad en la comunidad afroporteña, 1870-1880”. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos*, n.4, 2005.

GELER, LEA “¿Qué sería de la sociedad sin moda?” *Afrodescendientes de Buenos Aires, inclusión nacional y moda a fines del siglo XIX*. In: ABREU, M. C. ; DANTAS, C. V. (Org.) ; MATTOS, H. (Org.) ; Monsma, Karl (Org.) ; Loner, Beatriz (Org.) . *Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, volume 3: cultura, relações raciais e cidadania*, 1ª. ed. Niterói: EDUFF, 2014. V.3, p. 33-52.

GELER, Lea. “ 'Nuestro sexo está de pie'. Voces afrofemeninas en la Buenos Aires de 1876-78” *Claroscuro*, nº 6. Rosario, Argentina, pp. 109-137.

GOMES, Tiago de Melo. “Negros Contando (e Fazendo) sua História: Alguns Significados da Trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001, pp. 53-83.

GOMES, Tiago de Melo. “Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930”. *Revista Brasileira de História* São Paulo, vol. 22, 2002.

GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*, n.30, p.175–198, 2003.

GREEN, James N. *Beyond carnival: Male homosexuality in twentieth-century Brazil*. University of Chicago Press, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. “Racismo e Anti-racismo no Brasil”. In: *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34 , 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. “Cidadania e Retóricas negras de inclusão social”. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n.85, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Org.). *Cultura*

Política e leituras do passado: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 24-41.

HERTZMAN, Marc A. *Making Samba: A New History of Race and Music in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013.

LARA, Silvia. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”, *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, n. 28, dez. 2008, pp. 17-39.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. 430p

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [2001].

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. IN: Peter Burke (org.) *A escrita de História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPES, Antonio Herculano, “Um forrobodó da raça e da cultura”, *RBCS*, vol. 21 n. 62 out. 2006.

MALUF, Marina e MOTT, Márcia Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: Nicolau Sevcenko e Fernando A. Novais (Orgs.) *História da Vida Privada no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. Unesp, 2003.

MATTOS, R. C.. "Aldeias do Mal". *Revista de História (Rio de Janeiro)*, v. 25, p. 28-33, 2007.

MATTOS, R. C. “Pelos Pobres! As campanhas pela construção de casas populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República”. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História (Tese) 2008.

MARTINS, Ana Luiza. “A que se deve”. In: *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República*, São Paulo, 1890-1922. São Paulo: Edusp, 2001.

MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, 1996, pp. 73-98.

MATALLANA, Andrea. *Qué saben los pitucos: la experiencia del tango entre 1910 y 1940*. Front Cover. Prometeo Libros, 2008.

MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MONTEIRO, Livia Nascimento. ““A Congada é do Mundo e da Raça Negra”: Memórias da Escravidão e da Liberdade nas Festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-Mg (1873-2015)”. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. 2016.

MORAES, Caio Sérgio de. *A Cidade do Feitiço: Feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República (1890-1910)*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense – Departamento de História – Niterói, 2017.

NEPOMUCENO, Bebel. “Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado”. In: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.) *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. “Paradoxos carnavalescos: a presença feminina em carnavais da Primeira República (1889-1910)”. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 31.1, 2013.

NASCIMENTO, Aline Carneiro do. *As donas do baile: a agência feminina nos clubes dançantes de trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Monografias. PUC-Rio Departamento de História, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 0-p607, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha” In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EdUSP, 2003.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.: In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PEREIRA, Cristiana Schettini. “Circuitos de trabalho no mercado de diversões sul americano no começo do século XX”. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, 2012.

PEREIRA, Amilcar. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v1, n1, 2012.

PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República.” In: *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Carnaval das Letras*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. “Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”, *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 35, 2013, pp. 97-116.

\_\_\_\_\_. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”, *Projeto História*, n. 14, fev/97, pp. 231-241.

\_\_\_\_\_. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História (São Paulo)*, v. 35, e99, p. 1-21, 2016.

\_\_\_\_\_. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 35, n 69 p.13-33.

\_\_\_\_\_. “Do Congo ao Tango: associativismo, lazer e identidades entre os afroportenhos na segunda metade do século XIX”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 30-51.

PEREIRA, J.C. Aqui dentro é respeito! O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. Monografias. Rio de Janeiro: Puc-rio (Departamento de História), 2014.

PEREIRA, J. C. . Com que Roupa? O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* , v. n.9, p. 411-423, 2015.

PEREIRA, J. C. ; CABRAL, Carolina. . 'É reza, é dança, é ladainha': os espaços de sociabilidade negra e a repressão policial no Rio de Janeiro (1879-1912). In: Encrescando 2015 - I Seminário Internacional Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes ONU 2015-2024, 2015, Rio de Janeiro. v. 1. p. 106-120.

PUTNAM, Lara. “To study the fragments/whole: Microhistory and the Atlantic world”. *Journal of Social History*, v. 39, n. 3, p. 615-630, 2006.

PUTNAM, Lara. *Radical Moves: Caribbean Migrants and the Politics of Race in the Jazz Age*. UNC Press Books, 2013.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930*. Paz e Terra, 1985.

RHODES, Jane. Pedagogies of Respectability: Race, Media, and Black Womanhood in the Early 20th Century. *Souls*, v. 18, n. 2-4, p. 201-214, 2016.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. "Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro." *Capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ* (2002):11-43

RIBEIRO, Santuza Cambraia Naves. “Modéstia á parte, meus senhores, eu sou a vila!”: A cidade fragmentada de Noel Rosa.” *Revista Estudos Históricos*, vol. 8, n. 16, 1995, pp. 251-268.

RIVERA, Ángel G. Q.. *Cuerpo y cultura: Las músicas " mulatas" y la subversión del baile*, Madrid, Iberoamericana, 2009.

SAHLINS, Marshall. "O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)". *Mana*, vol. 3, n.1, 1997, pp. 41-73.

SANTIAGO, Silvana. "Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas." (2006).

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. "Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher 'excepcional'". In: Ângela de Castro Gomes e Benito Bisso Schmidt (Orgs.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009, p. 255-276.).

SCOTT, Joan W. "O individualismo radical de Madeleine Pelletier". *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 105-154.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

SEIGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and the United States*. Duke University Press, 2010.

SERFATY, E. R. C.. "Id entidades, diferenças e fluxos culturais no Engenho de Dentro (1890-1910). In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016, Rio de Janeiro. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o Global*, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Ermínia. "A teatralidade circense no Rio de Janeiro do século XIX". In: MARZANO, Andréa e MELLO, Victor, *Vida Divertida. Histórias do Lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 125-152.

SOIHET, Raquel. "A interdição e o transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890-1945)". *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 2, ano 2, 1995, pp. 53-70.

\_\_\_\_\_. e PEDRO, Joana Maria. "A Emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero" In: *Revista Brasileira de História*. nº 54 vol.27. São Paulo: ANPUH, jul - dez. 2007, p. 281-300.

\_\_\_\_\_. "Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como

alavanca para uma sociedade mais justa”. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP*. Vol. 45 (2012) jul/dez.

\_\_\_\_\_. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15.

\_\_\_\_\_. “Discutindo Biografia e história das mulheres” In: FUNCK, Susana Bornéo, Minella, Luzinete Simões, Assis, Glaucia de Oliveira (Orgs). *Linguagens e Narrativas: Desafios feministas*. vol. 1. Tubarão- SC: Copiart, 2014, p. 63 a 79.

STOCKING, George. *Victorian Anthropology*. New York: The Free Press, 1987.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. “A literatura e a vida social”. In: *Literatura e sociedade*, São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000 [1965], pp. 17-35.

THOMAS, Nicholas. “Against Ethnography”, *Cultural Anthropology*, vol.6, No.3 (Aug, 1991) pp. 206-322

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORNTON, John. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*. Cambridge University Press, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A dança como alma da brasilidade. Paris , Rio de Janeiro e o maxixe”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 7, 15 mar 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009.

### *Memorialistas e literatos*

BARBOSA, Orestes. “Um Baile na S.D.F. Caprichosos da Estopa”, Bambambã, Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Secretária Municipal de Cultura, 1993. pp. 75

BILAC, Olavo. “A dança no Rio de Janeiro”, *Kosmos*, maio de 1906.

Corrêa, Viriato. “Os Sábados no Rio”. *Gazetas de Notícias*, 02 de abril de 1907.

Corrêa, Viriato. “ Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete”. *Gazetas de Notícias*, 15 de dezembro de 1905.

EDMUNDO, Luiz. “Carnaval de Morro”. In: *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Conquista, 1957, pp.818-820.

PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca: verbêtes para um dicionário da gíria*. [s.l.]: F. Briguet, 1946.

### *Legislação*

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)

Coleção de Leis do Brasil - 1893, Página 45 Vol. 1 pt I. disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>. Acesso em 26 de abril de 2016.

### *Fontes*

#### *Arquivo Nacional (1900-1912)*

Gifi 6C 63  
Gifi 6C 98  
Gifi 6C 102  
Gifi 6C 118  
Gifi 6C 127  
Gifi 6C 168  
Gifi 6C 170  
Gifi 6C 171  
Gifi 6C 200  
Gifi 6C 213  
Gifi 6C 249  
Gifi 6C 250  
Gifi 6C 251  
Gifi 6C 365  
Gifi 6C 368  
Gifi 6C 370

#### *Biblioteca Nacional (1900-1920)*

A Imprensa  
A Notícia  
Cidade do Rio  
Correio da Manhã  
Fon-Fon  
Gazeta de Notícias  
Jornal do Brasil

O Imparcial  
O Malho  
O Paiz  
O Século  
Revista da Semana

*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*

Anais do Conselho Municipal. Synopse dos seus trabalhos durante a 2ª sessão ordinária de 29 de agosto a 31 de outubro. 1ª secção da Secretaria do Conselho Municipal do Distrito Federal RJ: Typografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Comp. 1908.

Códigos de Posturas. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (35(815-41) “1838/1870” (094.4: 352.075.31 R585)

*Instituto Moreira Salles*

BORELLI, Lucio. “Arte da dança de sociedade”. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900. Coleção: José Ramos Tinhorão.

BRAZ, Xico. “Danças de salão”. Rio de Janeiro: Quaresma, 1915. Coleção: José Ramos Tinhorão.

*Outras Fontes:*

Registros de Casamentos - <https://familysearch.org/>

Diário Oficial da União - <https://www.jusbrasil.com.br/home>

*Anexos*

*Charges circuladas na revista O Malho sobre o projeto de lei de Tertuliano Coelho*

*O Malho, 22 de agosto de 1908*



*O Malho*, 12 de outubro de 1907



ANTES RIDICULO QUE PORCO



*O da frente* :—Toda aquella gente a olhar para nós... Parece que nos estão achando muito ridiculos...

*O de trás* :—Ridiculos, porcos e grotescos são esses typos de pé no chão e em mangas de camisa bodurenta !... Si não fosse o projecto Tertuliano, que é um protesto contra essa immundicie em nome do bom nome do Rio de Janeiro, eu diria que esta capital não era digna dos melhoramentos que recebeu !...

— Lá isso é verdade ! Mas olha que o projecto do Tertuliano terá muita opposição...

— Pudera !... O chiqueiro engorda muitos porcos... e tem por isso muitos defensores de casaca !

O Colete Devant Droit – O Malho, 07 de janeiro de 1904.

# MODELO LUIZ XV

145 RUA DO OUVIDOR 145

Mme. Agnes Scherer Gonçalves

O rapido successo dos colletes Modelo Luiz XV, a ponto de supplantar todas as colleteiras mais conhecidas não só nesta Capital como em Paris, é devido:

1º, á elegancia e commodidade até então desconhecidas  
2º, á barateza sem competencia; 3º, á recommendação das hygienistas brasileiras que delles usão.

Collete Devant Droit com ligas.....	20\$000
De linho azul, rosa, cinza, etc.....	35\$000
» Broché » » » » .....	40\$000
» Baptiste » » » » .....	48\$000
» » bordado á seda.....	65\$000

Ha nada menos de 14 modelos todos *Devant Droit* para nossas boas freguezas e amigas experimentarem:

Luiz XV, Le XX Siécle, Classique, Tosca, Prinsa, Imperial, Réjane, Venus, A' La couronne, Cyclamen, Sarah Bernhardt A' La Siréne, Perfection, Le Merveilleux Marie Antoinette.

Continúa a liquidação dos colletes modelos antigos pelos preços de 6\$, 8\$, 10\$, 12\$ e 15\$000.



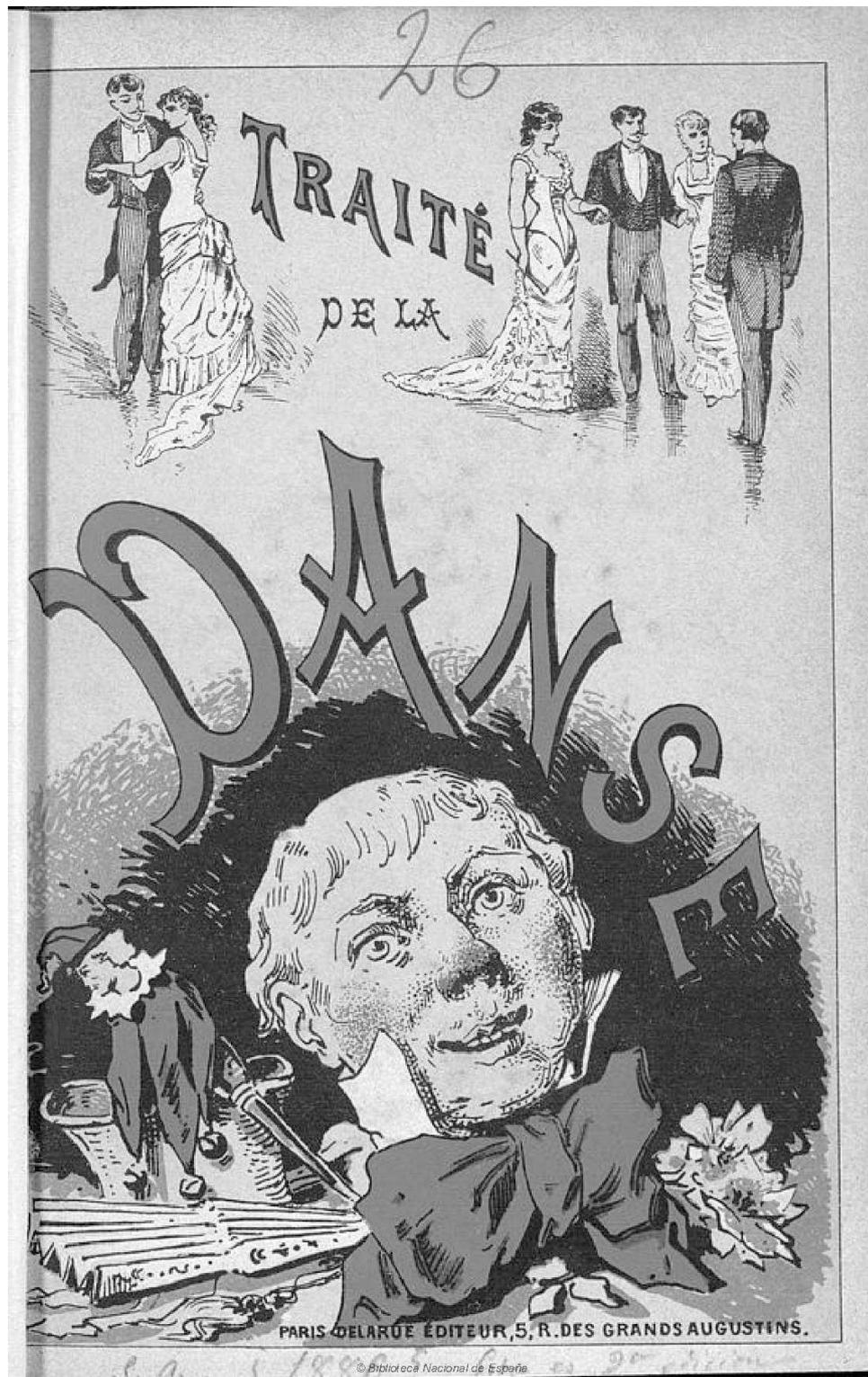
*O Malho*, 31 de março de 1908.



Colunas de modas- *O Malho*, 02 de setembro de 1905.

Manuais de Dança:

Biblioteca digital Hípanica - 1890



Manual de Dança Norte-americano

The University of Chicago Library

# SOCIAL DANCING OF TO-DAY

DEMONSTRATED BY  
MR. JOHN MURRAY ANDERSON

*With Text, Twenty-nine Diagrams and Fifty-two Illustrations  
from Photographs*

BY  
TROY AND MARGARET WEST KINNEY



NEW YORK  
FREDERICK A. STOKES COMPANY  
1914

Digitized by Google

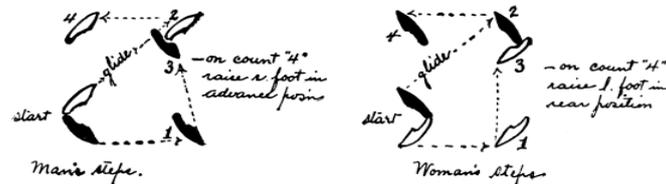
Original from  
HARVARD UNIVERSITY

## 46 SOCIAL DANCING OF TO-DAY

As in other present-day dances, usage requires no set sequence of figures.

1. Execute the first measure with the body somewhat supple, and a good deal of rise and sink in the steps. The effect may be varied by inclining the body rather sinuously from side to side.

2. A FLYING TWO-STEP: a two-step in which the advanced foot points upward, touching the heel to the floor in alternate steps, the intervening steps pointing the toe downward—except on turns; eight are not too many.



ANOTHER STEP.

3. Man's steps: Starting in first position, advance right foot to fourth position (1); glide left foot to second position (2); glide right foot to posterior third position (3); carry left foot to posterior fourth position, pause *en attitude*, and, plant it, transferring weight to it and raising right (advanced) foot, point down (4).

Woman's steps: Advance left foot to posterior fourth position (1); glide right foot to second position (2); glide left foot to posterior third position (3); plant right foot in anterior fourth position and raise the left foot from the floor (4). During the pause on "4," the woman leans slightly forward.

Until the third beat, her steps are the converse of the



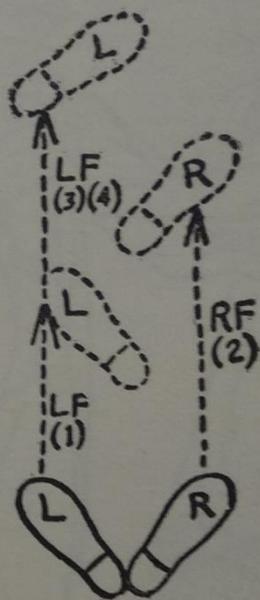
THE "BRAZILIAN MAXINE"

Characteristic style (1) — A Dip (2) — Variations (3, 4)

Manual de Dança Norte-americano (gentilmente cedido pela professora Martha Abreu)

## THE TANGO AND MAXIXE 125

Take Closed Position and turn to the right with eight Tango Steps in four measures, keeping the feet apart and stepping from one foot to the other



with the right foot in front as in the right turn. This can be varied by turning four steps to the right and four steps to the left, or reversing.

### THE SQUARE

Face outside of an imaginary square, or better still draw the diagram (page 127) on the floor and start from the upper left hand corner of the square. Step left foot to side (1), right foot crossed in front (2), left foot to side (3), turn a